

ELAINE CÁTIA FALCADE MASCHIO

**A CONSTITUIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NO
MUNICÍPIO DE COLOMBO – PARANÁ
(1882 – 1912)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr^o Marcus Aurélio Taborda de Oliveira

CURITIBA

2005

*Dedico este trabalho
a Deus;
a Edilson;
a Acir, Adelair e Heverton;
a Joaquim, Madalena, Carlos e Ângela;
e aos meus bisavôs, imigrantes que fizeram
parte desta história.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela coragem;
e a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, de modo especial,

a Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, por sua orientação, por partilhar do seu saber e por acreditar na possibilidade deste trabalho;

a Kazumi Munakata, à Serlei M. Fischer Ranzi e, à Liane Maria Bertucci-Martins pela disponibilidade e pelas importantes contribuições;

aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, Marcus Levy Albino Bencostta, Carlos Eduardo Vieira, Vera Regina Beltrão Marques e Gilberto de Castro pelos seus ensinamentos;

a CAPES, pela bolsa concedida;

aos funcionários das instituições: Arquivo Público do Estado do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná, Círculo de Estudos Bandeirantes, pela atenção e colaboração;

aos amigos Talita, Andréia, Wilson, Aurélio, Erica, Eliane Mimesse Prado e Fábio Machioski, pela amizade e pelas leituras e sugestões;

a minha família, pela oportunidade de freqüentar a escola, pela compreensão, incentivo e carinho;

a Edilson Maschio, pelo companheirismo, pela dedicação e carinho.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	v
LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
RESUMO	viii
RIASSUNTO	ix
INTRODUÇÃO	1
1. A COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	11
1.1 As terras do Butiatumirim.....	11
1.2 A chegada dos imigrantes italianos ao Paraná.....	14
1.3 A formação do Núcleo Colonial Alfredo Chaves.....	20
2. OS PRIMÓRDIOS DA ESCOLARIZAÇÃO	29
2.1 A primeira escola pública.....	29
2.2 A escola feminina.....	50
2.3 A escola masculina.....	65
2.4 As escolas étnicas.....	86
3. AS ESCOLAS PARTICULARES E PÚBLICAS NOS POVOADOS	101
3.1 A subvenção de escolas particulares e o funcionamento das escolas subvencionadas.....	109
3.2 O funcionamento das escolas públicas nos povoados e a criação de novas escolas.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
FONTES	157
ANEXOS	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos objetos solicitados pelo professor Antonio José de Souza Guimarães.....	31
Quadro 2 – Relação das professoras da 1ª escola feminina de 1890 a 1912.....	64
Quadro 3 – Mapa de matrícula dos alunos que freqüentavam a 1ª escola masculina em 1893.....	71
Quadro 4 – Relação dos professores da 1ª escola masculina de 1890 a 1912.....	86
Quadro 5 – Mapa de matrícula dos alunos que freqüentavam a Escola Particular Italiana em 1910.....	99
Quadro 6 – Mapa de matrícula dos alunos que freqüentavam a escola particular do povoado de Veados em 1882.....	111
Quadro 7 – Mapa de matrícula dos alunos que freqüentavam a escola particular do povoado de Capivari em 1891.....	120
Quadro 8 – Relação dos professores da escola do povoado de Ribeirão de Fora de 1896 a 1912.....	129
Quadro 9 – Relação dos professores da escola da Colônia Presidente Faria de 1894 a 1912.....	133
Quadro 10 – Relação dos professores da escola do povoado de Roça Grande de 1886 a 1912.....	135
Quadro 11 – Relação dos professores da escola do povoado de Ribeirão das Onças de 1890 a 1912.....	136
Quadro 12 – Relação dos professores da escola da Colônia Antonio Prado de 1887 a 1912.....	139
Quadro 13 – Relação dos professores da escola do povoado de Ressaca de 1890 a 1912.....	142
Quadro 14 – Relação dos professores da escola do povoado do Capivari de 1890 a 1912.....	143
Quadro 15 Relação dos professores da escola do povoado de Veados de 1882 a 1912.....	144
Quadro 16 – Relação dos professores da escola do povoado de Morro Grande de 1902 a 1912.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de alunos matriculados na 1ª escola masculina entre os anos de 1899 a 1907.....	81
Tabela 2 – Número de alunos matriculados na escola da Colônia Presidente Faria em 1899.....	130
Tabela 3 – Número de alunos matriculados na escola do povoado de Roça Grande em 1907.....	134
Tabela 4 – Número de alunos matriculados na escola da Colônia Antonio Prado em 1907.....	138

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da divisão dos lotes da Colônia Alfredo Chaves em 1878.....	26
Figura 2 – Escola Particular Italiana junto à Società Italiana di Mutuo Soccorso Cristoforo Colombo em 1910.....	98
Figura 3 – Cartograma de Transportes e Comunicação do Município de Colombo em 1947.....	103

RESUMO

A proposta deste trabalho é mostrar como o processo de escolarização primária foi constituído no Município de Colombo – Paraná. O estudo consistiu em mapear a trajetória do ensino entre os anos de 1882, quando ocorreu a abertura da primeira escola pública por intermédio dos primeiros imigrantes italianos que ali se estabeleceram, até o ano de 1912 quando houve o surgimento do primeiro grupo escolar da região. O Município de Colombo teve sua origem a partir da colonização italiana que chegou à região no final do século XIX, entretanto, as terras que abrigaram a colônia já eram habitadas por inúmeras famílias brasileiras. Ainda que a região contasse com a presença de brasileiros, as instituições escolares eram inexistentes até a chegada dos imigrantes. Os imigrantes que ali se estabeleceram atribuíram grande importância à religião, ao trabalho e à escola. À escola, atribuíam a função de civilizadora do homem, além de colaborar para a adaptação daqueles colonos àquela nova sociedade. Por isso, reivindicaram desde sua instalação, a criação de escolas públicas. Após a viabilização da primeira escola pública por parte dos imigrantes em 1882, outras iniciativas em prol da abertura de escolas foram desencadeadas pela população brasileira que habitava os povoados nos arredores da sede do município. Seguindo o exemplo dos imigrantes, começaram a reivindicar a abertura de escolas junto ao governo. Neste cenário educacional as escolas étnicas também foram abertas, porém, somente na segunda década do século XX, quando o processo de escolarização pública já estava consolidado. A escolarização primária do município foi composta por escolas públicas, particulares, subvencionadas e étnicas, mas essas instituições não ficaram aquém da precariedade e das transformações, pelas quais, a instrução pública paranaense foi permeada naquele período de transição do Império para a República.

Palavras-chave: Escola Primária; Imigração Italiana, Processo.

RIASSUNTO

La proposta di questo lavoro è mostrare come il processo di scolarizzazione elementare fu costituito nel Municipio di Colombo - Paraná. Lo studio è consistito di rivelare la traiettoria dell'insegnamento fra gli anni di 1882, quando successe l'apertura della prima scuola pubblica per il mediatore dei primi immigranti italiani che là hanno stabilito, fino all'anno di 1912 in cui ha avuto l'apparizione del primo gruppo scolare della regione. Il Municipio di Colombo aveva la sua origine che comincia dalla colonizzazione italiana che è arrivata alla regione alla fine del secolo XIX, tuttavia, le terre che hanno riparato la colonia già sono stati occupati per innumerevoli famiglie brasiliane. Ancora che la regione contasse con la presenza di brasiliani, le istituzioni di insegnamento erano inesistenti fino all'arrivo degli immigranti. Gli immigranti che si erano stabiliti attribuirono grande importanza alla religione, al lavoro ed alla scuola. Alla scuola, loro attribuirono la funzione del civilizzatore dell'uomo, oltre collaborare per l'adattamento di quelli coloni il quello nuova società. Perciò, avevano richiesto dal momento della sua installazione, la creazione delle scuole pubbliche. Dopo il viabilizzazione della prima scuola pubblica da parte degli immigranti nel 1882, le altre iniziative per l'apertura delle scuole avevano scatenata dalla popolazione brasiliana che abitavano le città nel dintorno della sede del municipio. Seguendo l'esempio degli immigranti, avevano cominciato richiedere l'apertura di scuole insieme al governo. In questa scena educativa le scuole etniche anche erano aperte, però, solamente nella seconda decade del secolo XX, quando il processo delle scolarizzazione pubblica già stato consolidato. Le scolarizzazione elementare del municipio fu composto di scuole pubbliche, particolari, sovvenzionate ed etniche, ma queste istituzioni non rimasero aldilà della precarietà e delle trasformazioni, per cui, l'istruzione pubblica paranaense è stato permeata in quel periodo di transizione dell'Impero per la Repubblica.

Parole-chiave: Scuola Elementare, Immigrazione Italiana; Processo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo investigar o processo de escolarização no Município de Colombo - Paraná, entre os anos de 1882 a 1912. Desta forma, contemplou a trajetória das escolas da localidade dedicadas ao ensino primário¹.

A idéia inicial da pesquisa surgiu do interesse em compreender como se deu a educação escolar entre os imigrantes italianos que se estabeleceram no Município de Colombo, no final do século XIX, e, conseqüentemente, como ocorreu a educação de seus descendentes, em anos posteriores.

Em contato com as fontes, foi possível perceber que o processo escolar entre os imigrantes não aconteceu separadamente do da população brasileira que já habitava a região. Ou seja, mesmo se tratando de uma região de colonização européia, os imigrantes que ali se estabeleceram receberam a educação escolar através das escolas públicas. As escolas étnicas tiveram lugar apenas a partir do ano de 1905. Sendo assim, os primórdios da escolarização primária do Município de Colombo, configurou-se através da constituição de escolas públicas.

Famílias brasileiras habitavam a região desde meados do século XVIII. No entanto, verificou-se a inexistência de instituições de ensino primário público neste período, o qual é anterior à imigração italiana na região. O primeiro pedido de criação de uma escola pública ocorreu por intermédio daqueles primeiros imigrantes italianos, que chegaram no final do século XIX, período de grande imigração. Assim, a escola pública no Município de Colombo atendeu tanto aos filhos de famílias brasileiras como aos filhos de imigrantes.

Buscou-se investigar então, como se deu esse processo de escolarização primária focalizando todas as iniciativas de abertura de escolas na região.

¹ O Município de Colombo – que atualmente faz parte da Região Metropolitana de Curitiba - teve sua origem, em 1878, com a fundação do Núcleo Colonial Alfredo Chaves. Em 1879, o núcleo foi emancipado e passou a ser Colônia, contando com a instalação de 38 famílias de imigrantes italianos. Em janeiro de 1890, foi elevada à categoria de vila, sendo denominada “Villa Colombo” e, em 21 de abril de 1892, tornou-se município. Antes da chegada dos imigrantes à localidade, denominava-se Butiatumirim. Suas terras pertenciam a famílias brasileiras que ali habitavam. Nesse texto, utilizei a denominação Colônia Alfredo Chaves para o período correspondente até o ano de 1890; e para o período posterior a este ano, ainda que em muitos documentos encontre-se a denominação “Villa Colombo”, utilizei a denominação Município de Colombo.

Contemplando a trajetória da escolarização primária desta localidade nos seus primórdios, o recorte temporal da pesquisa inicia-se no ano de 1882, quando ocorre a abertura da primeira escola pública promíscua, por intermédio dos primeiros imigrantes italianos. A pesquisa tem como limite temporal o ano de 1912. Além de caracterizar-se como um período de intensos debates sobre a necessidade de reorganizar a instrução pública paranaense, neste ano há o surgimento do primeiro grupo escolar na sede do Município de Colombo, afirmando uma nova “forma escolar”.

Os documentos utilizados para esta pesquisa foram encontrados, na sua maioria, no Arquivo Público do Paraná. Este arquivo dispõe de mais de 300 documentos originais manuscritos sobre a temática, constituídos por correspondência oficial, classificados em ofícios e requerimentos. Dentre os ofícios, foram selecionados e ordenados documentos, contendo: mapas demonstrativos de alunos, com frequência, desempenho e comportamento; nomeações, licenças e transferências de professores; termos de visitas; abaixo-assinados de pais de alunos; termos de abertura de escolas e termos de fechamento de escolas. Dentre os requerimentos, foram selecionados e ordenados documentos referentes aos pedidos de: subvenção de escolas particulares, materiais escolares, mobília escolar e livros escolares.

Ainda foram levantados, Relatórios de Inspetores de Ensino e de Professores bem como Coletânea de Legislação de Ensino, contendo os Regulamentos da Instrução Pública, Relatórios da Instrução Pública por Secretários de Estado e Diretores Gerais do Ensino do Paraná.

Outros documentos foram encontrados na Câmara Municipal de Colombo, como Atas de Reuniões que datam do ano de 1890, nas quais se encontram registros da situação de escolas e de alguns professores. Na Paróquia Nossa Senhora do Rosário, localizada no Município de Colombo, foi possível consultar os Livros Tombos; o primeiro livro data do ano de 1895, sendo os demais livros referentes a informações que seguem até os dias atuais.

O contato com as informações contidas nestes documentos permitiu reconhecê-los como documentos/monumentos, conforme afirma LE GOFF (1999). As fontes históricas, segundo afirma o autor, correspondem a um contexto específico em que

foram produzidas e caracterizam intencionalidades de quem as produziu. Dessa forma, considerou-se para a análise dos documentos, uma vez que boa parte deles é documentação oficial, o alerta dado pelo autor:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ela traz deve ser em primeiro lugar analisado, desmistificando-lhe seu significado aparente (LE GOFF, 1999, p.547).

O contato com as fontes norteou a construção da narrativa em torno da investigação do tema e, buscando compreender este processo de escolarização, algumas indagações permearam a pesquisa.

A primeira destas indagações refere-se à possibilidade de conhecer como ocorreu o processo de implantação das primeiras escolas de instrução primária, as quais favoreceram o desenvolvimento de um sistema educacional no município, contemplando a participação da imigração italiana e a da população brasileira que já habitava na região.

Tomando como base o pedido de construção de uma escola feito por parte dos primeiros imigrantes e sabendo que a escola estava entre as primeiras solicitações por esses colonos italianos, coube questionar sobre a importância atribuída à educação escolar pelos imigrantes que justificou seus esforços e iniciativas para implantação do ensino institucionalizado.

Convém ressaltar que a escola solicitada é a escola pública, tendo as escolas étnicas surgido somente 25 anos depois. Neste sentido, questionou-se qual o interesse pela escola pública por parte desses imigrantes.

Uma outra questão refere-se ao aparecimento de escolas a partir da iniciativa de famílias brasileiras na região. Conforme verificou-se no conjunto da documentação, a abertura da primeira escola pública alcançada pelo grupo étnico italiano foi anterior às iniciativas das famílias brasileiras em prol da abertura de escolas. Coube questionar, então, porque e como se deram essas iniciativas por parte das famílias brasileiras que

contribuíram para a configuração do processo escolar como um todo, e que meios foram utilizados para a abertura e organização dessas escolas.

A idéia de investigar a temática, motivada por esses questionamentos, firmou-se ainda mais quando em contato com a historiografia verificou-se a inexistência de produções locais que revelassem estudos mais aprofundados sobre o processo de escolarização primária no município, e a existência de poucos trabalhos desenvolvidos e relacionados à educação de imigrantes italianos no Paraná especificamente².

Pretendeu-se, assim, produzir um trabalho que pudesse responder àquelas indagações. Além disto, o estudo visou preencher parte desta lacuna da história do Município de Colombo e do Estado do Paraná. Pretendeu-se ir até as fontes e verificar que informações os documentos produzidos naquele momento sobre a temática ofereceriam para incrementar o debate historiográfico em torno da institucionalização do ensino e, ainda, de modo específico, em torno do processo educacional das colônias italianas no Paraná.

Os trabalhos elaborados até o momento sobre a imigração italiana e as colônias de imigrantes no Paraná reportam a questões políticas, aspectos religiosos e aspectos econômicos pós-imigratórios. Na maioria das vezes, o aspecto educacional é tratado em pequenos capítulos e, por vezes, está inserido como parte do contexto.

As leituras destes trabalhos proporcionaram o conhecimento da dinâmica da política imigratória nos seus mais diferentes aspectos e o conhecimento da formação econômica e social das cidades que receberam a colonização européia. De modo particular, consistiram em estudos primordiais para o entendimento do processo escolar, uma vez que a escolarização permeia toda a relação política, econômica e social ao mesmo tempo que, por essas dimensões, é permeada.

² Entre os trabalhos desenvolvidos sobre a educação de imigrantes no sul do país, encontra-se um expressivo número de estudos sobre a educação de imigrantes alemães. A grande maioria dos trabalhos realizados em torno da educação de imigrantes italianos concentra-se no/e sobre o Estado de São Paulo. Embora o Paraná até 1853 tenha sido parte deste Estado, não é possível considerar que o processo de escolarização dos imigrantes nem o cenário imigratório seja semelhante, pois o Paraná dinamizou uma política imigratória diferente da instituída no Estado de São Paulo. É mais produtivo comparar as experiências paranaenses às experiências tidas nos demais estados do sul do Brasil como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesses Estados a imigração italiana ocorreu de forma mais próxima à do Estado do Paraná.

Quanto às produções locais, ressaltamos os seguintes trabalhos: FERRARINI (1976, 1979 e 1992), esse destaca-se pelo exaustivo e exclusivo estudo sobre a história do Município de Colombo, contemplando aspectos da imigração italiana no Paraná³; versando sobre a imigração italiana no Brasil a partir de diferentes enfoques, citamos os trabalhos de BALHANA (1958, 1971, 1978), AZZI (1987), TRENTO (1989) e outros; sobre a educação e a cultura de imigrantes e sua relação com os aspectos brasileiros, abordamos os trabalhos de VECHIA (1998), que mapeia a educação dos imigrantes no Paraná no período de 1853 a 1889. Destacam-se ainda, KREUTZ (2000), que estuda o processo escolar entre os grupos étnicos através da concepção de etnia como categoria de análise; MIMESSE (2001)⁴, a qual aborda o processo de escolarização na colônia italiana de São Caetano no Estado de São Paulo; e CORREA (2000), que realizou um estudo sobre a escolarização entre imigrantes na cidade de Campinas no mesmo Estado. Além destas, citamos outras obras sobre a historiografia da educação no Brasil, como FARIA FILHO (2000), SOUZA (2000), SCHENA (2002) e outros.

O estudo da constituição da escolarização no Município de Colombo, além de inserir-se na discussão das relações culturais e educacionais, incrementando o debate historiográfico educacional, engendra uma contribuição específica de conhecimento em torno da história da escolarização no Brasil.

Neste sentido, foi importante atentar-se para a noção de escolarização, que aqui é entendida conforme HAMILTON (1992). Segundo o autor, embora os processos de socialização, educação e escolarização conduzam a um mesmo fim - a produção de aprendizagem -, existem diferenças nestes três processos quanto à forma como a aprendizagem é adquirida. Para o autor a aprendizagem produzida pela escola é “mais socialmente visível”. Assim diz:

³ Em relação às produções sobre a educação no Município de Colombo, cito FERRARINI (1992) que embora não trate especificamente do tema, dedica um capítulo do livro “O Município de Colombo” à educação dos imigrantes da região e contextualiza-a com o processo migratório. Apesar de ser uma obra que ressalta aspectos políticos numa perspectiva “memorialista”, foi possível apropriar-se do recorte histórico e de algumas considerações estabelecidas pelo autor, principalmente porque foi o único autor a produzir estudos sobre a região.

⁴ O trabalho de Eliane Mimesse, “A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar”, resultado de sua dissertação de mestrado, contribuiu muito para o desenvolvimento desta pesquisa. Foi através da leitura desta obra que surgiu a idéia de se contemplar o processo escolar na comunidade italiana do Município de Colombo.

A “socialização”, [...], é um processo relativamente difuso, ela gera aprendizagem que é “captada” ou “observada” no curso da interação humana. Em comparação, a “educação” é um processo mais visível e mais “forte”, ela produz uma aprendizagem que foi deliberadamente promovida através de “ensino”, e, finalmente, **a “escolarização” é mais socialmente visível, ela produz aprendizagem que, por sua vez, foi moldada por modos de ensino formalizados e institucionalizados. Nestes termos, pois, há fundamentos para reivindicar a existência de “escolarização” sempre que haja evidência, entre outras coisas, de pessoal educacional distinto (por exemplo, “professores”) instrumentos educacionais distintos (por exemplo, “livros – textos”) e instalações educacionais distintas (por exemplo, “escolas”)** (HAMILTON, 1992, p. 14-15, sem grifo no original).

A escolarização pressupõe um ensino institucionalizado. A escola é pensada como um lugar próprio para o ensino e para modos de ensinar produzidos e transmitidos por ela.

Dessa forma, as reflexões de HÉBRARD (1990) sobre as primeiras aprendizagens contribuem para entendermos como a escola – enquanto instituição de ensino – se organiza como um lugar específico, com um tempo específico para a aquisição de conhecimentos próprios e conta ainda, com pessoal especializado.

Adquirir o uso da palavra e da linguagem, dos gestos cotidianos de se viver junto, da memória inerente ao grupo familiar, às exigências de sociabilidade do bairro ou da profissão são igualmente aprendizagens que se fazem “naturalmente” no exercício mesmo das atividades quotidianas e no cruzamento das gerações. Aprender a ler-escrever-contar supõe ao menos um tempo e um espaço específico, com freqüência uma pessoa em quem se reconhece a capacidade de instruir e a quem se remunera, enfim, os instrumentos sem os quais a transmissão não poderia ter lugar (HÉBRARD, 1990, p. 68-69).

Segundo IGNÁCIO (2004, p. 23), o processo de escolarização também constitui uma vinculação direta com o fortalecimento dos estados modernos. Ao pressupor espaço próprio, instrumentos educativos e pessoal especializado, a escola institucionaliza o conhecimento produzido pelo homem para assim o transmitir. Mas à escola, além da função de propiciar a aprendizagem, cabe a função de ordenação e civilização do homem, como pressupostos essenciais para a formação de uma nação moderna. Neste sentido, ao estudar o processo de escolarização no Município de Colombo é possível verificar como o ensino foi institucionalizado e caracterizado como

uma forma de “modernizar” a cidade, uma vez que a escola apareceu entre as primeiras instituições que formaram o município.

Assim, a escolarização compreende um ensino formalizado e institucionalizado. Esta por sua vez, se organiza de acordo com as relações e transformações ocorridas na sociedade em que nela está inserida. A escola apresenta-se como um espaço, onde aparecem relações de confrontos e interações e representa também um espaço que concorre para a manutenção de valores, costumes e crenças, aos quais chamamos de cultura, relacionados a diferentes vivências de cada grupo social que compõe aquela sociedade.

Abrangendo então essa dimensão extra-escolar e procurando evidenciar aspectos que engendrem um conhecimento em torno da constituição da escolarização, busca-se em THOMPSON (1998) a noção de cultura.

Cultura é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração.(p. 22)

Assim, para evidenciar o processo de ensino no Município de Colombo nos seus primórdios e compreender como ele ocorreu, é necessário “desfazer o feixe” e examinar a cultura instituída naquele momento e na sociedade em que aquelas escolas estiveram inseridas. Para isso, convém descrever a sociedade e as idéias do período, que caracterizam-se pela transição do Império para a República.

No contexto de transição regimentar, em meio à transformação nas relações de trabalho decorrente da abolição da escravatura, ao aumento populacional decorrente da inserção dos grupos de imigrantes e à mobilização da população nacional na economia brasileira, a instrução passa também a ganhar atenção.

A escola pública brasileira no período imperial era caracterizada por escolas isoladas. A precariedade do funcionamento desses estabelecimentos era complementada pela baixa freqüência dos alunos e a falta de profissionais de educação. Esse quadro educacional foi revelado por Rosa Fátima de SOUZA (1998) e

Luciano Mendes de FARIA FILHO (2000), referentes às províncias de São Paulo e Minas Gerais.

No caso paranaense, o ensino no século XIX não era diferente. Caracterizava-se por poucas escolas, que funcionavam com precariedade material e de pessoal e com baixa frequência escolar, tendo um número muito alto de crianças em idade escolar fora da escola. Havia em toda a província do Paraná, no ano de 1882, apenas 133 escolas públicas; dessas somente 91 funcionavam com uma média de 20 alunos. Havia cerca de 25.500 crianças que não freqüentavam a escola primária (RELATÒRIO, 1882, p. 3).

A situação de precariedade do sistema escolar e de falta de escolas públicas no território paranaense refletia-se também nas colônias de imigrantes no século XIX. A falta de escolas era reclamada pela maioria dos colonos, que, diante da demora da assistência por parte do governo quanto à educação, incumbia-se particularmente pelo ensino dos seus filhos. Em outros casos, principalmente na etnia italiana, os imigrantes pressionavam o governo para a abertura de escolas públicas nas colônias.

Convém lembrar que se nem mesmo a população paranaense tinha acesso a escolas públicas providas para seus filhos, quanto menos o imigrante, os quais os governantes, desde sua vinda, depositavam expectativas de mão de obra para trabalho e de crescimento econômico da Província com o intuito de não despender mais gastos públicos com essa população.

Com a Proclamação da República, os discurso relativos ao ensino passam a ser outros. A escola passa a ser considerada um instrumento fundamental na formação da nação brasileira. Pretende-se organizá-la, pois ela é peça chave para a construção de um estado-nação, visando a civilidade e o progresso. Segundo FARIA FILHO (2000, p.30), a República, além de caracterizar um movimento de transformação política e social, significou um momento crucial de refundar a escola pública, sendo ela, até então, atrasada e desorganizada. Era necessário reorganizá-la, pois, caso contrário, não seria possível levar adiante “as tarefas tão complexas como aquelas projetadas para a mesma”.

Conforme Faria Filho,

A criação dos grupos escolares era defendida não apenas para organizar o ensino, mas, principalmente, como uma forma de reinventar a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade [...] reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar; controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade (FARIA FILHO, 2000, p. 31).

A partir de 1890, ocorre no Estado de São Paulo o desencadear de uma nova “forma escolar”, caracterizada pelos “grupos escolares”. Este modelo disseminou-se pelo país inteiro concorrendo para a homogeneização da educação no meio popular (SOUZA, 1998, p.21). Embora ocorressem no Paraná reflexos dessas transformações no âmbito educacional havendo a partir de 1890, um aumento significativo no número de escolas públicas, o estado levou ainda quatorze anos, para iniciar o processo de reorganização da escola pública. O primeiro grupo escolar do Paraná foi aberto na capital (Curitiba) somente no ano de 1903.

Mesmo neste contexto de renovação educacional, a maioria das escolas paranaenses, principalmente aquelas localizadas nas cidades afastadas da capital ou longe dos centros urbanos do interior do estado, ainda funcionava (até o final da década de 1910) em casas alugadas e com muita precariedade. Conforme SCHENA (2002, p.20), havia uma certa distância entre o pretendido e o realizável, de forma que os aspectos educacionais paranaenses apresentavam, ainda no advento da república, continuidades daquilo que se realizava no Império.

A escola paranaense começa a rumar para efetivas mudanças somente a partir da segunda década do século XX. A preocupação com a construção de prédios escolares, com o provimento de mobiliário, com a admissão de professores formados pela Escola Normal, com a higienização e com os métodos de ensino, torna-se latente. A par disso, uma série de regulamentações, reformas e legislação do ensino - que embora sempre vigente, pouco tinha modificado o ensino nos anos anteriores - vem sustentando novas atribuições à escola, novos fazeres e novos olhares. É a partir desse momento que a escola paranaense inicia a afirmação da nova forma escolar.

É neste contexto de transição que o processo de escolarização primário no Município de Colombo foi configurado. Foi ele composto por escolas públicas,

particulares, subvencionadas e étnicas, a serem caracterizadas na seqüência, que apresentavam um ensino deficitário, mas não estiveram aquém da situação das demais escolas paranaenses.

Nosso estudo apresenta esta temática com a seguinte organização:

No primeiro capítulo, trata-se dos aspectos da formação do território colombense. São abordados alguns aspectos das terras do Butiatumirim, que abrigaram a Colônia Alfredo Chaves, contemplando a população brasileira que já habitava a região desde meados do século XVIII. Constituem ainda o capítulo aspectos do processo imigratório no Paraná, a formação das colônias italianas no litoral e posteriormente nos arredores do planalto curitibano e a formação da Colônia Alfredo Chaves, que deu origem ao Município de Colombo em 1890.

No segundo capítulo, são apresentadas as escolas que foram abertas na sede do Município de Colombo, focalizando os sujeitos que estiveram envolvidos nesse processo de institucionalização do ensino primário bem como os materiais de ensino. São abordadas a abertura e a organização da primeira escola pública promíscua, que ocorreu ainda no período em que o município constituía-se como Colônia Alfredo Chaves. Trata-se das escolas feminina e masculina, criadas a partir de 1890. E, por fim, é feita uma discussão sobre as escolas étnicas, que surgiram a partir de 1905 e a relação dos imigrantes com a educação.

No terceiro capítulo, são apresentadas as escolas isoladas criadas nos povoados localizados nos arredores da sede do Município de Colombo; estes povoados posteriormente passaram a fazer parte deste município. São abordadas as escolas isoladas, que foram viabilizadas particularmente pelas famílias brasileiras e que, ao longo dos anos, foram sendo subvencionadas pelo governo até tornarem-se escolas públicas efetivamente.

A trajetória da escola nos primórdios do Município de Colombo foi contemplada até a segunda década do século XX nesta pesquisa. Mas existe, ainda, muito mais a ser analisado sobre o universo escolar deste município assim como sobre o processo de escolarização em outras cidades do estado do Paraná.

1. A COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1 As terras do Butiatumirim.

O Município de Colombo é constituído por terras que compreendem partes das ocupações das antigas Sesmarias do Palmital, Capivari e Timbu⁵.

O primeiro proprietário da Sesmaria do Palmital era Antonio Martins Leme, filho de Mateus Martins Leme. Essa sesmaria foi registrada em Paranaguá no dia 10 de outubro de 1674, pelo Capitão-Mor Gabriel de Lara.

A Sesmaria do Arraial Queimado e Capivari pertencia a Domingos Fernandes Grosso e foi registrada em Paranaguá no dia 6 de agosto de 1710. Esta sesmaria foi transferida para o Padre Lucas Rodrigues França; este, por sua vez, vendeu a André Gonçalves Pinheiro, que passou por herança a Bernardina Maria França e seu marido Manoel Gonçalves Silvestre. Em 28 de outubro de 1756, estes venderam sua posse a José Rodrigues Teixeira (DERGINT, 1941, p. 74)⁶.

Quanto à Sesmaria do Timbu, seu primeiro registro não foi localizado. Segundo RITTER (1980, p.180), conforme o recenseamento realizado em 1772, a propriedade pertencia a Veríssimo Gomes da Silva.

Esses foram os primeiros proprietários das terras que deram origem ao Município de Colombo. Não se teve informação sobre os nomes dos proprietários nos anos posteriores ao registro dessas sesmarias. Igualmente, também não se sabe como ocorreu o desenvolvimento dessas localidades e o seu povoamento até meados do século XIX.

A população dessas localidades era formada por posseiros, arrendatários ou herdeiros das primeiras famílias portuguesas que ali se instalaram, como também por

⁵ Existiam 516 sesmarias registradas em São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Dessas, 69 Cartas de Sesmarias, registradas entre 1614 a 1736, correspondiam ao território paranaense (DERGINT, 1941, p. 3). As finalidades principais da sesmaria eram a ocupação das terras, o desenvolvimento da pecuária e o plantio de gêneros alimentícios. As sesmarias eram formadas por vários sítios. Os sítios eram partes de terras das sesmarias que podiam ser adquiridas através de compra, posse, arrendamento ou herança.

⁶ Atualmente, partes dessas terras correspondem ao Município de Bocaiúva do Sul e (a localidade do Capivari) ao Município de Colombo (são esses municípios vizinhos).

um pequeno contingente de “fiscadores e mineradores, vindos principalmente do litoral de São Paulo no século XVII” (WACHOWICZ, 1977, p.41).

Parte do contingente populacional que habitava essas localidades, os sítios e fazendas de Curitiba e de seus arredores nos séculos XVII e XVIII, correspondia, ainda, a famílias provenientes do litoral paranaense, que se dirigiram ao planalto curitibano para ocuparem as terras com o plantio e a criação de gado (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEM, 1969, p.40). Além destes grupos, compunham a população índios e negros escravos.

As primeiras terras que originaram o Município de Colombo correspondiam a partes dos sítios Butiatumirim e Veados, os quais constituíam partes das Sesmarias Palmital, Capivari e Timbu. Dados sobre a formação, população e o cotidiano dessas localidades são bastante escassos, pois somente com a emancipação política do Paraná passou-se a ter registros sobre a população paranaense e as atividades que desenvolviam. Assim, os primeiros registros de terras dessas localidades são datados apenas a partir de 1856, ou seja, correspondem ao cadastramento de registros de terras feito após a emancipação política do Paraná em 1853. As localidades de Butiatumirim e Veados, no século XIX, já eram consideradas povoados que integravam a cidade de Curitiba.

Em 1878, quando parte dessas terras do Butiatumirim e Veados foi adquirida pelo Presidente da Província Octávio Rodrigues para formar a Colônia Alfredo Chaves, era seu proprietário Manoel Ribeiro Pinto, um dos herdeiros do Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco (FERRARINI, 1992, p.25).

Segundo os Livros de Registros de Terras da Província do Paraná (nº 1 e 2), encontrados no Arquivo Público do Paraná, as demais terras da localidade do Butiatumirim que não foram compradas pelo Presidente da Província Octávio Rodrigues pertenciam e eram habitadas pelas seguintes famílias: Manoel Joaquim Cordeiro, Rafael Machado do Bonfim, José Lourenço de Ramos, Claudino Ramos, Mariano José Lopes, Gertrudes Maria Pacheco, José Marcelino da Rosa, Mathias Antonio da Silva, Athanasildo Pinto França, José Antonio de Farias, Adolfo Ribas Oliveira Franco, Isaias

Nunes Rocha, Rosa de Godoy e Joaquim Manoel de Araújo. Certamente poderia haver ainda outras famílias que não constavam nos livros de registros.

Quanto às terras da localidade denominada Veados, foram encontrados nos livros de registros de terras os seguintes nomes: Manoel Rodrigues Machado, Francisco Rodrigues Machado, Joaquim Lourenço, Manoel José Gomes Veiga Ávila, Jacintho Antonio, Lucas Ludgero Fontoura, José Tavares e Isabel Corrêa.

Devido à predominância de sobrenomes de origem portuguesa nestes registros de proprietários de terras, as quais constituem hoje o Município de Colombo, pode-se observar que as primeiras famílias que habitavam estas terras eram de descendência portuguesa. Segundo VECHIA (1998, p.29), a população paranaense no século XIX era “predominantemente branca, descendentes de portugueses e espanhóis”.

Predominavam, nessas localidades, atividades econômicas de criação de animais e plantio de alimentos, como milho, feijão (os principais) e outros cultivos. Por isso, os moradores mantinham um forte vínculo com a Vila de Curitiba para comercializar seus produtos. “Esses moradores rurais vinham sempre à vila (Curitiba), tratar de negócios e assistir às festas religiosas. Vinham a cavalo ou em carros de boi” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEM, 1969, p.41).

O vínculo que mantinham com Curitiba para, entre outras atividades, comercializar e participar das cerimônias religiosas, embora dificultada pela distância e má infraestrutura das estradas de acesso, contribuiu, em parte, para que as localidades não se desenvolvessem. Não havia igrejas, cemitérios, comércios, nem mesmo escolas, uma vez que todos esses benefícios eram buscados na capital.

Nem mesmo em povoados que apresentassem um maior número de pessoas havia uma vila estabelecida, como é o caso do povoado de Ribeirão das Onças, vizinho ao povoado de Butiatumirim. Segundo o mapa estatístico populacional datado de 1872, o povoado contava com uma população de 328 pessoas, mas havia na região apenas uma pequena capela.

Cumprе notar que essa situação revela o cenário das comunidades rurais paranaenses em meados do século XIX: as comunidades apresentavam uma esparsa

população e mantinham vínculos comerciais e sociais com os centros urbanos ou com a capital.

Somente com o estabelecimento de uma política imigratória, trazendo mão-de-obra estrangeira, o cenário tendeu a mudar. A inserção de imigrantes contribuiu para o desenvolvimento e expansão da agricultura de subsistência no território paranaense, para o crescimento populacional e para a rápida constituição de vilas formadas por igrejas, comércios e escolas.

Foi neste sentido que a imigração proporcionou a formação de muitas cidades paranaenses e o aumento das atividades econômicas, culturais e sociais em todo o Estado. Com o aumento significativo da população, ocorria, conseqüentemente, o aumento das atividades econômicas e sociais.

A formação do município de Colombo contou com a participação de imigrantes italianos. Trataremos, a seguir, de como se deu a inserção dessa etnia na Província do Paraná em finais do século XIX e da formação da Colônia Alfredo Chaves.

1.2 A chegada dos imigrantes italianos ao Paraná.

A Lei Provincial nº 29, de 21 de março de 1855, autorizou o governo provincial a promover a imigração na Província do Paraná. A necessidade de mão de obra estrangeira foi o interesse central para que a política imigratória fosse viabilizada através de contratos com empresários (agentes de imigração) que se responsabilizavam pelo transporte dos imigrantes e pela formação de colônias⁷.

A entrada de imigrantes europeus no Paraná teve a finalidade de garantir a produtividade da agricultura de subsistência. Assim, a colonização de terras nos arredores da cidade de Curitiba propiciou o desenvolvimento da produção agrícola de

⁷ No ano de 1829, a primeira colônia de imigrantes europeus foi criada no Paraná a partir da iniciativa do Governo Imperial, a Colônia Rio Negro. O núcleo era formado por alemães que vieram diretamente de seu país de origem e de alemães reimigrados dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Após o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que transferiu às províncias a competência de promover e estimular o ingresso de estrangeiros no país, outras duas colônias foram criadas, as Colônias Tereza e Superaguy. A primeira era composta por imigrantes franceses e a segunda, por suíços, franceses e alemães. Neste período, o Paraná ainda era parte de São Paulo e foi por determinação desta Província que as duas colônias foram formadas.

gêneros alimentícios e a construção e conservação de estradas para facilitar seu escoamento, advindo daí melhor comunicação entre povoados e vilas da Província.

A partir dessas iniciativas, inúmeras colônias foram criadas em anos posteriores à emancipação da Província do Paraná. As localizadas nos arredores de Curitiba, como Santa Cândida, São Venâncio, Argelina, Abranges, Pilarzinho, Lamenha, Santo Ignácio, Órleans, Dom Augusto, Dom Pedro, Rivière, Tomaz Coelho entre outras, contribuíram para o desenvolvimento econômico da região, principalmente, através do comércio e da produção agrícola. Houve ainda a criação de colônias localizadas próximas a outros centros urbanos, como Lapa, Ponta Grossa, Castro e Guarapuava, que também prosperaram.

Estas colônias foram formadas, predominantemente, por imigrantes de nacionalidades alemã, polonesa, suíça, inglesa, francesa e belga além de um pequeno contingente de imigrantes italianos. Somente a partir do ano de 1875 o Paraná recebeu um número significativo de imigrantes de nacionalidade italiana.

Convém ressaltar que uma série de fatores acarretou a vinda de imigrantes europeus para a América. Mesmo entre os imigrantes italianos, não havia uma única razão para deixarem o país de origem.

Ângelo TRENTO (1989) apresenta em sua obra os fatores que contribuíram para a entrada especificamente de imigrantes italianos no Brasil. Embora permeados por certo determinismo, estes fatores são importantes para a compreensão da vinda e inserção de imigrantes desta nacionalidade na região sul do país.

Conforme TRENTO (1989), a vinda de sucessivas levas de imigrantes italianos para o sul do Brasil na década de 1870, dentre inúmeros outros motivos, ter-se-ia dado pela interação de dois fatores: o de “atração”, política imigratória brasileira, e o de “expulsão”, crise econômica na Itália.

Segundo o autor, os fatores de atração são caracterizados pelas condições propícias que a política imigratória dos estados do sul estabeleceu. Dentre estas condições, destaca-se a concessão de lotes para o cultivo agrícola, que garantia aos imigrantes a posse da terra. O fator de expulsão é caracterizado pela crise econômica e agrícola vivenciada pela Itália em meados do século XIX. Esta crise gerou a

deterioração das condições de vida dos pequenos proprietários camponeses nas regiões do norte italiano. Aliados, estes dois fatores foram fundamentais para o estabelecimento do intenso processo imigratório, na região sul do país.

Como mostra Trento, a posse da terra, sem dúvida, foi o principal atrativo para a intensa imigração italiana para esta região.

Aqui intervém a complementaridade das causas de “expulsão” e de “atração”, que o sul do Brasil oferecia. Aparentemente, as condições eram mais vantajosas para esse tipo de emigrante, cuja maior aspiração ainda era representada pela posse de terra. De fato, mesmo que através da abertura de novos cultivos em terras virgens, a região oferecia a esse emigrante a possibilidade de tornar-se, em poucos anos, dono de um sítio de dimensões em média bem maiores do que ele tinha tido na pátria (TRENTO, 1989, p.79-80).

Não devemos esquecer que, em São Paulo, também houve um intenso fluxo imigratório italiano que se deu um pouco mais tarde (1880). Neste Estado, as condições de trabalho para os imigrantes que lá aportavam eram bem diferentes das dos imigrantes vindos para o sul.

Conforme RAMBO (2003, p.63-92), em São Paulo, a imigração serviria para ser incorporada aos trabalhos nas fazendas de café, enquanto que no sul, a imigração europeia deveria seguir as bases de uma economia agrícola alicerçada na distribuição de pequenos lotes para o desenvolvimento de uma agricultura familiar.

No Paraná, a introdução de imigrantes italianos se deu primeiramente através de um contrato firmado entre o Presidente da Província, Venâncio José Lisboa, e o empresário Sabino Tripoti, no ano de 1871 (BALHANA, 1958, p. 28). Um número significativo de imigrantes foi instalado, inicialmente, na Colônia Alexandra, criada no ano de 1875.

Embora a proposta política de distribuição de terras - dinamizada pela Província para os imigrantes que desejassem a posse da terra e buscando o desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente econômico - fosse aparentemente vantajosa, os imigrantes que pensavam encontrar condições propícias no Paraná, acabaram sofrendo as conseqüências da falta de interesse e de responsabilidade dos agentes da imigração no seu ingresso e instalação no país.

O empresário Tripoti, exemplo de falta de responsabilidade, fundou a Colônia Alexandra na região litorânea movido por interesses pessoais. Localizada próxima ao Porto de Paranaguá, seria facilitado o transporte dos colonos, despendendo poucos recursos. Desta forma, poderia o empresário trazer um número muito maior de imigrantes com a metade dos recursos que o governo lhe pagaria.

Segundo BALHANA (1858, p.29), Tripoti não estava interessado nem nos colonos nem na colonização da Província. Seu objetivo era atrair um número maior de imigrantes, uma vez que recebia 500 libras e não despendia mais de 100 por imigrante que trouxesse. Ainda segundo BALHANA, para convencer o maior número deles na Itália, o empresário confeccionou folhetos denominados “Carta ao Amigo Colono”, que traziam informações contrárias e enganosas sobre a realidade daquela colônia.

Não demorou muito tempo para as conseqüências desta prática e desta política aparecerem. O mau planejamento colocava em evidência a situação lastimável da Colônia, tornando quase impossível a sobrevivência dos imigrantes. A localidade tornava-se pequena em relação ao grande número de imigrantes que ali aportava. Os poucos colonos que conseguiram terras não tiveram êxito com a produção devido ao clima que não era propício para o tipo de cultivo trazido do norte da Itália. A maior parte deles era composta por camponeses “contadini” que procediam do Vêneto, região de clima muito frio.

Inúmeras reclamações chegavam a Curitiba da Colônia Alexandra. Muitos imigrantes desejavam até mesmo retornar à Itália, pois julgavam terem sido enganados pelas falsas promessas das propagandas. A melhor solução aos imigrantes seria a assistência e sua remoção para outro lugar. Assim, o Presidente da Província Adolfo Lamenha Lins rescindiu o contrato com Tripoti e promoveu diretamente a imigração e a reimigração de colonos. No ano 1877, criou a Colônia Nova Itália, em Morretes, para remover os imigrantes que não desejassem permanecer na Colônia Alexandra e, também, para instalar outros novos imigrantes que continuavam a chegar (BALHANA, 1958, p.30).

De acordo com AZZI (1987, p.213), em 1877, desembarcaram no Porto de Paranaguá cerca de 2000 colonos vênnetos, estimulados por um sacerdote do Canal de

Brenta. O autor não revela o nome do sacerdote, mas, em documentos, localizou-se o nome de Ângelo Cavalli, que se tornou, em pouco tempo, capelão da Colônia Nova Itália.

A Colônia Nova Itália, também na região litorânea, não prosperou devido aos mesmos problemas que afetaram a Colônia Alexandra. VECHIA (1998) aponta como um dos principais problemas a localização das colônias, que dificultava a comercialização dos produtos.

Além desta, muitas outras razões levaram ao fracasso daquelas colônias. FERRARINI (1973, p.42) afirma que outros fatores foram mais relevantes que a distância. Este autor informa que, em visita à Colônia Nova Itália, em 1878, o Presidente da Província, Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes, relatou a precariedade das condições de sobrevivência e a insatisfação dos colonos ali estabelecidos: estavam sem alimentação nem roupa e acometidos de muitas doenças decorrentes do clima do litoral. Havia mais de 800 famílias ocupando 610 lotes, dentre os quais, alguns eram impróprios para o plantio. Tudo isso dificultava a permanência destes colonos.

O Padre Pietro Colbacchini⁸, em Relatório, datado de 13 de outubro de 1892, ao Presidente da Società Italiana de São Rafael, Volpi Landi, responsável pela assistência aos imigrantes, relatou as condições dos colonos que viviam no litoral paranaense, nos anos de 1875 e 1877. Entre tantos problemas, Colbacchini destacava as doenças mais insuportáveis, causadas pelos insetos.

Di giorno i lavori riescono insopportabili per il calore e più per uno sciame di zanzare (mosquitos) che fanno gonfiare le parti scoperte della persona e producono viva molestia; di notte altra specie delle stesse (permalão) rompe i sonni e dissangua i poveri pazienti. Fra carne e pelle le punture acutissime di un verme, che assume nel suo sviluppo la grossezza di un fagiuolo, e che viene iniettato da una mosca color dell'oro (bicho-berna). Nei piede, specie nelle estremità è nel tallone, prurito insoffribile e piaghe puzzolenti prodotte da un altro insetto (bicho dos pés) che nidifica e cova, e si sviluppa a mo' di piccola pulce.

⁸ O Padre Pietro Colbacchini escreveu dois longos relatórios. Um destes, que tratava sobre os imigrantes, foi escrito em Curitiba e enviado, em outubro de 1892, ao Marquês João Batista Volpe Landi, de Piacenza, Presidente da Sociedade Italiana de São Rafael. Foi publicado no volume de Francesco Macola, "L'Europa alla Conquista dell'America Latina", Venezia, Ongaria, em 1894, e transcrito no livro "La Società Italiana di fronte alle prime migrazione di massa", Studi Emigrazione, páginas 327 a 340. O outro relatório foi enviado, em 1895, ao Ministro do Exterior da Itália e publicado no volume supra citado, nas páginas 345 a 393 (FEDALTO, 1978.p. 18).

I bambini ed i vecchi sono più soggetti a questa malattia, che non rispetta però età e sesso o condizione di persone. A questo aggiungo le conseguenze prodotte direttamente dal clima, cioè stordimento al capo, languore di membra, inappetenza, svogliatezza, indolenzia e quase tédio della vita.

Questa la Vera condizione di coloro, che abitano il litorale Paraná (COLBACCHINI, 1968, p.330)⁹.

AZZI (1987, p.213) e BALHANA (1958), também se referem às doenças causadas por insetos e pelo clima tropical. Mas o que gostaríamos de destacar aqui desses autores, é a transferência gradativa dos colonos do litoral em direção a Curitiba.

Relativamente ao número dos imigrantes entrados no período do “rusch” da imigração italiana no Paraná, em 1875 a 1878, foi pequeno o contingente que se fixou em definitivo na região litorânea. Os que ali permaneceram dedicaram-se às plantações de cana para o fabrico de açúcar e aguardente, que constituíam importante indústria local, e, em menor escala, ao cultivo de milho, feijão e café. Os demais por iniciativas próprias, ou com o auxílio governamental, foram transferindo-se para o planalto curitibano (BALHANA, 1958, p.31).

Como nos informa BALHANA, a maior parte do contingente de imigrantes estabelecidos no litoral dirigiu-se a Curitiba. A sua acomodação no planalto curitibano deu-se de modo diversificado. Muitos imigrantes que deixaram o litoral por conta própria acabaram se instalando em colônias já existentes, identificadas anteriormente. Outros instalaram-se na região dos Campos Gerais. A maior parte se fixou em novas colônias formadas nos arredores de Curitiba através da compra de terras feita pelo Presidente Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes. As colônias Antonio Rebouças, Santa Maria do

⁹ “De dia os trabalhos têm sido insuportáveis pelo calor e mais por um enxame de mosquitos que fazem inchar as partes descobertas da pessoa e produzem fortes incômodos; à noite outra espécie do mesmo (pernilongo) rompe os sonos e sangra os pobres homens. Entre carne e pele as picadas agudíssimas de um verme, que assumem no seu desenvolvimento a grossura de um feijão, e que vem injetado por uma mosca cor de ouro (bicho-berne). Nos pés, especialmente nas extremidades e no calcanhar, coceira insuportável e feridas malcheirosas, produzidas por outro inseto (bicho de pé) que nidifica e incuba, e se desenvolve como uma pequena pulga. As crianças e os velhos são os mais susceptíveis a esta grave enfermidade, que não respeita todavia idade e sexo ou condição das pessoas. A isto acrescento as conseqüências produzidas diretamente pelo clima, isto é, tontura, enfraquecimento dos membros, falta de apetite, desânimo, preguiça e tédio da vida. Esta é a verdadeira condição daqueles que vivem no litoral do Paraná”. COLBACCHINI, Pietro. Le condizione degli emigranti nello stato di Paraná in Brasile. In: **La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa**. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968, p.330.

Novo Tyrol, Campo Comprido, Murici, Inspetor Carvalho, Dantas (Água Verde), Santa Felicidade, Alfredo Chaves, além de outras, foram criadas neste período¹⁰.

Embora criadas no mesmo momento, as colônias dinamizaram formas de organização social, condizentes com cada grupo de imigrantes que nelas se estabeleceu e com a interação que esses diferentes grupos fizeram com a população brasileira. É bem verdade que algumas destas colônias, por se localizarem próximas a Curitiba, tinham um ritmo de vida social diverso das que se localizava distante, sendo a questão da maior ou menor proximidade da Capital fator relevante para o seu desenvolvimento. Assim também, enquanto umas mantiveram por mais tempo uma cultura ligada a seu país de origem, outras sofreram mais rapidamente um processo de integração com a população paranaense, como foi o caso da Colônia Alfredo Chaves.

1.3 A formação do Núcleo Colonial Alfredo Chaves.

Criado no ano de 1878, o núcleo recebeu o nome do Inspetor Geral de Terras e Colonização do Império, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, sendo então denominado Núcleo Colonial Alfredo Chaves¹¹. As terras que formaram o núcleo foram divididas em 80 lotes (dentre estes, lotes rurais e urbanos) e receberam 40 famílias de imigrantes que procediam das colônias do litoral. Cada família de imigrante recebeu do governo o lote, que deveria ser pago à medida que, com o rendimento do trabalho nas terras do próprio lote, pudesse ser quitado.

¹⁰ Na correspondência de governo AP. 592, fl. 23, 1880, encontram-se informações sobre o número de colônias no Paraná, ano de fundação, o número de famílias de imigrantes instaladas e a nacionalidade. As colônias Dantas (Água Verde) e Santa Felicidade - apesar de serem criadas no mesmo ano e cumprirem a mesma finalidade, a instalação dos colonos removidos das colônias do litoral - não foram formadas através da compra de terras pelo governo, mas através da compra particular de terrenos pelas próprias famílias imigrantes.

¹¹ Os imigrantes que se estabeleceram na Colônia Alfredo Chaves recusaram-se a se estabelecer na localidade de Piraquara, onde foi criada a colônia Santa Maria do Novo Tyrol, constituída também por imigrantes italianos. O motivo da recusa, primeiramente, foi a distância daquela colônia do centro urbano da Capital. O segundo, era o fato de que os primeiros imigrantes a se instalarem naquela colônia eram trentinos (da região italiana de Trento), enquanto que as famílias que se estabeleceram na colônia Alfredo Chaves eram vênnetos (da região do Vêneto). Embora da mesma etnia, havia distinções entre os grupos caracterizados por modos de vida, dialetos locais e pensamentos, diferenciando-se por cada região de origem. Isso impedia que a formação da colônia ocorresse harmonicamente, pois evidenciaria uma série de conflitos.

Inicialmente, ao se estabelecerem naquele núcleo, os imigrantes instalaram-se em dois barracões de madeira até que suas casas fossem construídas. As casas foram construídas pelo governo e seguiam o modelo estabelecido no contrato de 16 de outubro de 1878. Eram casas simples, de madeira, com uma porta e duas janelas na frente e outra porta no fundo. O telhado, com inclinação de 45º, era feito de pequenas tábuas de madeira. A construção durou até dezembro daquele ano (CÓDICE, 1878, p.17).

No dia 4 de janeiro de 1879, o núcleo foi emancipado, passando a denominar-se Colônia Alfredo Chaves. Nesta data, também foram entregues as casas e os títulos provisórios dos lotes aos colonos. Neste dia ainda, foram solicitadas pelos colonos as construções de uma igreja, um cemitério e uma escola.

Em virtude da demora de atendimento pelo governo até meados daquele ano, os próprios colonos providenciaram estas construções. Primeiramente, a igreja e o cemitério foram construídos. Para a construção da capela, os colonos propuseram ao governo o reaproveitamento das madeiras dos barracões onde inicialmente foram instalados. Como acabaram construindo-a por conta própria utilizaram este material. A escola foi viabilizada posteriormente.

O documento que solicitava a construção da capela na colônia reaproveitando a madeira dos barracões, datado em 21 de janeiro de 1879, permite a recuperação de indícios dos possíveis nomes das quarenta famílias que constituíram a colônia. As assinaturas presentes no documento possivelmente correspondem aos nomes das famílias que primeiro ali se estabeleceram.

Esta mesma possibilidade é indicada por FERRARINI (1992), que afirma também não ter localizado qualquer documento que informasse quais foram as primeiras famílias que se estabeleceram naquela colônia. Os nomes identificados no documento são de Busato Francesco, Tosin Giovanni, Cavazzin Pietro, Bernardi Gioachino, Mottin Francesco, Cavalli Giovanni III, Cavalli Pietro, Cavalli Liberate, Strapasson Clemente, Cavalli Domenico, Guarise Franscesco, Bontorin Antonio II, Giovanni Broto, Schemin Domenico, Lazzarotto Roço, Lazzarotto Giovanni I, Cavalli Girolamo, Alberti Franscesco, Nodari Antonio, Ceccon Gasparo, Ceccon Domenico, Mocellin Stafano,

Mocellin Gasparo, Cavalli Francesco, Domenico Riva, Mocellin Giovanni, Giulian Giuliani, Bontorin Antonio, Dallazuanna Pietro, Dallazuanna Giusepe, Poli Antonio, Poli Giuseppe, Cavassin Maria, Dallazuanna Nazário, Migielaro Cirilo, Costa Giuseppe, Cavalli Giovanni II, Andreata Stefano, Mottin Giovanni e Fantinato Franscesco (REQUERIMENTO, 1879, p.583).

Outro documento que traz informações sobre a colônia é um ofício, de 30 de maio do mesmo ano, enviado pelo engenheiro chefe do 2º distrito da Província, Olympio Rodrigues Antunes, ao Presidente da Província, Manoel Dantas Filho.

Fundada em setembro do ano passado por italianos do Padre Ângelo Cavalli, que recusaram-se estabelecer-se no Piraquara, está situada em terrenos de boa qualidade e a pouca distância da Colônia Santa Cândida, arredores de Curytiba.

Os colonos se achão satisfeitíssimos a ponto de preferirem trabalhar em seus lotes à aprontarem as terras.

A superfície da colônia é de 923573 divididos em 40 lotes, havendo urbanos e rurais, apresentando aquelles uma vila com 5 ruas, denominados: Limoeiro, Torres, Theresio, Chalreo e Antunes e uma travessa sem nome.

Instaram no dia da emancipação pela necessidade de uma capela, cemitério e escola, de cujos melhoramentos deve esta colônia ser dotada.

Da dacta de sua emancipação que teve lugar no dia 4 de janeiro do corrente anno até esta dacta, se tem gasto na conclusão de estradas, casas e outros serviços a quantia de 5420\$235.

Sua população é de 38 famílias com 144 pessoas, sendo:

Maiores de 10 annos.....	107
Menores de 10 annos.....	37
	144

(OFÍCIO, 1879, p.161).

Note-se que o documento refere-se ao Padre Ângelo Cavalli. Como se viu anteriormente, esse sacerdote teria se responsabilizado pela entrada de mais de 2000 imigrantes italianos pelo Porto de Paranaguá quando exercia a função de capelão na Colônia Nova Itália. Se observarmos a lista dos nomes das 40 famílias no documento anterior, vemos que sete delas possuem o mesmo sobrenome do sacerdote. É um número significativo em relação aos sobrenomes das outras famílias. Este permite-nos especular sobre a providência do Padre Ângelo para a vinda de seus familiares.

Essa hipótese pode ser confirmada através do documento descrito na obra de FERRARINI (1992, p.123). Trata-se de um requerimento enviado ao Presidente da Província pela mãe do sacerdote, a viúva Antonia Cavalli, que, estabelecida na Colônia

Alfredo Chaves, após a morte do filho, necessitava de auxílio do governo para sobreviver.

Outro aspecto a ser destacado no ofício é a expressão citada “os colonos se achão satisfeitíssimos a ponto de preferirem trabalhar em seus lotes à aprontarem as terras.” Ora, a posse da terra, como vimos anteriormente, era o maior desejo dos imigrantes; era o que os atraía a ponto de avançarem além mar. Por esta razão, o autor é levado a supor esta grande satisfação, como se encontra no documento.

O documento nos permite ainda visualizar e entender como a organização daquela colônia foi se configurando naqueles primeiros anos: primeiramente, a divisão dos lotes e o trabalho; depois, a construção da capela, do cemitério e da escola.

Cumprе ressaltar que a relação com o trabalho era marcadamente forte entre aqueles imigrantes. No ano de 1880, alguns requerimentos são enviados ao Presidente da Província solicitando melhorias para a produção agrícola nos lotes.

Os principais cultivos eram o milho e a uva; esta última para a produção de vinho. Em 4 de fevereiro de 1880, os colonos enviaram ao Presidente da Província, João José Pedrosa, um requerimento solicitando o maquinário para equipar um moinho de fubá. Segundo o documento, os colonos já haviam preparado o local, construindo um grande açude e um edifício de madeira para abrigar o referente maquinário (REQUERIMENTO, 1880, p. 195).

Inúmeros eram os pedidos feitos pelos colonos das diversas colônias do Paraná, tornando-se inviável o atendimento de todos. Desse modo, a resposta do Presidente da Província ao requerimento de 1880 foi negativa. Assim, um dos imigrantes Francisco Busato, reaproveitando as instalações, assume o funcionamento do moinho, construindo o maquinário. Constrói ainda, no mesmo local, uma ferraria e uma serraria.

Os produtos agrícolas produzidos pelos imigrantes nos lotes da colônia eram comercializados na capital, Curitiba. As estradas que ligavam a colônia à capital não apresentavam boas condições. Por isso, em 8 de outubro do mesmo ano, os imigrantes enviaram um outro requerimento ao Presidente da Província, solicitando que fossem realizados alguns reparos na estrada a fim de facilitar o escoamento da produção (REQUERIMENTO, 1880, p.93). O pedido foi aceito, pois a comercialização de gêneros

alimentícios na capital era vantajosa para o governo. Essa prática concretizava os interesses do governo em relação à mão de obra estrangeira e os objetivos dos colonos, que conseguiam comercializar com facilidade a produção na capital, trazendo recursos e estabilidade financeira à colônia.

No início do ano de 1885, iniciou-se a construção de uma nova capela, ainda de madeira. Até este ano, existia uma pequena capela de madeira construída, no ano de 1879, com as tábuas dos dois barracões que abrigaram os imigrantes no ano de sua chegada.

As missas, batizados, casamentos e outras celebrações religiosas eram realizados quinzenalmente ou mensalmente, dependendo da possibilidade da presença de um sacerdote, uma vez que este deveria deslocar-se da Capital.

Neste mesmo ano, a Congregação Scalabriniana com sede na Itália, enviou o missionário Padre Pietro Colbacchini para atender às colônias de imigrantes italianos. Este se estabeleceu na Colônia de Santa Felicidade e foi Diretor da Missão Italiana, exercendo a função de padre e oferecendo a assistência religiosa aos colonos italianos estabelecidos nas colônias italianas, criadas a partir de 1875, nos arredores de Curitiba.¹²

Em relatório datado do ano de 1895, o Padre Colbacchini analisa a forma como o Governo do Paraná organizou as colônias de imigrantes, citando como exemplo as Colônias de Novo Tyrol e Alfredo Chaves. Considera que essas foram experiências pouco satisfatórias no que tange à sua organização e, principalmente, à distribuição geográfica dos lotes.

Non so se convenga meglio accentrare le case dei coloni a guisa di borgata, sistema che offrirebbe i suoi vantaggi, ovvero costruirle ciascuna sui diversi lotti, il che certamente corrisponderebbe meglio al gusto ed alla comodità dei coloni. Gli esperimenti fatti dal Governo del Paraná nella fondazione delle due colonie italiane con case raggruppate in grossi centri, di S. Maria Novo Tyrol e di Alfredo Chaves – ora Villa Colombo – diedero risultati poço soddisfacenti. La prima non conta nella borgata più di un quarto delle famiglie ivi alloggiate da principio; e la seconda, per

¹² O Padre Colbacchini atendia as seguintes colônias: Dantas (Água Verde), Santa Felicidade, Alfredo Chaves, Antonio Rebouças, Campo Comprido, Santa Maria do Novo Tyrol, Murici e Zacarias. Todas faziam parte da Capelania Curata Italiana, criada para dar assistência religiosa aos imigrantes italianos e estabelecida na Capela da Colônia de Santa Felicidade. BALHANA, Altiva Pilati. **Arquivo da Paróquia de Santa Felicidade**. Boletim do Departamento de História da UFPR, nº 11. Curitiba: 1971.

certe circostanze particolari, specialmente perchè fornita di una Chiesa, continuò puré nel primiero stato, ma quasi tutti i coloni credettero opportuno costruirsi case sul terreno che ciascuno d'essi coltiva, e dove vanno a dimorarvi nell'epoca dei più importanti lavori.

Io sarei di opinione essere miglior partito di edificare le case sopra ogni singolo lotto, solo formando dei piccoli centri corrispondenti ai nostri villaggi dove si credesse più opportuno costruire la Chiesa, la Scuola, la casa del medico ecc. Ciò, come l'esperienza há dimostrato, contribuirebbe anche alla quiete ed alla moralità (COLBACCHINI, 1968, p.390)¹³.

O que o Padre Colbacchini reclamava era a forma da divisão dos lotes nas colônias, realizada pelo governo, dificultando a organização das vilas. Conforme o mapa da divisão dos lotes da Colônia Alfredo Chaves a seguir, é possível verificar que cada colono recebia um lote urbano e um rural. O lote urbano, onde se localizava a casa do colono, estava disposto de modo a propiciar uma vila. No entanto, os lotes rurais localizavam-se distantes dos lotes desta vila.

¹³ “Eu não sei se seria melhor concentrar as casas dos colonos a maneira de povoado, sistema que ofereceria as suas vantagens, ou seja, construí-las cada uma nos seus diferentes lotes, o que certamente corresponderia melhor ao gosto e à comodidade dos colonos. As experiências feitas pelo Governo do Paraná na fundação de duas colônias italianas com casas agrupadas em grandes centros - S. Maria Novo Tyrol e de Alfredo Chaves, agora Vila Colombo - deram resultados pouco satisfatórios. A primeira não conta no povoado com mais do que um quarto das famílias ali hospedadas no início; e a segunda, por certas circunstâncias particulares, especialmente porque é provida de uma Igreja, continuou também na primeira condição, mas quase todos os colonos acreditaram oportuno construir-se casas nos terrenos onde cada um cultiva e onde eles vão residir na época dos mais importantes trabalhos.

Eu seria da opinião, ser melhor decisão, construir as casas sobre cada lote individual, só formando alguns pequenos centros correspondentes às nossas vilas onde se acredita mais oportuno construir a Igreja, a Escola, a casa do médico etc. Isto, como a experiência demonstrou, contribuiria também para a tranqüilidade e a moralidade pública”. COLBACCHINI, Pietro. Relazione a S. E. il Ministro degli steri. In: **La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa**. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968, p. 390.

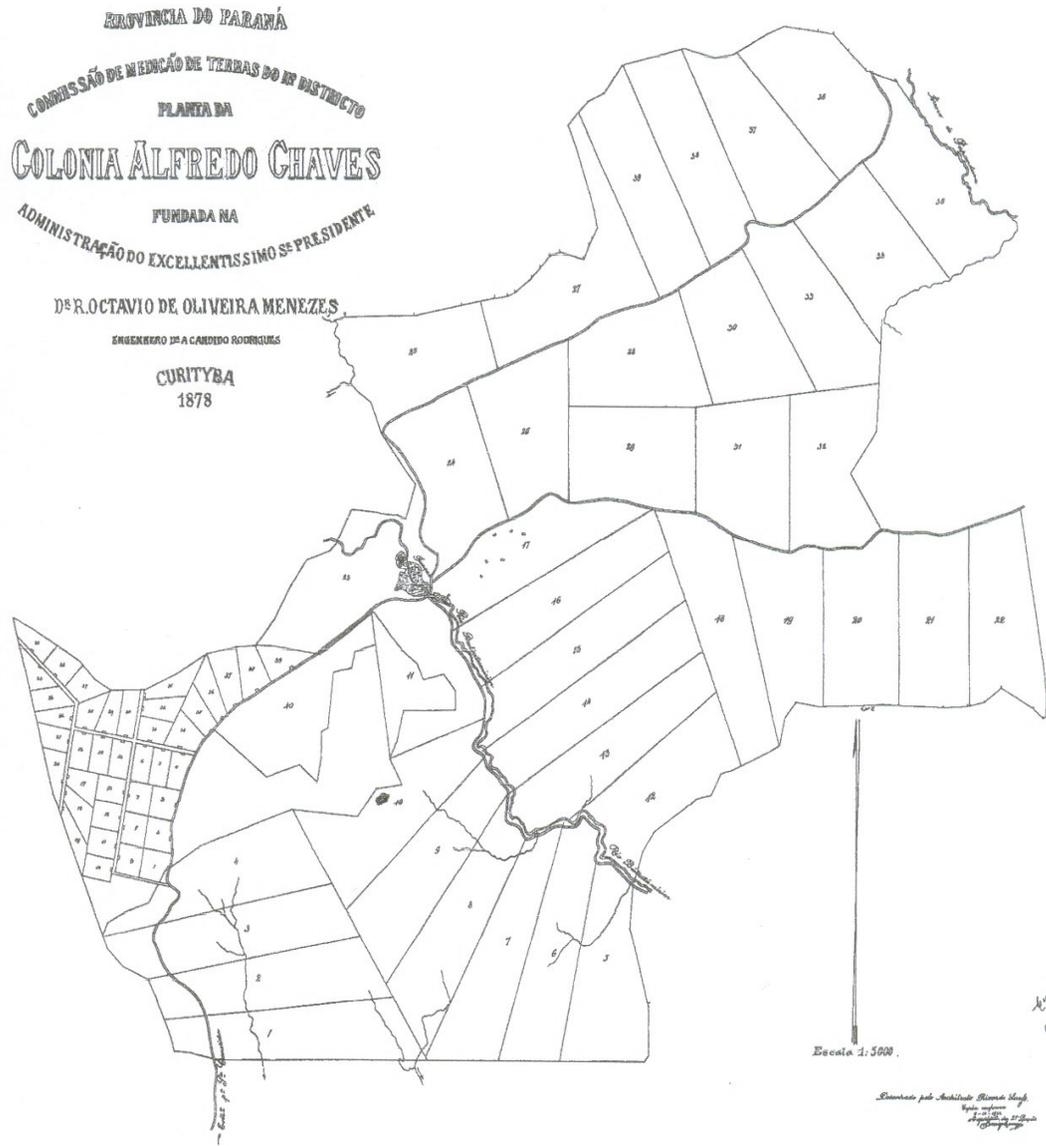


Figura 1: Mapa contendo a divisão de lotes da Colônia Alfredo Chaves – 1878.
 Acervo: Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

O Padre Colbacchini, embora reconhecesse que essa organização tivesse suas vantagens, discordava que os lotes rurais estivessem separados dos lotes urbanos, pois, durante o período da produção agrícola, do plantio e da colheita, os colonos teriam que se deslocar da vila para morar nos lotes rurais a fim de trabalhar na terra.

Esse movimento, segundo o padre, fazia com que os imigrantes ficassem, durante este período de trabalho, distantes e alheios aos benefícios existentes na vila, como a igreja, a escola, o médico entre outros. Na opinião dele, os lotes deveriam estar conjugados de modo que, na própria vila, pudessem construir suas casas, desfrutando dos benefícios acima citados, e, ainda, trabalhar com a terra no mesmo local.

Com a insatisfação quanto à adoção daquele sistema de organização da colônia, o Padre Colbacchini exprimia sua preocupação quanto à participação dos colonos nos ofícios religiosos. Ele sabia que os colonos tinham como forte objetivo a estabilidade financeira.

Para além da função que o Padre Colbacchini exercia, sua preocupação se estendia à privação dos demais benefícios a serem usufruídos pelos colonos. Localizando-se longe dos centros, estariam eles distantes não somente da assistência religiosa, estando propensos a deixar sua fé, mas também estariam privados do atendimento médico e do ensino; este último, também era considerado pelo religioso ponto importante para a manutenção da moralidade pública. Se o afastamento dos colonos da Igreja poria em risco a prática da fé, o afastamento da escola trazia riscos não menores. Que riscos seriam esses? Que mal fazia ao homem a falta da frequência à escola?

A preocupação com o ensino manifestada pelo padre pode ser motivada, entre outras razões, pela presença do catecismo no conjunto dos ensinamentos ministrados pela escola naquele período, e ainda, pela função civilizadora e humanizadora atribuída à escola¹⁴.

Ao contrário do que pensava o Padre Colbacchini, a escola teve lugar central na constituição do Município de Colombo. Os colonos, além de se dedicarem ao trabalho, buscaram conciliar os benefícios da vida social, como a escola e a religião.

¹⁴ Essa questão será aprofundada no capítulo 2 a seguir, em “As escolas étnicas”.

A escola aparece desde os primórdios da colônia e ganha espaço e representatividade junto àquela sociedade ao longo dos anos. A escola, no Município de Colombo, não caminhou aquém das fragilidades e transformações pelas quais passaram as escolas paranaenses e brasileiras; ela representou uma fração desse processo de escolarização.

2. OS PRIMÓRDIOS DA ESCOLARIZAÇÃO.

2.1 A primeira escola pública.

Os italianos da Colônia Alfredo Chaves enviaram ao Presidente da Província, Dr. Carlos Augusto de Carvalho, um abaixo assinado, datado de 11 de julho de 1882, contendo 67 assinaturas, dentre as quais as de alguns brasileiros. No documento, reclamavam a falta de aulas públicas na colônia, alegando seu esquecimento pelo governo. Solicitavam a criação de uma escola pública promíscua¹⁵, informando haver na colônia um número muito alto de crianças - cerca de 140, de ambos os sexos, menores de 14 anos de idade - e, ainda, muitos filhos de brasileiros que necessitavam receber educação (REQUERIMENTO, 1882, p.58-59).

Embora parte daquelas terras já fosse habitada por famílias brasileiras, nenhum registro foi encontrado que atestasse a existência de uma escola pública ou particular anterior àquela data.

Após os esforços empreendidos pelos italianos, a primeira escola pública de primeiras letras foi legalmente criada no mesmo ano. O Presidente da Província, atendendo o pedido dos colonos, criou uma escola promíscua, no dia 22 de julho de 1882, conforme descreve o ofício expedido pelo Diretor Geral da Instrução Pública, José Joaquim Franco Valle:

Por acto de hoje, attendendo a representação dos habitantes do Núcleo Colonial Alfredo Chaves e a vista da informação contida em seu offício de hontem datado, resolvi crear alli uma eschola promíscua, do que dou sciência a VE^a para os devidos fins (OFÍCIO, 1882, p.137).

De nacionalidade brasileira, o professor Antonio José de Souza Guimarães, que havia cursado a Escola Normal da Capital, foi nomeado para reger a escola promíscua da colônia. Ao saber da recém criação de uma escola naquele local, o professor Antonio José de Souza Guimarães enviou requerimento ao Presidente da Província,

¹⁵ Escola promíscua era a denominação utilizada no Paraná para as escolas que abrigavam meninas e meninos em uma mesma sala. Essa denominação foi substituída por “escola mista” no ano de 1914 pela Lei nº 1369 de 5 de março.

solicitando sua transferência para esta cadeira, que se situava a pouca distância da cadeira da escola da Colônia Santa Cândida, da qual era regente. O pedido de remoção foi deferido no dia 05 de agosto do mesmo ano, e, no dia 14, o professor comunicou o início do seu exercício naquela escola. Junto com o comunicado da posse, o professor informou ao Presidente da Província que alguns colonos, maiores de 20 anos, manifestaram interesse em aprender português, o que levou o professor a abrir uma escola noturna gratuita (OFÍCIO, 1882, p. 9).

Apesar de não haver documentos que informem sobre o funcionamento e a organização desta escola noturna, sua criação pode ser entendida como o primeiro indício de educação de adultos na localidade. Este parece ser o primeiro lugar de ensino da leitura e escrita em língua portuguesa para imigrantes italianos¹⁶.

Após a abertura da escola pública promíscua, o passo seguinte, dado pelo professor Antonio José de Souza Guimarães, foi solicitar móveis e materiais escolares para equipar a escola. Em ofício, de 02 de setembro de 1882, enviado à Diretoria Geral da Instrução Pública, o professor Antonio José de Souza Guimarães apresentava um orçamento e solicitava uma verba de 82\$000 (oitenta e dois mil réis)¹⁷ para a aquisição dos utensílios. O valor fora orçado pelo imigrante italiano Pedro Cavassin, que era carpinteiro e havia sido designado para confeccionar a mobília da escola.

O Quadro 1 mostra a relação dos utensílios solicitados para mobiliar a escola e seus respectivos valores:

¹⁶ Neste caso, o interesse pela escola noturna era o aprendizado da língua portuguesa, facilitando aos imigrantes o relacionamento com a população brasileira no momento de negociar seus produtos. Porém, poucas foram as informações encontradas em relação à criação e funcionamento de escolas noturnas destinadas à educação de adultos. Somente em 1903, encontra-se novamente um outro documento que informa a abertura de uma nova escola noturna municipal, conforme o ofício AP.1176, fl.161, 1903. A escola estava sob a regência do professor Ignácio Alves de Souza Filho e de mais dois auxiliares cujos nomes não constavam no documento. O número de matrícula era de 30 alunos adultos. Apesar de não estar no foco desta pesquisa, o ensino de adultos presente no cenário escolar do Município também configura a dinâmica de constituição do processo de escolarização, uma vez que representa iniciativas em prol da institucionalização do ensino.

¹⁷ Para se ter uma noção aproximada do valor solicitado pelo professor para a aquisição dos materiais, tomaremos como base uma assinatura anual de um dos jornais da época, o Dezenove de Dezembro, cujo valor era de 14\$000 (quatorze mil réis). O valor solicitado de 82\$000 equivaleria a aproximadamente seis assinaturas.

Quadro 1		
Relação dos objetos solicitados pelo professor Guimarães		
2	mesas de 15 palmos de comp. sobre 2 de larg.	8\$000
2	bancos de 15 palmos de comp. sobre 1 1/2 de larg.	6\$000
8	ditos de 10 palmos de comp. sobre 1 1/2 de larg.	25\$000
1	mesa de 4 1/2 palmos de comp. Sobre 3 de larg.	6\$000
2	cadeiras americanas	8\$000
1	quadro negro	4\$000
1	relógio de parede (por não haver na colônia)	25\$000
	condução	\$
		82\$000

Fonte: DEAP, Correspondência do Governo, Ofícios, AP. 666, fls.10 e 11, 1882.

Após três dias, em resposta ao ofício, a Diretoria Geral da Instrução Pública autorizava o pagamento da referida quantia para a compra da mobília para a escola, porém, negava o valor referente ao relógio de parede, alegando não ser necessário, uma vez que a nenhuma outra escola fora fornecido tal objeto.

A solicitação da compra de um relógio de parede pode apontar para o controle e sistematização do tempo de aula por parte do professor: o tempo da leitura, dos exercícios em aula e o tempo do recreio. Esse tempo era representado pelo instrumento relógio.

O relógio incorporado ao edifício-escola é um organizador da vida da comunidade e também da vida da infância. Ele marca as horas de entrada na escola e de saída dela, os tempos de recreio e todos os momentos da vida da instituição. A ordem temporal se une, assim, à do espaço para regular a organização acadêmica e para pautar as coordenadas básicas das primeiras aprendizagens (VIÑAO, 2001, p.44).

Embora o professor não justificasse essa finalidade e ainda não houvesse essa preocupação por parte da Diretoria da Instrução Pública, uma vez que não havia fornecido relógios de parede a nenhuma escola promíscua da Província, pode-se ressaltar a questão do tempo a partir da afirmação do próprio professor Antonio José de Souza Guimarães. Em uma nota ao lado da descrição do material, na qual solicitava o relógio, justifica sua importância dizendo “não haver na colônia” este instrumento. Ora, isso faz pensar que a importância atribuída por este professor a esse objeto entende-se muito além da regulação das atividades na escola. Leva-nos a perceber que o relógio é entendido como “um símbolo cultural e um mecanismo de controle social” (VIÑAO,

2001, p. 44) que regula não só o ritmo das atividades da escola, mas a vida social da comunidade.

Conforme ELIAS (1998),

Por intermédio do relógio, é uma espécie de mensagem que um grupo humano dirige a cada um dos seus membros individuais. O mecanismo do relógio é organizado para que ele transmita mensagens e, com isso, permita regular comportamentos do grupo. O que um relógio comunica, por intermédio dos símbolos inscritos em seu mostrador, constitui aquilo a que chamamos de tempo. Ao olhar o relógio, sei que são tantas horas ou quantas horas, não apenas para mim, mas para o conjunto da sociedade a que pertencço (p.16).

Sendo assim, ao justificar o pedido com a afirmação da inexistência de um relógio de parede na colônia, o professor estaria concebendo este como símbolo de referência também para a comunidade através da escola.

Segundo a cópia do Termo de Visita, apresentado pelo Inspetor Escolar, Euclides Francisco de Moura, no dia 22 de janeiro de 1883, a escola da colônia encontrava-se em pleno funcionamento. Ele descreve neste documento em que condição física a encontrou:

Visitei hoje esta escola pública da Colônia Alfredo Chaves, que encontrei funcionando na melhor ordem possível, estando presente trinta e quatro alunos de ambos os sexos. A sala em que funciona esta escola é apropriada, tem capacidade para o número de alunos que a freqüentão e com mobília suficiente (OFÍCIO, 1883, p.41).

O mobiliário solicitado pelo professor, conforme descrito no ofício acima, teria acomodado o número de alunos que freqüentava a escola da colônia, um total de 34 alunos. Eles ficavam dispostos todos juntos em bancos contínuos acompanhados por uma mesa com a mesma medida. Esse mobiliário permaneceu em uso na escola até 1908, conforme documento deste mesmo ano, que trazia a informação do funcionamento da escola masculina com o antigo mobiliário, da escola promíscua.

Além do relato feito pelo Inspetor Escolar, o qual informava que a escola dispunha de uma sala apropriada e com mobiliário suficiente, não foi possível encontrar quaisquer outras informações sobre a escola nem sobre a casa onde ela funcionava. Nenhum documento remete a estas informações. Era comum, no século XIX, o aluguel

de casas ou galpões para o funcionamento de escolas. De maneira geral, o governo fornecia a verba para o aluguel, o salário do professor e alguns utensílios escolares, mas cabia aos professores ou até mesmo aos pais a incumbência de encontrar um local para sediar a escola.

A presença do governo na promoção da instrução elementar para os filhos de imigrantes, desde a fundação das colônias foi muito restrita. As poucas escolas criadas, pelo Governo Geral ou Provincial, estavam centradas na figura do professor. Criar uma escola, significava nomear um professor, que deveria encontrar um local, geralmente uma sala para alugar e equipá-la com uma mesa, alguns bancos e uns poucos materiais didáticos. As despesas do aluguel do imóvel e da compra dos utensílios corriam por conta do governo (VECHIA, 1998, p.279).

O número de alunos descrito pelo Inspetor Escolar também deve ser observado neste momento. Podemos ver que é inferior àquele declarado no abaixo-assinado que solicitava a criação da escola para a colônia. Neste documento fora registrado o número de 140 crianças necessitadas de escola. No entanto, no ofício do Inspetor, constavam somente 34 alunos freqüentando a escola. Isso leva a pensar que o número dos possíveis alunos informado no abaixo-assinado possa ter sido forjado para que se criasse mais rapidamente a escola pública.

Por outro lado, o fato do número de alunos que freqüentava a escola ser inferior ao informado pelo abaixo-assinado, pode revelar que havia grupos interessados na educação das crianças através da escola e grupos que não atribuíam a mesma importância. Assim, o número (140 crianças necessitadas de escola), conforme descrito no abaixo-assinado, foi utilizado para reafirmar o pedido, pois representava o total de crianças em idade escolar que existiam na região. Isso não significava que todas elas iriam freqüentar a escola após a sua criação.

Quanto ao funcionamento das aulas da escola, também não se teve conhecimento. De acordo com o Regulamento da Instrução Pública vigente, seria garantida a mais completa liberdade de ensino nas escolas. As únicas exigências seriam as disposições contidas no Regulamento, especificamente nos artigos 28 a 34, tais como: iniciar os exercícios escolares no dia 8 de janeiro e encerrar no dia 30 de novembro, sendo interrompidos somente nos domingos e feriados declarados por lei;

oferecer a instrução religiosa em um dia da semana determinado pelo professor; utilizar livros e compêndios autorizados pelo Conselho Literário; adotar o método de ensino simultâneo por classes; passar os alunos para as classes superiores depois de terem sido aprovados em exames que poderiam ser realizados de três em três meses e em exames finais que deveriam ser assistidos pelo Inspetor Literário (REGULAMENTO, 1876).

No ano de 1885, a escola pública promíscua da colônia passou a ser regida pela professora Julia Gonçalves Ferreira. O professor Antonio José de Souza Guimarães havia solicitado sua exoneração devido à ocupação de outro cargo em outra cidade da Província. Não se teve conhecimento dessa outra função, mas sabe-se que eram comuns os casos de professores que recebiam outras propostas de emprego e abandonavam a profissão docente.

Situações como essas não eram particulares a uma ou outra província. Afinal, o magistério público não era considerado profissão de destaque. Era uma profissão provisória e secundária (SOUZA, 2000, p.89); por isso poucos se dedicavam exclusivamente ao ofício, realizando o curso normal. Alguns assumiam a profissão porque não encontravam outro tipo de trabalho. No século XIX, qualquer cidadão que apresentasse a mínima noção de leitura e escrita poderia lecionar após a realização de um exame de habilitação ou através da abertura de escolas particulares e, ainda por contrato. Esta possibilidade certamente refletia a instabilidade da profissão, tornando-a uma “profissão secundária”.

Em março do ano de 1885, a professora Julia Gonçalves Ferreira solicitou ao Presidente da Província, Dr. Basílio Augusto Machado de Oliveira, livros de leitura para serem distribuídos entre os alunos. De acordo com a professora, a escola era freqüentada por 80 alunos totalmente pobres e sem condições de comprar tais livros, razão pela qual pedia ao governo que remetesse 70 livros de leitura (REQUERIMENTO, 1885, p.76).

Dois aspectos deste documento devem ser considerados neste momento. O primeiro refere-se ao aumento significativo do número de alunos neste período. No ano

de 1882, cerca de 34 alunos freqüentavam a escola; em 1885, esta passou a ser freqüentada por 80 alunos.

O aumento dessa freqüência possivelmente era decorrente da chegada de novas levas de imigrantes na região, resultando no envio dos filhos às aulas na escola. De todo modo, o aumento do número de alunos nesse período não se restringia apenas àquela escola. O motivo que desencadeou o aumento do número de alunos nas escolas promíscuas, foi a aprovação do Regulamento do Ensino Obrigatório, em 3 de dezembro de 1883, que decretava a obrigatoriedade do ensino primário nas cidades, vilas e povoados para todas as crianças de 7 a 14 anos do sexo masculino e de 7 a 12 anos do sexo feminino.

Segundo o Diretor Geral da Instrução Pública de 1882, Moyses Marcondes, havia em toda a província neste ano cerca de 25.500 crianças. Destas, somente 2.976 foram matriculadas e 2.422 freqüentavam as aulas (RELATÓRIO, 1882, p.3). Convém ressaltar que os números não são precisos, mas, conforme informam as autoridades, o ensino público na província, além de precário¹⁸ e insuficiente, não apresentava a freqüência regular dos alunos.

Embora o artigo 24 do Regulamento de 1876 já decretasse a obrigatoriedade do ensino primário, a legislação não era cumprida. Diante desta situação, com a Lei nº 769 de 3 de dezembro de 1883, o Presidente da Província, Luiz Alves de Oliveira Bello, tornava obrigatória a freqüência às escolas, estabelecendo que o não cumprimento da legislação acarretava aos pais ou responsáveis sanções penais em forma de pesadas multas.

De acordo com o Presidente da Província, Luiz Alves de Oliveira Bello, em relatório que visava a transferência da presidência, apresentado a Brazílio Augusto Machado de Oliveira em agosto de 1884, o número de alunos matriculados aumentou após a reforma do ensino que expediu a obrigatoriedade do ensino primário na Província no ano de 1883 (RELATÓRIO, 1884, p.43).

¹⁸ A precariedade no ensino era decorrente da falta de materiais escolares, da falta de mobiliário, da falta de professores com formação ao magistério primário e os baixos salários pagos pelo governo aos professores. Tudo isso acarretava uma falta de organização do ensino primário tornando-o insuficiente.

Em toda a Província do Paraná, o número de alunos, de ambos os sexos, matriculados nas escolas públicas eram os seguintes: no ano de 1882, 2.976 alunos; no ano de 1883, 2.519. Já no ano de 1884, após o decreto da obrigatoriedade, esse número passou para 3.949; no ano de 1885, o número era de 4.098 alunos; em 1886, 4.506; em 1887, era de 6.479; e em 1888, 6.848 alunos¹⁹.

O segundo aspecto a qual esse documento remete é sobre o pedido de livros para distribuir aos alunos a fim de facilitar o trabalho em sala de aula. Os livros, porém, não foram entregues à escola pela Diretoria da Instrução Pública, situação esta comum nas escolas públicas do século XIX. Conforme MIMESSE (2001, p.63), na colônia italiana de São Caetano, em São Paulo, devido à “falta do material, alguns livros acabavam sendo emprestados pela professora aos alunos, pois um ou dois exemplares não eram suficientes para ensinar toda a sala”.

Não se pode afirmar que a professora Julia Gonçalves Ferreira tenha procedido de modo semelhante na escola que regia, mas ela certamente lidava com a falta de livros e a impossibilidade de cada aluno ter seu próprio livro. Inúmeras vezes esta professora reiterou seu pedido, enviando outros requerimentos à Diretoria da Instrução Pública. No dia 14 de abril de 1885, a professora enviou novo requerimento e, desta vez, descreveu os livros de que necessitava:

Comparecendo a escola alunos pobres, em número de 80, cujos pais não podem comprar os livros necessários, venho rogar a VEx. ^a se digne mandar-me fornecer alguns livros sendo

20 – 1º Livros de Abílio

20 – 2º Livros de Abílio

20 – 3º Livros de Abílio

10 – Gramáticas de Abílio

10 – Arithiméticas de Abílio (OFÍCIO, 1885, p.2).

Os livros solicitados eram da autoria do Dr. Abílio César Borges²⁰. Eram livros utilizados na maioria das escolas primárias da Província do Paraná e se destinavam

¹⁹ Dados retirados de diversos Relatórios da Província referentes aos anos de 1882 a 1888.

²⁰ O Método de Abílio, usado para ensinar leitura e escrita, era composto de 1º, 2º e 3º livro. Foi desenvolvido pelo médico Abílio César Borges (Barão de Macaúbas) na década de 1860 e foi adotado por vários estados, como o Paraná. Além do ensino da leitura, Abílio desenvolveu também outros livros sobre a gramática portuguesa, a aritmética, cantos para o ensino de música, desenho linear, geografia e geometria escolar.

aos alunos, conforme consta no ofício de 22 de junho de 1882. Este documento refere-se a uma solicitação feita pelo Diretor Geral da Instrução Pública, José Joaquim Franco Valle, na qual informa ao Presidente da Província sobre a necessidade da aquisição de 500 livros de leitura do Dr^o Abílio Borges para uso nas escolas primárias da província, sendo 200 exemplares do 1^o livro, 200 do 2^o livro e 100 do 3^o livro (OFÍCIO, 1882, p.71).

A escolha dos livros de autoria de Abílio Borges feita pela professora Julia Gonçalves Ferreira atendia à indicação da Diretoria Geral do Ensino. Só seriam admitidos livros escolares que tivessem sido aprovados pelo Conselho Literário, o qual deveria contemplar o plano de estudos estabelecido pelo Regulamento do Ensino Primário da Província, este Regulamento determinava que o plano de estudos deveria ser composto:

- 1^o De instrução moral e religiosa.
- 2^o De leitura e escripta.
- 3^o De noções geraes de grammatica nacional.
- 4^o De elementos de arithmetica e desenho linear, comprehendendo o estudo do systema métrico.
- 5^o De prendas domesticas para o sexo feminino.
- 6^o De geografia e história, particularmente da província (REGULAMENTO, 1876).

Dentre os livros escritos por Abílio, foi possível localizar apenas o de gramática, em sua 13^a edição²¹. De acordo com a data verificada, tudo indica que o livro utilizado naquela escola tenha sido o da 7^a edição. O livro destinado aos alunos, segundo o autor, foi reformulado a partir de sua sexta edição para ser utilizado também nas primeiras séries do ensino elementar nas escolas primárias das províncias (BORGES, 1917, p.2).

Embora o exame do livro didático não seja o foco desta pesquisa, sendo o livro didático um elemento escolar, sua análise pôde contribuir para a compreensão de como se deu a organização escolar nas escolas do município.

No que diz respeito à primeira escola pública da colônia, alguns aspectos desse material puderam ser observados: a disposição do conteúdo, o método de ensino a que

²¹ Em Anexo III - Figura 1. Apresenta-se a capa do livro de gramática utilizado pela professora Julia Gonçalves Ferreira.

esse material recorria para o ensino desse conteúdo e, por fim, a questão do ensino da língua portuguesa através desse material para os alunos de nacionalidade italiana.

Por muito tempo, esse livro foi utilizado nas escolas do estado, constituindo-se num “manual” de gramática para o aluno e tendo como objetivo principal auxiliar o processo ensino/aprendizagem da língua portuguesa escrita. O próprio autor considerava que o livro poderia ser aplicado “ao mesmo tempo às classes elementares e às superiores, porque encerra o que é essencial para o ensino da gramática” (BORGES, 1917, p.2).

Como o próprio nome sugere, “Resumo da Grammatica Portugueza”, o livro trazia “noções de gramática”, conforme estabelecido pelo inciso III do Regulamento da Instrução Pública, de 1876. Era dividido em 4 partes e apresentava a descrição dos conteúdos acompanhada de exemplos.

Delimitando os conteúdos a serem ensinados, o Programa de Ensino para as escolas primárias da Província foi regulamentado, no dia 26 de fevereiro de 1885, e publicado no periódico Dezenove de Dezembro, nos dias 27 e 28 de fevereiro deste mesmo ano. Este documento orientava que o ensino da gramática fosse oferecido somente aos alunos da 3ª classe. Nas duas primeiras classes, seriam ressaltados os conteúdos referentes ao ensino da leitura, da língua falada e da escrita; esta última, principalmente através de exercícios de caligrafia. Os livros de leitura nestas duas classes eram enfatizados porque possibilitavam o aprendizado da leitura. Os conteúdos de gramática, que foram designados para os alunos da terceira classe, eram considerados mais complexos.

O conteúdo de gramática indicado para a 3ª classe descrito no programa era:

4º Noções de substantivos; próprio e commum; simples, composto; primitivo, derivado; patronymico. De adjectivo qualificativo; gêneros; números e graos. Noção de sujeito e predicado. Conhecimento prático oral (sem o livro de leitura e com elle) dessas partes do discurso – Análise lógica oral do sujeito e do predicado.

5º Concordância oral das palavras sob a relação de flexão; conjugação oral (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1885).

Representando menos de um terço de toda a matéria abordada no livro, este conteúdo era contemplado nas primeiras páginas da gramática do Dr. Abílio Cesar

Borges. Pode-se observar que, como o próprio autor havia indicado, esta gramática tratava de vários conteúdos, além daqueles previstos para a classe elementar abrangia os das classes superiores, com vistas a atender às necessidades tanto das classes de ensino elementar quanto das superiores.

Apesar de podermos identificar os conteúdos expostos na gramática, não podemos saber sobre a maneira como esta era utilizada tampouco sobre se estes conteúdos eram privilegiados nas aulas nas escolas. Mas é importante ressaltar que a memorização e a recitação em coro como forma de facilitação da apreensão desse conteúdo era uma prática que, além de estar estabelecida pelo programa de ensino, poderia ser perfeitamente aplicada tendo em vista a disposição do conteúdo no livro.

Observando o exemplo abaixo, vê-se como se apresenta no livro de gramática o conteúdo “substantivo”:

Substantivo é a palavra que serve para nomear pessoa ou cousa, quer seja real, quer seja ideal; como: João, Neptuno, casa, sabedoria, etc.

O substantivo ou é próprio ou apelativo.

Próprio ou individual é o que convém a uma ou algumas pessoas ou cousas da mesma espécie; como: Maria, Brasil, etc.

Apelativo ou commum é o que convém a todas as pessoas ou cousas da mesma espécie; como: homem, rei leão etc.

Os substantivos podem ser primitivos, derivados, simples, compostos e collectivos.

Primitivos são os que não se formam de outros da mesma língua; como: pedra, mar, etc.

Derivados são os que se formam de outros da mesma língua; como: maré, maresia, derivados de mar, pedreiro, pedregulho, derivados de pedra, etc. [...] (BORGES, 1917, p. 5).

Embora não haja indícios sobre o modo como este conteúdo foi empregado, pode-se acreditar que sua disposição permitia a prática da memorização na sala de aula ou, ainda, a apreensão mecânica dos fundamentos da escrita. A disposição dos conteúdos, a forma como eles são apresentados, parece legitimar uma prática escolar em que os alunos em coro repetem inúmeras vezes o conteúdo até decorá-lo. Esta prática, embora não seja explicitada em nenhum documento particularmente em relação à professora Julia Gonçalves Ferreira, era comum no século XIX não somente em escolas do Paraná.

Uma outra prática escolar que concorria para a memorização era a utilização do catecismo escolar. Além dos demais livros, o catecismo também foi solicitado pela professora, que justificava seu pedido informando que 50 alunos pobres freqüentavam a escola.

Precisa-se para a aula da escola da Colônia Alfredo Chaves que consta 50 alunos todos pobres dos seguintes livros: 40 Primeiros livros, 40 Segundos livros, 40 Terceiros livros, 30 Grammatica, 30 Arithimética, 40 Catecismo, 1 pedra” (REQUERIMENTO, 1886, p. 59)²².

Como afirma SOUZA (2000), a leitura e a aprendizagem do catecismo, que apresentava a doutrina em forma de perguntas e respostas, concorria para que a prática da memorização também fosse empreendida. Os alunos deveriam decorar as respostas do questionário do catecismo a fim de que não fizessem interpretações próprias e não perdessem o sentido contido naqueles ensinamentos.

Para SOUZA (2000), a memorização facilitava ao aluno afirmar que aprendera, ainda que isto não tivesse realmente ocorrido. Nos dias de exames os alunos realizavam os testes aplicados por inspetores e examinadores, a memorização feita pelos aprendizes permitia ao professor declarar que ensinava com dedicação. Convém ressaltar que a memorização só seria possível se tivesse um texto escrito para servir de cânon para repetições exatas, como era o caso do livro de gramática, no exemplo anterior, ou do catecismo no exemplo acima.

A memorização mecânica só é tornada possível, entretanto, numa cultura letrada, onde um texto pode servir de cânon para as repetições exatas. O formato do catecismo, feito de perguntas e respostas padronizadas, tornou-se um modelo de cultura – as avaliações dos exames escolares espelhavam esse protótipo com os conteúdos escolares. Os professores ensinavam dessa forma porque essa era a maneira de avaliar os alunos (SOUZA, 2000, p.90).

A primeira observação da lista de livros solicitados pela professora Julia Gonçalves Ferreira conduziu a este breve exame do livro de gramática elaborada por Abílio Cesar Borges que permitiu apontar para a prática escolar da memorização. Outra

²² Conforme o regulamento, o ensino moral e religioso deveria ser ministrado na escola primária uma vez por semana, adotando o livro do catecismo católico como referência para esse ensino.

análise referente ao livro permitiu observar um outro aspecto do ensino da época: a utilização do método simultâneo.

Os livros de leitura solicitados compreendiam três diferentes níveis ou graus de leitura. Cada livro era específico para cada grau ou classe de ensino que correspondia ao adiantamento dos alunos. A solicitação dos livros correspondentes aos três níveis permite depreender que a professora tinha, em uma mesma classe, alunos destes vários níveis. Ainda que em nenhum documento esta professora explicita seu modo de ensinar, sua solicitação permite indicar que utilizava o método simultâneo.

LESAGE (In: BASTOS & FARIA FILHO, 1999) explica o emprego do método: o espaço físico da sala era dividido por três classes – grupos de alunos com diferentes níveis de aprendizado. O professor dividia-se no atendimento concomitante a estas classes. O autor informa que este tinha vantagens em relação ao método individual, porque atendia ao mesmo tempo a um número maior de alunos.

O autor elucida que cada classe correspondia ao aprendizado de determinados conteúdos, que se tornavam sucessivamente mais complexos à medida que os alunos passavam às classes seguintes.

A primeira é consagrada unicamente à leitura, estando dividida em subgrupos, em certos momentos da jornada escolar: esses subgrupos são constituídos segundo o grau de adiantamento dos alunos nessa disciplina. A segunda classe recebe os alunos que terminaram a aprendizagem da leitura e destina-se à aprendizagem da escrita, do modelo em voga às diversas formas de caligrafia. Na terceira classe, em que o número de alunos é bastante reduzido, são abordadas as disciplinas mais complexas e mais elaboradas: gramática, ortografia e cálculo (LESAGE, In: BASTOS & FARIA FILHO, 1999, p.11).

Havia, pois, a possibilidade de ensinar a vários alunos agregados numa mesma sala, ao mesmo tempo, somente com um único professor. O método tinha um caráter verbalista e mecânico. A recitação do conteúdo por parte do professor seguida da repetição dos alunos, levando-os à memorização, era uma prática facilitada pela aplicação do método.

A utilização do método simultâneo por classes era prevista desde o Regulamento de Ensino de 1857 e permaneceu em vigor até o Regulamento de 1890. De acordo com OLIVEIRA (1986, p.116), “a aplicação desse método nas escolas primárias da Província

atendia às necessidades educacionais por contarem as escolas, além de baixa frequência de alunos, com diversos níveis de adiantamento”.

Apesar de ter demonstrado interesse pela aprendizagem dos alunos, a regência da professora na escola da colônia foi marcada pelo curto tempo que aí permaneceu: regeu de 1885 a 1888. Um fato ocorrido entre os anos de 1887 e 1888 teria comprometido sua permanência no magistério público da Província.

Alguns italianos recusaram-se a enviar seus filhos à escola regida por ela e, em conseqüência, abriram por conta própria uma escola particular regida por um dos seus²³. No dia 1º de novembro de 1889, um abaixo-assinado, contendo 44 assinaturas dentre as quais constava apenas um nome brasileiro, foi enviado à Diretoria da Instrução Pública, comunicando que uma escola particular havia sido aberta na colônia. Seu professor, o italiano João Antonio Tosin, fora escolhido pela comunidade. O Inspetor Escolar, José Cavassin, também imigrante italiano e morador da colônia, enviava juntamente com aquele documento um atestado informando a frequência de 67 alunos na nova escola.

Vários apontamentos acerca da abertura desta escola particular podem ser feitos. Como vimos, ainda em 1885, chegou ao Paraná o missionário italiano, Padre Pietro Colbacchini. Colbacchini conquistou rapidamente o prestígio do Presidente da Província, Alfredo D’Escragnolle Taunay, que lhe confiou o cargo de Inspetor Paroquial das escolas das colônias italianas (OFÍCIO, 1889, p.145).

Conforme o art. 141 do Regulamento da Instrução Pública, os Inspetores Paroquiais deveriam inspecionar periodicamente as escolas através de visitas durante as quais deveriam ser aplicados testes aos alunos e deveriam ser averiguadas as condições de infraestruturas destas escolas. Após a inspeção, o Inspetor Paroquial faria seu relatório contando tudo que realizara e observara.

Colbacchini, nomeado para a função de Inspetor Paroquial, atendia às colônias realizando periodicamente visitas nas quais também supervisionava o ensino nas escolas dos imigrantes. Pouco tempo permaneceu, porém, como Inspetor Paroquial. Em abril de 1890, conforme requerimento enviado ao Diretor da Instrução Pública,

²³ Não se trata aqui estudar os grupos em conflitos (brasileiros *versus* italianos), mas de verificar como essas relações contribuíram para a configuração do sistema público de ensino.

comunicou sua demissão, justificando não conseguir conciliar o trabalho eclesial com a supervisão de escolas.

Durante o período em que foi Inspetor, o Padre Colbacchini, em relatório ao Presidente da Província, de 1889, relatou que alguns imigrantes da Colônia Alfredo Chaves recusavam encaminhar seus filhos à escola pública regida pela professora Julia Gonçalves Ferreira. Com isso, resolveram abrir uma escola particular, designando um dos colonos para ser professor.

Na colônia Alfredo Chaves, que contem 70 famílias, tem questão por minha parte em propor como professor o senhor João Tosin homem abilitado e que já está inegnhando com muito proveito os meninos e as meninas da colônia. É verdade que ali mora uma moça filha do senhor Baitaca, professora com diploma que exerceo o cargo antes [?] das escolas, mas posso lhe dizer que aquella escola não era freqüentada por nenhuma menino ou menina da colônia, o bem da [?] e que o mesmo acconteceria nesta ocasião, por não ter os paes aquella confiança que teria não faria por entregar-lhe os seus filhos. Em quanto a moça eu não tenho nada em contrario a dizer (OFÍCIO, 1889, p.27-28).

O Padre Colbacchini informou que a escola da professora não era mais freqüentada por nenhum menino ou menina da colônia. Certamente estaria ele se referindo aos alunos italianos. A escola, após o incidente, ou foi fechada ou passou a ser freqüentada somente por alguns alunos brasileiros.

A abertura da escola particular, regida por um professor italiano, aparentemente demonstrava a insatisfação dos imigrantes italianos com a professora brasileira. O fato leva a pensar em alguma atitude contraditória da professora ou em algum desentendimento desta com os imigrantes. No entanto, o acontecimento pode apontar também para outros aspectos da constituição histórica da localidade.

Convém destacar que a colônia foi formada por grupos heterogêneos de imigrantes. Estes, muitas vezes, não compartilhavam das mesmas idéias quanto à organização da vida social na colônia. Cada grupo conservava pensamentos, costumes e experiências diferenciadas que, transformado em rituais compunham aspectos culturais específicos.

No relatório acima citado, Padre Colbacchini informava a existência, na colônia, de 70 famílias. No início da formação do núcleo colonial, 40 famílias se instalaram na

região. Considerando que em 1888, as famílias imigrantes eram em número de 70, pode-se apontar a posterior instalação de mais 30 famílias. Na lista dos alunos da escola particular, verificou-se a existência de sobrenomes italianos diferentes daqueles presentes na lista que reivindicava a criação da primeira escola pública em 1882.

Observando o mapa de matrícula da escola particular regida pelo professor Antonio Tosin em 1890, vê-se que a escola era freqüentada predominantemente por alunos de nacionalidade italiana, havendo somente um aluno brasileiro²⁴. Esse fato pode indicar a rejeição do novo grupo de italianos em enviar seus filhos à escola regida por professor brasileiro. Já quanto a presença do aluno brasileiro nesta escola pode ser explicada pela falta de escolas no período, de modo que mesmo as escolas criadas por imigrantes admitiam alunos brasileiros.

Todavia, o motivo que levou a recusa dos imigrantes pela professora Julia Gonçalves Ferreira, pode ter sido a disputa por representatividade política junto à comunidade. A professora, por sua vez acabou sendo vítima dessa disputa.

Assim, ao se analisar a configuração do cenário social, parece que esta disputa exerceu peso no desfecho do fato. Observando o cenário, foi possível verificar que, neste mesmo ano, a colônia estava em processo de transformação, consolidando sua organização social.

No dia 15 de dezembro de 1889, o Sub-Delegado da Polícia, João Pereira da Fonseca, envia ao governo um abaixo-assinado com 65 assinaturas, reclamando a possibilidade de elevar à categoria de vila um pequeno povoado localizado nos arredores da colônia. Nesta data, o complexo da Colônia Alfredo Chaves já apresentava aspectos de vila, tendo também o direito de receber este título.

Os abaixo assignados e a população em geral opõe-se ao injusto e até escandaloso título de Villa dada ao sítio do Cercado ou Pocotuba, onde não existe 2 casas armadas! Esperam por tanto na bevolência e patriotismo do Governador d'este Estado por intermédio da respectiva Comissão, que seja aquela cathedra de Villa transferida para a sede deste districto com o nome de Villa do Alfredo Chaves, Parochia de Nossa Senhora do Rosário, que contem mais de 60 casas armadas, boa igreja ornada, torre com trez excellentes sinos, casa para qualquer trabalho público com acomodações para um parochio e mais elementos

²⁴ O mapa de matrícula da escola particular regida pelo professor italiano João Antonio Tosin encontra-se em Anexo II – Quadro 1.

adequados, tendo as expensas dos habitantes que teem seus filhos em um número maior de 200 – metade dos quais de 5 annos para cima, aptos de escola (REQUERIMENTO, 1889, p.197-198).

No documento, constavam somente assinaturas de brasileiros, que eram os maiores proprietários das terras da região. O fato de apenas os brasileiros estarem empenhados na constituição do município pode ter levado os italianos a acreditar que apenas os brasileiros teriam o direito exclusivo de escolher seus representantes políticos. Sendo assim, como ficaria a questão dos italianos quanto à organização daquela sociedade? Ficariam eles submissos ao “poder” da representação de famílias brasileiras?

Esta preocupação por parte dos imigrantes parecia, sem dúvida, significativa. Assim, havia a necessidade dos italianos conseguirem ocupar cargos de representatividade junto à comunidade, a fim de o grupo de colonos, aos poucos, conquistar outros cargos públicos, inserindo-se também na organização política do recém município.

Em 1890, o título de vila foi concedido então à Colônia Alfredo Chaves, que passou a ser denominada “Villa Colombo”. Em janeiro deste ano foi criada uma Comissão responsável pela administração da Intendência Municipal, tendo como Presidente Francisco Camargo Pinto e como membros (vogal) João Perreira da Fonseca, João Gualberto Bittencourt, Alexandre Martins Fernandes, Amantino Sezefredo Marques e José Marcelino da Rosa (LEGISLAÇÃO, 1890, p.103).

A instalação da Vila foi feita em 5 de fevereiro de 1890. Conforme a ata da instalação, a primeira sede da Intendência Municipal, em 1890, era a casa que abrigava a escola pública.

No decorrer do ano de 1890 os primeiros representantes administrativos da Intendência Municipal eram brasileiros. A partir de março de 1891, três italianos ocuparam cargos junto a Intendência Municipal: o professor João Antonio Tosin tornou-se suplente de Juiz de Paz; Francisco Busato, fiscal da Intendência e Julião Juliani, responsável pelo cemitério.

Neste sentido, pode-se observar que as estratégias daqueles imigrantes, quando da constituição do município, para a ocupação de cargos públicos configuraram-se

também através da escola. A atitude de recusa pelas aulas da professora, originando seu afastamento do cargo, e a escolha de um italiano para ocupá-lo possivelmente objetivavam a representatividade política em meio ao cenário da incipiente organização social.

Além das configurações políticas, a década de 1890 foi marcada também por um grande desenvolvimento econômico na região. A instalação da Intendência Municipal de Colombo foi fundamental para a abertura tanto de estabelecimentos comerciais como também de algumas fábricas, que colaboraram para a organização social e econômica daquela região.

Além do moinho de fubá, da ferraria e da serraria abertos em 1880 por Francisco Busato, a partir de 1890, foram abertos novos estabelecimentos industriais. Em abril de 1890, começaram a funcionar o primeiro forno de calcário, cujo proprietário era o imigrante Giovanni Ceccon, e a primeira olaria, pertencente a João Manoel Bonfim.

Em 1897, Francisco Busato iniciou a compra de máquinas e materiais para a abertura de uma fábrica de louças. Esta foi construída próxima ao moinho, à ferraria e à serraria, aproveitando as instalações iniciadas na década de 1880. Embora as iniciativas para instalação da fábrica tenham sido do imigrante Francisco Busato, este vendeu a propriedade para Zacarias de Paula Xavier, que, terminando de equipá-la, fundou a fábrica no ano de 1902. A montagem desta fábrica exigiu muitos investimentos, pois desejava-se instalar os equipamentos mais modernos. Esta foi a primeira fábrica de louças artísticas do Paraná.

Data do ano de 1902 a fundação da primeira fábrica de louças, em nosso estado, na Villa Colombo, e de propriedade do honrado coronel Zacarias de Paula Xavier, nome sobejamente conhecido nos grandes centros progressistas do paiz [...] o primeiro estabelecimento industrial em Colombo estabeleceu no Brasil uma primorosa indústria que veio concorrer poderosamente para a nossa prosperidade econômica [...] a fabricação de louças de pó de pedra em diversas peças e vários formatos, constitue para a Fábrica São Zacharias o seu maior triumpho, pois firmou de tal forma a sua reputação nos mercados consumidores distinguindo-se entre os demais productos, pela quantidade e pela resistência que offerece. Montada a Fábrica de Louças São Zacarias com todos os machinismos os mais modernos e aperfeiçoados adquirindo e installando outros, a proporção da exigência do serviço e para a melhor confecção das louças ali preparadas a iniciativa do coronel Zacharias de Paula Xavier tem sido coroada dos melhores êxitos (FIGUEIRA, 1922, p.69).

É necessário lembrar que, embora o processo de instalação de indústrias e comércios tenha sido revelador naquele período, era uma atividade econômica limitada a uma pequena parcela daquela população. A grande maioria, principalmente os imigrantes italianos, dedicava-se a atividades agrícolas em seus lotes de terras.

O âmbito religioso, assim como o econômico, também foi profícuo. No ano de 1894, foi nomeada a Paróquia de Colombo, que recebeu o título de Nossa Senhora do Rosário, tendo como pároco o Padre Francisco Bonato. Assim, a população passaria a ter um sacerdote permanente no município. O mesmo padre instituiu a devoção ao Sagrado Coração de Jesus através da Liga do Apostolado da Oração. Foram associados naquele ano 178 devotos, homens e mulheres da comunidade, sendo todos de nacionalidade italiana.

Em 1899, iniciou-se a construção da atual Igreja Matriz. Foi nomeada uma Comissão responsável pela construção da nova igreja. Essa comissão era composta por seis imigrantes e sete brasileiros, dentre os quais citamos: Francisco Busato, José Cavassin, Benedicto Eleutério Cabral e Benedito da Costa Cabral. Esses estiveram ligados ao ensino no Município de Colombo ao longo dos anos como professores ou inspetores escolares.

A escola também acompanhou aquelas transformações. No ano de 1890, deixou de ser promíscua e passou a ser dividida em duas escolas: uma para o sexo feminino e outra para o masculino. Como Julia Gonçalves Ferreira havia sido afastada do cargo de professora, assumiu a regência da escola feminina a professora Dúlcia da Costa Saldanha, que havia sido removida da cidade de Tomazina. A escola masculina passou a ser regida pelo professor João Antonio Tosin. Esta última continuou ainda sendo particular até 1891.

Julia Gonçalves Ferreira foi exonerada em 1889 e não conseguiu retornar ao cargo apesar dos requerimentos enviados ao Presidente da Província e ao Diretor da Instrução Pública, em que pedia para ser reintegrada à escola. No primeiro, do dia 14 de janeiro de 1890, e no segundo, de 24 de abril do mesmo ano, Julia Gonçalves Ferreira relata a injustiça da qual foi vítima e pede providências sobre o acontecido, como se pode observar a seguir:

Julia Gonçalves Ferreira ex-professora da Colônia Alfredo Chaves, hoje Villa Colombo, vem a vossa presença relatar a injustiça que tem sofrido desde a última reunião da extinta assembléia provincial que só tinha como dever forjar leis pessoais e vingativas contra aquelles que não seguiram cegamente a política dominante, que promovia suas nefandas batalhas onde vencida = quero e posso = em retração ao caráter do cidadão cheio de hombridade pelos seus povos. A supplicante exerceu as funções de professora da referida localidade durante 4 annos, sem a menor interrupção até que foi suprimida sua cadeira pela referida assembléia.

Quando o vosso antecessor nomeou a comissão da instrução pública para organizar o regulamento a peticionaria requereu para lhe reintegrem sua cadeira, porem a comissão primeiramente prehencheo-a requerimento D. Dúlcia da Costa Saldanha, que foi para ela removida e deu então o direito a reclamante para indicar outra cadeira vaga em que podesse ser promovida, isto porque é notório que a supplicante é solteira, vive e reside com sua família em casa própria na Vila Colombo, tendo em sua companhia sua mãe cega, a quem arrima por ser pobre, juntamente com seu pai.

A supplicante depois ainda recorreu ao vosso antecessor e o Diretor da Instrução Pública, quis sujeita-la a exame, apesar de ter exhibido certidão que provou essa habilitação feita em 08 de Janeiro de 1885. Confiando na nobreza do vosso character e nos actos justos da vossa gloriosa administração, que hade ser a base do engrandecimento deste vosso estado, a peticionaria em vista do vosso acto judicioso revogando o Regulamento de 29 de Janeiro último, vem pedir-vos que lhe seja reintegrada a sua cadeira da Villa Colombo, pois que tal procedimento não destoará da vossa justiça (REQUERIMENTO, 1890, p. 133-134).

O requerimento enviado pela professora deveria significar um pedido por justiça, no entanto teve rumo contrário, pois foi entendido pelo Diretor da Instrução Pública como ofensa ao governo. O Diretor Jose Joaquim Franco Valle enviou ofício ao Governador do Estado, Américo Lobo Leite Pereira, dizendo para não ser levado em consideração o pedido da professora Julia.

Tendo summamente desagradado a esta directoria os termos do presente requerimento de D. Julia Gonçalves Ferreira, opino que não deveis tomá-lo em consideração, cumprindo a peticionaria, se quiser fazer valer o direito que pretende, requerer em uma linguagem moderada e nunca offensiva. Informe a Intendência Municipal da Villa Colombo (OFÍCIO, 1890, p.75).

Em uma outra tentativa, a professora Julia Gonçalves Ferreira recebeu o apoio de alguns pais de alunos, dentre os quais até mesmo alguns colonos. Estes enviaram, no dia 17 de maio de 1890, um abaixo-assinado contendo 28 assinaturas. No entanto, dois outros abaixo-assinados foram enviados em favor da professora Dúlcia da Costa

Saldanha, um no dia 20 de maio, contendo um número superior de assinaturas, 40 nomes, e outro no dia 21 de maio, contendo 24 assinaturas.

A análise destes documentos indica que os 40 nomes contidos no abaixo-assinado favorável à professora Dúlcia da Costa Saldanha correspondem aos daqueles colonos que se recusaram a colocar seus filhos na escola regida pela professora Julia Gonçalves Ferreira. Nota-se que os colonos estavam divididos entre a preferência da permanência de uma professora em relação à outra.

Julia Gonçalves Ferreira recorreu novamente pedindo para que fosse reintegrada ao cargo. Desta vez buscou outra solução enviando um requerimento à Câmara Municipal de Colombo. A Câmara Municipal foi criada em 21 de Abril de 1892 e tinha como presidente João Gualberto Bittencourt. Como o Presidente da Câmara havia recebido a informação do governo de que não deveria levar em consideração os pedidos da professora, a resposta deste órgão foi negativa. Julia Gonçalves Ferreira não foi reintegrada ao cargo, nem mesmo foi localizada sua nomeação para outra escola do estado em anos posteriores.

Durante o período de constituição do município, a integração entre imigrantes italianos e brasileiros foi inegável. A motivação destes imigrantes para interação centrava-se na possibilidade de alguns entre eles assumirem a representatividade junto à comunidade, podendo também interferir na organização social e econômica do município, como posteriormente fizeram.

A escola pública serviu como elemento fundamental nesta integração. Seja contribuindo para a aprendizagem do idioma português, facilitando os negócios, seja na inserção de imigrantes como docentes e inspetores, visando a possibilidade de atuação política e social.

Vê-se pois que, mesmo se tratando de uma colônia de imigração, ao contrário da escola étnica prevaleceu a escola pública. Esta, por sua vez, consolidou-se no ano de 1912, quando foi construído o grupo escolar, que abrigou a escola feminina e a escola masculina em um só prédio.

2.2 A escola feminina.

Foi encontrado referente à escola feminina, um reduzido número de documentos, mas embora a escola feminina mencionada nos documentos aparentasse bom funcionamento, foi preciso atentar para os problemas que marcaram o ensino primário, no final do século XIX e início de século XX.

Analisando a dinâmica escolar desta escola foi possível perceber, em alguns momentos, três problemas educacionais, encontrados também no cenário nacional e estadual: a precariedade do ensino marcada pela falta de materiais escolares e de professores habilitados, a indicação política para o cargo de professor e a utilização dos exames escolares não só como instrumentos avaliativos mas também como meios para prover garantias aos professores.

Em janeiro de 1890, a escola promíscua foi dividida em escola masculina e feminina, tendo tomado posse, na 1ª cadeira da escola feminina, a professora Dúlcia da Costa Saldanha. Ao longo de sua regência nesta escola, a professora solicitou, inúmeras vezes, utensílios e materiais escolares. Em outubro, a escola era freqüentada por 40 meninas,

Em março deste mesmo ano, a professora, ao assumir o seu cargo, enviou um requerimento ao Diretor Geral da Instrução Pública pedindo a quantia de 30\$000 (trinta mil reis) para as despesas com a compra de utensílios, por se encontrar a escola desprovida de materiais.

No mês de outubro, a professora enviou dois requerimentos reclamando a falta de remessa dos materiais, indispensáveis ao andamento das aulas, bem como solicitando a quantia de 40\$000 (quarenta mil réis) para as despesas (REQUERIMENTO, 1890, p. 95). Vinte dias depois, a professora enviou novo requerimento.

A demora no fornecimento do material escolar, certamente, comprometia o funcionamento da escola. A precariedade e a escassez de materiais era um problema reclamado por todos os professores do estado que se complicava ainda mais nas escolas que não eram localizadas nos centros urbanos ou na capital.

Em agosto de 1891, o Inspetor Escolar, José Marcelino da Rosa, em visita à escola feminina, tomou ciência das dificuldades enfrentadas pela professora Dúlcia da Costa Saldanha: faltavam os utensílios necessários ao bom andamento das aulas e as solicitações da professora nunca tinham sido atendidas. No Termo de Visita, o Inspetor registrou a falta desses materiais, e em ofício encaminhado à autoridade superior, solicitou as providências do governo, conforme se observa abaixo:

Visitei hoje esta escola e encontrei-a com a freqüência de trinta alunas, e pelo pequeno exame de perguntas feito às mesmas, achei grande adiantamento pelo que louvo à sua digna professora no bom desempenho do magistério público. Notei a falta de utensílios, os quaes não forão ainda fornecidos pelo governo, não obstante a requisição feita pela professora (OFÍCIO, 1891, p. 84).

Após sua visita, o Inspetor Escolar José Marcelino da Rosa encaminhou o pedido à Diretoria da Instrução Pública, confirmando a necessidade dos utensílios escolares, tendo em vista o bom desempenho da professora.

Convém destacar que em nenhum dos requerimentos feito pela professora são descritos quais utensílios teriam sido solicitados. Também não foram localizados documentos que informassem se realmente estes utensílios foram entregues pela Diretoria da Instrução Pública; como veremos adiante, era comum a não entrega do material escolar mesmo após a solicitação do professor ou do inspetor mediante a necessidade da escola.

A professora que era normalista, tendo cursado a Escola Normal da Capital, prestou exame para o ingresso no magistério público da Província em maio de 1880. Após dez anos de exercício no magistério, em outubro de 1890, a professora Dúlcia da Costa Saldanha solicitou ao governo o título de professora vitalícia.

Segundo o Regulamento, o título de vitaliciedade era concedido ao professor que cumprisse as exigências contidas no artigo 73, que estabelecia esta concessão após o exercido de mais de cinco anos no magistério público, durante os quais os alunos sob sua responsabilidade deveriam se submeter, anualmente, a exames, realizados no final de cada ano. Por não ter cumprido as formalidades regulamentares, o pedido da professora foi negado, conforme ofício do Diretor da Instrução Pública, Dr. Vicente Machado.

Determinado o Regulamento de 16 de Junho de 1876 em seu artigo 73 que findos os primeiros cinco annos de exercicio effectivo, os professores poderão obter o seu provimento vitalicio se provarem ter preparado pelo menos um quinto dos alumnos que frequentaram as suas aulas, e não tendo a actual Professora da Villa Colombo D. Dúlcia da Costa Saldanha satisfeito essa formalidade, por quanto não consta ter ella dado a exame nenhum alumno durante mais de oito annos de exercicio em diversas localidades do Estado, sou de parecer que deve ser indeferido o seu requerimento junto (OFÍCIO, 1890, p. 213).

A situação enfrentada pela professora aponta para dificuldades, as quais, até então, impossibilitavam o cumprimento das exigências do Regulamento de Ensino: a precariedade das condições de trabalho, a precariedade do método e a falta de materiais escolares, tudo isso dificultava a aprendizagem acarretando no baixo número de alumnos submetidos a exames.

As condições previstas no Regulamento para aquisição do título de vitaliciedade, no entanto, fizeram com que a professora se empenhasse ainda mais no ensino de suas alunas, realizando vários exames na escola feminina durante o período em que lecionou. Foi possível perceber através dos documentos que Dúlcia da Costa Saldanha passou a realizar anualmente os exames finais na escola feminina do município, objetivando obter, no prazo de cinco annos, seu título vitalicio. Estes exames deveriam ser applicados em alunas que estivessem devidamente “preparadas”, pois pelo desempenho dos alumnos nos testes mensurava-se a capacidade e dedicação dos professores.

Em exame realizado ainda em 1890, apenas duas de suas quarenta alunas foram seleccionadas para os exames. Nem todos os alumnos se submetiam a exames. Os alumnos eram escolhidos pelo professor dentre aqueles considerados mais preparados e que teriam chances de aprovação. Numa turma de alumnos de várias idades e de níveis diferentes de adiantamento, o professor deveria indicar para exames os alumnos mais preparados, garantindo a sua aprovação.

Os exames, conforme SOUZA (2000, p.81), não serviam somente para avaliar o grau de aprendizagem do alumno e o que ele poderia efetivamente aprender, mas eram usados principalmente para mensurar o conhecimento, a dedicação e o desempenho do próprio professor. Constituíam uma forma de garantia para o governo em relação ao

desempenho do professor e, concomitantemente, conferiam também garantias ao professor, como o título de vitaliciedade.

De acordo com o Termo de Exame de 1890, as alunas escolhidas para realizar o exame, no qual foram aprovadas eram brasileiras. Uma, Cândida Saturnina Saldanha, fora aprovada com “distinção” e, a outra, Anna Pereira de Fonseca, aprovada “plenamente”²⁵. Estes eram os conceitos atribuídos aos aprovados quando as avaliações resultavam de seu bom desempenho. Infelizmente os documentos não apresentam demais informações nem mesmo a respeito dos conteúdos que eram aplicados nas avaliações.

Os Termos de Exames quase sempre eram redigidos seguindo uma estrutura textual modelar na qual eram alterados apenas os nomes do professor e do aluno que se submetia ao exame. Alguns inspetores escolares, ao relatarem o exame, completavam o Termo com alguns detalhes, como referências ao bom desempenho dos alunos e à atuação do professor. A maioria não fazia muitas anotações.

Os exames, de acordo com o Regulamento, deveriam ser realizados ao final de cada ano, na presença do Inspetor Paroquial ou do Inspetor Escolar e de dois outros professores indicados pela Diretoria da Instrução Pública de Ensino além do professor que regia a escola, ficando a presença destes outros professores também registrada nos Termos de Exames (OLIVEIRA, 1986, p. 100). Nomes como os de Benedicto Eleutério Cabral e Antonio Manoel Goulart estão registrados nos Termos de Exames da escola feminina, por terem sido eles professores já durante alguns anos no magistério público em escolas dos povoados nos arredores do município. Assim como estes, outros professores com anos de magistério e com alunos aprovados anualmente nos exames eram indicados para comporem bancas de exames finais.

No final do ano letivo de 1891, no dia três de dezembro, Dúlcia da Costa Saldanha realizou mais um exame, no qual foram examinadas nove alunas, conforme consta no Termo de Exame:

²⁵ Para designar a condição em que os alunos se apresentavam em relação à avaliação do conhecimento adquirido nas aulas, não eram utilizados dados numéricos como “notas” e sim conceitos como “distinção” e “plenamente”. DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 902, fl. 177, 1890.

Aos três dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e noventa e um, n'esta escola publica para o sexo feminino da Villa Colombo, presentes o cidadão Inspector Litterário José Marcelino da Rosa e os examinadores professores Benedicto Eleutério Cabral Cabral e Antonio Manoel Goulart e a professora Dúlcia da Costa Saldanha, procedeu-se os exames finaes e de classe na forma do Regulamento em vigor. Prestaram exame final as alunas Antonia Nodari e Joanna Trevisan, as quaes foram aprovadas plenamente. Sujeitaram-se à exame para passarem a 3ª classe as alunas Roza Buzato, Aurélia Tosin, Joanna Maschio, Luiza Cecon, Catharina Cecon, Cecília dos Santos e Faustina da Soledade (REQUERIMENTO, 1891, p. 147).

As alunas Antonia Nodari e Joana Trevisan, ambas de origem italiana, prestaram exames finais nos quais obtiveram o grau “plenamente”, que lhes valeu o prêmio “Justiniano de Mello e Silva”, entregue pelo Inspetor Escolar José Marcelino da Rosa. A prática de premiar, utilizada como uma forma de disciplinarização, substituía os castigos. Era uma prática presente nas escolas no Império. Sua permanência no final do século XIX e início do século XX justificava-se por ser uma forma de atenuar os efeitos dos castigos físicos, uma vez que esses eram proibidos legalmente.

O Regulamento da Instrução Pública da Província, de 16 de junho de 1876, previa a distribuição de prêmios “aos alunos que se distinguirem por talento, aproveitamento e moralidade”. Assim, premiavam-se os bons e castigavam-se, através da privação dos prêmios, os maus alunos.

Sendo menos traumática, a premiação pretendia estimular os alunos pouco estudiosos, substituindo as formas de castigo físico. Esta prática não era somente aplicada no Brasil; estava presente em escolas de outros países. Pretendia-se despertar nos menos estudiosos o desejo pelo prêmio de forma que estes buscassem ter bom comportamento e rendimento²⁶.

Como em todo final de ano letivo, no final de 1893, a professora Dúlcia da Costa Saldanha realizou mais um exame final, em 27 de novembro, que foi comunicado em ofício ao Diretor da Instrução Pública.

O último exame realizado pela professora Dúlcia da Costa Saldanha nesta escola - onde permaneceu até o início de 1896, sendo removida a pedido para outra

²⁶ Sobre o assunto, consultar: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A palmatória era sua vara de condão: práticas escolares na Paraíba (1890-1920). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Modos de ler formas de escrever**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p.117-142.

escola – foi realizado em 1895. Conforme o Termo de Exame deste ano, foram examinadas 10 alunas da escola feminina, como se constata abaixo:

Aos vinte e três dias do mez de novembro de mil oitocentos e noventa e cinco, n'esta vila Colombo, na escola pública para o sexo feminino regida pela professora Dulcia da Costa Saldanha, as onze horas da manhã presentes o cidadão Inspector Escolar Francisco Buzatto e os examinadores por elle nomeados Benedicto Eleutério Cabral Cabral, João Romão do Pilar e Maria Tonini, prestaram exame final as alunas Antonia Carlesso, Catharina Cavalli, Maria Gertrudes de Araújo e Pedrina Brotto, as quaes tendo dado sufficientes provas de habilitação conforme preceitua o Regulamento da Instrução Pública em vigor, foram approvadas com distinção Antonia Carlesso, Catharina Cavalli e Maria Prestes de Araújo, e plenamente Ursulina Ceccon, Maria Gertrudes de Araújo e Pedrina Broto, e foram igualmente approvadas em trabalhos de agulha. Sujeitaram-se a exame parcial Joanna Trevisan, Virginia Cavalli, Rosa Tosin e Domingas Mochelin, que foram julgadas habilitadas a passarem para a 3ª classe (REQUERIMENTO, 1895, p.167).

Comparando este documento com o Termo de Exame de 1891, observa-se que o nome de Joanna Trevisan está presente nos dois textos. Cabe destacar que, em 1891, a aluna prestara exame final tendo sido aprovada e premiada; porém, no Termo de Exame do ano de 1895, constava seu nome dentre as informações referentes aos exames parciais, aprovando-a para a 3ª classe. Três anos antes, teria sido aprovada em exames finais, que lhe garantiam o ingresso na escola superior, denominada também de 2º grau. Provavelmente, pode ter ocorrido uma troca de sobrenomes: havia na escola em 1895 a freqüência de uma aluna chamada Joanna Maschio, da mesma nacionalidade.

Os Termos de Exame permitem observar a freqüência com que foram realizados os exames na escola feminina bem como o crescente número de alunos aprovados. A freqüência de aplicação de exames aos alunos selecionados pela professora Dúlcia da Costa Saldanha, associada ao pedido de vitaliciedade feito por esta professora e ao seu indeferimento por parte do Diretor da Instrução Pública, remete à prática dos exames como instrumento do governo para o controle das atividades docentes.

Outro aspecto a ser mencionado em relação aos exames são os “trabalhos de agulhas”, realizados nas escolas femininas²⁷. O Regulamento da Instrução Pública de 1890, como os demais regulamentos anteriores, previa no programa das escolas

²⁷ “(...) e foram igualmente aprovadas em trabalhos de agulha” (REQUERIMENTO, 1895, p. 167).

femininas a obrigatoriedade do ensino de “prendas domésticas”, que corresponderia à educação doméstica. Os trabalhos de agulhas compunham atividades contempladas nestas aulas de prendas domésticas.

Segundo Cristiane dos Santos SOUZA (2004), as atividades de bordar e costurar - entre outras relacionadas ao trabalho de agulhas - assim como as prendas domésticas eram atividades relacionadas exclusivamente ao universo feminino. Estas atividades complementavam o ensino das meninas, que deveria ir além do aprendizado da leitura, escrita e aritmética, garantindo a sua permanência no espaço doméstico. Eram atividades que constavam nas avaliações porque compreendiam habilidades valorizadas e essenciais para o aprendizado das meninas.

Além dos registros contidos nos Termos de Exames e, até mesmo, em Termos de Visitas, outras anotações sobre a organização da escola eram anotadas nos mapas trimestrais. Estes documentos, por vezes, traziam informações complementares sobre os alunos.

Nos períodos de afastamento dos professores, fossem estes por licença de saúde ou por motivo de morte na família, o envio desses mapas era interrompido assim como as aulas da escola. Assim, quando a professora Dúlcia da Costa Saldanha solicitou uma licença de oito dias para tratar da saúde em setembro de 1892, as aulas foram interrompidas, ficando a escola fechada. Em relação a este fechamento deve-se considerar ainda a inviabilidade de haver um professor substituto.

Em relação a essa documentação, observa-se que a regularidade do envio dos mapas pela professora Dúlcia da Costa Saldanha mantinha a Diretoria da Instrução Pública sempre informada. Nos documentos constavam informações sobre matrícula e frequência, conceitos nas avaliações de aula e exames e, mesmo, algumas observações pertinentes às alunas, explicando as razões de suas faltas, por exemplo.

O envio dos mapas era acompanhado de ofício que acusava a sua remessa. No entanto, no caso desta escola, apesar de existirem ofícios informando o envio trimestral dos mapas, não foram estes localizados no arquivo pesquisado. Talvez tenham sido extraviados pela própria Diretoria da Instrução Pública ou, ainda não tenham sido conservados com o passar do tempo. Descarta-se a possibilidade de que esse material

não tenha sido produzido e enviado pela professora porque existem ofícios que comprovam a sua remessa.

Uma das razões para que esse material fosse produzido pela professora Dúlcia da Costa Saldanha era o fato de que a produção deste documento era a garantia de o professor permanecer na posse da sua cadeira e continuar o funcionamento das aulas. Considerando que a professora tinha grande interesse em manter suas obrigações escolares em ordem para obter, posteriormente, o título de professora vitalícia, dificilmente ela teria deixado de produzir os referidos mapas.

Em 1893, o Inspetor Distrital, João Pereira da Fonseca, fiscalizava a escola, atestando a freqüência de trinta e quatro alunas e fazendo elogios à atuação da professora, como consta no Termo de Visita:

Visitando hoje à escola para o sexo feminino d'esta villa, regida pela professora D. Dúlcia da Costa Saldanha **fiquei satisfeito ao ver a freqüência de trinta e quatro alunas e passando a fazer um pequeno exame achei-as em grau de adiantamento o que cumpre-me louvar a sua digna professora pelos esforços no cumprimento dos seus deveres ao magistério publico** (REQUERIMENTO, 1893, p.106, sem grifo no original).

As considerações, grifadas na citação do Termo de Visita, feitas pelo Inspetor Distrital em relação à professora Dúlcia da Costa Saldanha, tornaram-se um comprovante do bom desempenho e da dedicação da professora, embora houvesse a possibilidade de o documento não refletir a realidade da atuação da professora em sala. Neste sentido, o funcionamento daquela escola parecia perfeito.

Os Termos de Visita, assim como os Termos de Exames foram umas das principais fontes que permitiram compreender a organização da escola feminina. Entretanto, tais documentos não trazem as informações que possam esclarecer a freqüência e o rendimento dos alunos, dificultando o conhecimento daquela rotina escolar.

No início de 1893, a professora solicitou à Diretoria a quantia referente ao pagamento do aluguel da casa onde se encontrava a escola, tendo em vista a falta deste pagamento, pela Diretoria da Instrução Pública, no valor previsto no Regulamento do Ensino, de 24 de agosto de 1892.

A precariedade de materiais escolares e o número de alunas que freqüentava a escola feminina pareciam não variar de um ano a outro. Verifica-se uma constante nestas duas questões. Em 1894, conforme o Termo de Visita do Inspetor, a freqüência era de 30 alunas e constatava-se a falta de utensílios na escola.

No dia 25 de janeiro de 1896, a professora Dúlcia da Costa Saldanha solicitou outra licença de 30 dias, mas desta vez não declarou os motivos. Certamente as aulas, neste período, também foram interrompidas. Após o término da licença, no dia 26 de fevereiro, a professora retornou ao exercício, porém não demorou muito para que solicitasse a sua remoção para a cadeira da escola feminina da Vila Deodoro. Possivelmente, o pedido da licença estava relacionado à sua mudança de cidade, pois, pouco tempo depois, saiu sua remoção para esta escola, onde ficou até sua aposentadoria.

Seis anos marcaram o período de regência da professora Dúlcia da Costa Saldanha na escola feminina do Município de Colombo. Comparando-se com as demais escolas nos pequenos municípios paranaenses em finais do século XIX, esta foi uma das poucas que possuiu o mesmo professor por um longo tempo.

Normalmente, os professores não permaneciam nas escolas por mais de dois ou, até mesmo, um ano, principalmente se a escola estivesse localizada distante dos centros urbanos e apresentasse condições de precariedade, como afinal apresentavam. A precariedade aliada à não profissionalização dos professores era o principal motivo da não permanência destes nas escolas.

Assim, eram ainda constantes os pedidos de transferência e exoneração dos professores em todo o Estado do Paraná. Em contato com a documentação referente a estes pedidos, verificou-se que não importava o limite da distância. Não ocorriam trocas somente entre professores que lecionavam em escolas próximas entre si ou, ainda, próximas à capital. Havia um remanejamento que envolvia as escolas de todo o estado. Observando os Relatórios da Instrução Pública no período estudado, constatou-se que os pedidos de remoção e permuta de cadeiras são extensos, significando que essa mudança de professores entre as escolas era muito comum e freqüente.

Nos primeiros meses de 1896, a 1ª cadeira da escola feminina de Colombo permaneceu vaga. Em março do mesmo ano, Maria Joaquina Guimarães, que fora aprovada em concurso, solicitou a nomeação como professora efetiva para esta cadeira. Entretanto, seu pedido foi indeferido. Nenhum documento informa o motivo do indeferimento apesar de ela ser habilitada no magistério público.

O “apadrinhamento”, segundo SOUZA (2000), era utilizado como forma de fazer valer os direitos de aprovação em concursos públicos.

Vale dizer entretanto que, estando o patrimonialismo e o clientelismo instituídos como critério básico de recrutamento, o favor não distinguia professores capazes dos incapazes. Muitas vezes, o apadrinhamento era única forma de conseguir direitos que estavam instituídos de forma parcial ou indefinida, ou mesmo de forma clara. Assim, os critérios se superpunham – os professores necessitavam de apadrinhamento para fazer valer os resultados de concursos que os tinham beneficiado pelo mérito. Outras vezes, o favor e o mérito entravam em conflito, e não necessariamente o personagem que encarnava o mérito era o inspetor nem o favor, o coronel (p.77-78).

Considerando a prática de “apadrinhamento” e o indeferimento do pedido da professora, pode-se sugerir que Maria Joaquina Guimarães não tinha padrinhos políticos no Município de Colombo. Somente em 1 de maio, o governo acabou nomeando uma professora. Anna Zander, a professora nomeada, assumiu provisoriamente a regência da escola feminina. Cabe destacar que ela ainda não havia completado o curso da Escola Normal. O Estado do Paraná, neste período, admitia a nomeação de professores sem a formação na Escola Normal pelo prazo de um ano por contrato sem a habilitação. Nesse caso a nomeação de Anna Zander seria legal. No entanto, questiona-se o porquê Anna Zander teve preferência. Uma das hipóteses que justifica a nomeação de uma professora cuja formação era incompleta em detrimento de uma professora habilitada pode ter sido a prática da indicação política para o cargo.

Não foi possível conseguir informações sobre o grau de parentesco que Anna Zander teria com um dos representantes políticos do município, Carlos Frederico Zander, que ocupava o cargo de camarista junto à Câmara Municipal de Colombo.

Esta hipótese de parentesco leva-nos a especular que este poderia ter sido fator preponderante para sua nomeação ao cargo, sem considerar que Anna residia em

Colombo, ao passo que Maria Joaquina Guimarães residia em Curitiba. SOUZA (2000) e FARIA FILHO (2000) apontam que os cargos de professores, por serem cargos públicos, no final do século XIX, eram preenchidos por indicação, o que leva a acreditar que tais indicações fossem, em sua maioria, de caráter político.

De acordo com Rosa Fátima de SOUZA (1998, p.71), “o acesso e a ascensão na carreira não validavam a competência profissional certificada por critérios racionais como o concurso, e sim a indicação e o privilégio político e pessoal”. Embora WACHOWICZ (1984, p.338) afirme que “até o advento republicano as autoridades debatem entre as exigências de apresentação de títulos pelos professores, apresentação essa na qual ainda predominava o apadrinhamento nos exames de habilitação, ou no patronato puro e simples, na indicação dos professores para as escolas”, a possibilidade de que Anna Zander tenha sido privilegiada politicamente na nomeação para o cargo de professora pública não é de todo improvável, pois tal prática não era incomum.

Após ter permanecido um ano no cargo, conforme previa o contrato, no dia 26 de março de 1897, a professora Anna Zander foi afastada, sob a justificativa de não haver prestado exame de habilitação para o magistério público do estado, estando impossibilitada de permanecer na regência daquela escola. Em seu lugar, foi nomeada a professora Virgília Maria da Silva Netto, que entrou em exercício no dia 12 de abril. Em setembro desse ano, a professora Virgília Maria da Silva Netto foi removida para a escola de Veados²⁸ e, em novembro, foi exonerada por não ter iniciado as aulas no período estabelecido pela Diretoria da Instrução Pública (OFÍCIO, 1897, p.27).

A cadeira da escola feminina foi, em ofício de 05 de outubro de 1897, solicitada pela professora Francisca Docil da Costa Oliveira, que regia a escola da Colônia Zacarias, no Município de São José dos Pinhais. O pedido de remoção foi negado, pois a nomeação de Anna Zander já estaria prevista porque esta já tinha concluído o curso na Escola Normal na capital.

²⁸ A escola desta localidade será estudada no capítulo 3 porque a localidade fazia parte do Município de Colombo.

No dia 23 de novembro do mesmo ano, a professora Anna Zander pediu, em requerimento, sua nomeação definitiva para a escola feminina, informando sua aprovação nos exames públicos.

Anna Zander tendo sido habilitada para o magistério público, como prova com o documento que junto apresenta, e, achando-se vaga a cadeira do sexo feminino da Villa Colombo, cadeira essa que já ocupou provisoriamente por algum tempo, vem requerer-vos que se digne nomea-la definitivamente para a referida cadeira (REQUERIMENTO, 1897, p.212).

A nomeação de Anna Zander efetivou-se em 17 de janeiro de 1898, permanecendo no cargo até o ano de 1907.

No dia 26 de junho de 1907, a professora Anna Zander enviou um requerimento ao Diretor da Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, solicitando sua remoção para a escola promíscua do povoado de Ressaca²⁹. Tendo esta professora sido transferida, a regência da escola feminina de Colombo foi assumida pela professora Joanna Falce no dia 16 de julho do mesmo ano.

Logo que a professora Joanna Falce assumiu a regência da escola, solicitou ao Inspetor Escolar João Gualberto Bittencourt que fossem enviados novos mobiliários. Segundo a professora, eram necessárias carteiras para acomodar 30 alunas, um quadro negro e uma tabuleta (OFÍCIO, 1907, p.81). A falta de materiais escolares na escola feminina já havia sido reclamada pela professora Anna Zander em 24 de março de 1906.

Remetto-vos junto uma lista contendo os nomes dos móveis necessários a esta escola, os quaes solicitareis do Exmo. Dr. Diretor Geral da Instrucção Pública. Como sabeis nesta escola não há um móvel fornecido pelo Estado. Os que existem actualmente, além de não terem o necessário accommo, são emprestados de particulares.

Os moveis mais necessários n'esta escola são os seguintes

Oito carteiras com os respectivos bancos tendo cada uma capacidade para caber quatro creanças; uma mesa com gaveta, tendo 1m e 15 de comprimento por 0,80cm de largura e um quadro preto (OFÍCIO, 1906, p.65-66).

²⁹ Esta localidade também pertencia ao Município de Colombo, conforme será abordado no capítulo 3.

Pode-se observar que praticamente estes mesmos objetos foram solicitados pela professora Joanna Falce. Isso indica que eles não haviam sido entregues anteriormente à professora Anna Zander.

A professora Joanna Falce permaneceu pouco tempo na regência da escola feminina. Solicitou permuta de cadeira junto à professora Athália Gomes de Miranda, da escola da Vila Tamandaré, cidade vizinha. A permuta foi efetuada e a professora Athália Gomes de Miranda assumiu a regência da escola feminina em abril de 1908. Tendo regido a cadeira da escola feminina até 1910, foi substituída por Virgília Maria da Silva Netto. Esta professora já havia regido durante alguns meses, a escola feminina em 1897.

Também por um curto espaço de tempo a professora Virgília Maria da Silva Netto permaneceu regendo a escola. Em 20 de julho de 1911, solicitou licença e permuta de cadeira com a professora Otilia Netto Bastos, da Vila Palmyra. A licença foi concedida, porém a permuta não.

Vimos anteriormente que normalmente, quando o professor entrava em licença, as aulas eram interrompidas. Eram raras as situações em que a Diretoria da Instrução Pública nomeava professores provisórios para substituírem professores efetivos nos períodos de licenças. Ao contrário do que acontecia normalmente na grande maioria das escolas do contexto paranaense, durante o período de licença em que a professora Virgília Maria da Silva Netto ficou afastada da regência da escola feminina, foi substituída por Isabel Lopes. Esta professora assumiu interinamente o exercício da escola feminina em 7 de julho de 1911, sendo nomeada como efetiva em setembro daquele ano.

A substituição de professores em períodos de licença, evitando que as aulas fossem interrompidas, não representava uma prática muito comum. Mesmo que a substituição estivesse prevista no artigo 92 do Regulamento da Instrução Pública desde 1901, o que se via ainda, embora em menor número, eram escolas fechadas durante o período de licenças dos professores; este período poderia durar meses ou, até mesmo, um ano.

Verificou-se que, de modo geral, nos primeiros anos do século XX, aos poucos, a nomeação provisória de professores substitutos se tornou cada vez mais recorrente. Assim, as aulas não eram mais interrompidas quando o professor solicitava licenças.

Neste contexto de mudanças relativas ao âmbito educacional, a 1ª escola feminina, a partir de fevereiro de 1912, passou a funcionar numa casa escolar própria. A casa escolar era composta por duas salas com portas separadas. Uma sala abrigava a escola feminina e a outra, a masculina.

A construção daquela casa escolar realmente significou um avanço. Se até então predominava a falta de materiais, de mobiliários e de condições físicas da casa alugada para o funcionamento da escola, agora esta funcionaria em um lugar próprio e equipado para acomodar as alunas.

Neste sentido, a construção da casa escolar serviu não apenas para dar mais comodidade aos trabalhos escolares, mas também marcou, no interior daquela sociedade, um momento em que se constituía um lugar pensado exclusivamente para o ensino.

Estes e outros avanços no que tange à organização do ensino primário neste período decorriam da valorização do espaço escolar como disseminador do ideal republicano. Conforme SOUZA (1998, p.35), “os republicanos fizeram da educação um meio de propaganda dos ideais liberais republicanos e reafirmaram a escola como uma instituição fundamental para o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira”. Para isso, era necessário voltar os olhares para a escola buscando sanar os problemas enfrentados por ela no Império, estabelecendo uma nova “forma escolar”.

Muito embora esse movimento de renovação da educação escolar tenha se propagado paulatinamente no Estado do Paraná se comparando ao Estado de São Paulo, por exemplo, foi somente a partir da primeira década do século XX que a escola paranaense toma ares dessa renovação educacional. A construção de um prédio escolar no ano de 1912 no município acompanhava o cenário de mudança educacional paranaense.

Pudemos perceber, pela análise do conjunto de documentos, como se constituiu a 1ª escola feminina do Município de Colombo. Nossa análise teve lacunas que as

próprias fontes não permitiram preencher. Apesar do número reduzido de fontes, que provocou a falta de algumas informações, pudemos observar como esta escola foi organizada.

Quanto à questão dos exames escolares, os quais somente nesta escola foi possível analisar, verificou-se que os exames cumpriram um papel que foi além do caráter avaliativo do aluno e do professor, tornando-se também burocrático: serviam como meio para obter garantias do/no trabalho docente.

Outro aspecto revelado pela análise são as relações políticas e de poder que determinaram, por sucessivos 10 anos, o direcionamento da escola feminina. A nomeação da professora Anna Zander foi o exemplo deste tipo de relação.

Foi possível observar a questão da precariedade do ensino através da falta de condições físicas (materiais e mobiliários escolares) e da falta de formação de professores. Além disto, foi possível perceber que, ao longo dos anos a escola feminina refletiu ideários e condições sociais. Tendo sido criada em um período em que a educação estava aquém da preocupação das autoridades, a escola feminina, no percurso de sua existência, passou a ganhar atenção nas primeiras décadas do século XX.

No sentido de visualizar quais professoras regeram a 1ª cadeira da escola feminina, dispôs-se abaixo um quadro demonstrativo relacionando as nomeações e seus respectivos períodos:

Quadro 2				
Relação das professoras da 1ª escola feminina de 1890 a 1912				
Nomes	Categoria do professor	Tempo de Trabalho		
Dúlcia da Costa Saldanha	Efetiva	Fevereiro/1890	a	Março/1896
Anna Zander	Provisória	Maio/1896	a	Março/1897
Virgília Maria da Silva Netto	Efetiva	Abril/1897	a	--- /1897
Anna Zander	Efetiva	Janeiro/1898	a	Junho/1907
Joanna Falce	Provisória	Julho/1907	a	Abril/1908
Athália Gomes de Miranda	Provisória	Maio/1908	a	Janeiro/1910
Virgília Maria da Silva Netto	Provisória	Janeiro/1910	a	Junho/1911
Isabel Lopes	Efetiva	Setembro/1911	a	Dezembro/1913

Fonte: DEAP. Correspondências do Governo. Documentos de 1890 a 1912.

2.3 A escola masculina.

Devido à localização de alguns mapas escolares³⁰, foi possível acrescentar neste trabalho um estudo sobre a organização da 1ª escola masculina a partir de observações referentes aos alunos que a freqüentaram. A divisão da escola entre alunos de nacionalidade italiana e brasileira é um aspecto que foi possível observar no conjunto de fontes e permeia toda a constituição do processo escolar desta escola. Do mesmo modo, a noção de precariedade do ensino, que se averiguou na escola feminina e na primeira escola da colônia, perpassa também a escola masculina.

Como professor da escola masculina, em 1890, assumiu o cargo o imigrante italiano João Antonio Tosin, professor responsável pela escola particular, a qual contava com a freqüência de 40 alunos. Este professor foi naturalizado cidadão brasileiro em setembro de 1884. Não se teve conhecimento se ele havia cursado a Escola Normal ou nem se possuía habilitação através da realização do exame para o magistério público na Província. Ele exerceu a função de professor particular e, posteriormente, de professor contratado para a escola masculina até o ano de 1894.

Desde o Regulamento de Ensino de 1876, previa-se que cidadãos sem formação e habilitação lecionassem nas escolas públicas como professores contratados; porém, não tinham os mesmos vencimentos que, por direito, tinham os professores habilitados e efetivos. Previa-se também que imigrantes naturalizados brasileiros fossem contratados para regerem as escolas desde que ensinassem em língua portuguesa (WACHOWICZ, 1984, p.67 e OLIVEIRA, 1986, p.216).

Até 1890, a escola masculina era particular. No ano seguinte, o professor João Antonio Tosin solicitou ao governo subvenção para sua escola, conforme previa a legislação, pedindo ainda que lhe fosse conferido o título de professor contratado.

Para conseguir a subvenção, de modo geral, os professores deveriam encaminhar à Diretoria da Instrução Pública alguns documentos, como comprovantes que atestassem a existência e o funcionamento da escola, o número e a freqüência de alunos. Tais documentos foram solicitados pelo professor ao Presidente da

³⁰ Os “mapas demonstrativos” continham informações sobre os alunos. São semelhantes às listas de freqüência das escolas, porém, trazem informações dos alunos que vão além do número de matrícula e de freqüência, como: idade, filiação, nacionalidade, localidade, grau de instrução e comportamento.

Intendência³¹ e ao Inspetor Escolar, Francisco Camargo Pinto (REQUERIMENTO, 1891, p. 127), que se negou a fornecê-los, alegando desconhecer a existência de alguma escola regida pela pessoa que se dizia professor.

Rejeitando o pedido do professor, o Inspetor Francisco Camargo enviou ofício ao Diretor Geral da Instrução Pública dizendo que se recusava a atestar algo que desconhecia, nos seguintes termos:

Devo informar-vos que o motivo de minha recusa quanto ao attestado requerido por João Antonio Tosin foi estar o requerimento, que me foi apresentado, concebido em termos que eu não devia atestar, por não ter conhecimento dos factos ahi allegados, e que o attestado assim seria inútil. Disse então, ao portador do dito requerimento, que era o filho do mesmo Tosin, que Tosin me viesse falar – o que não fez (OFÍCIO, 1891, p.86).

Pode ser que esta relação conflituosa estabelecida entre o professor e o inspetor tenha ocorrido devido ao fato, desencadeado em 1888, de os imigrantes terem se recusado a permitir que seus filhos freqüentassem as aulas da professora brasileira, Julia Gonçalves Ferreira, conforme tratado anteriormente.

Movidos por esta negativa, os pais dos alunos que freqüentavam a escola masculina do professor João Antonio Tosin enviaram um abaixo-assinado, contendo 61 assinaturas, com a finalidade de comprovar a existência da escola, a qual contava com a freqüência de 57 alunos (REQUERIMENTO, 1891, p.233). A elaboração do documento foi encabeçada por duas pessoas que já tinham atuado como professores e, naquele momento, ocupavam cargos públicos na Câmara Municipal. O documento assim ganhava certa conotação política. Encabeçavam e eram responsáveis pelo encaminhamento do abaixo-assinado José Marcelino da Rosa e João Batista Lovato, ambos atuantes na política do município.

Ademais, constavam no requerimento reclamações sobre o Inspetor Francisco Camargo - que se recusara a fornecer os attestados solicitados - porque afinal nunca chegara a realizar visitas à escola. Nota-se a organização da comunidade, capaz de

³¹ O cargo de Presidente da Intendência correspondia ao de Prefeito Municipal. Observou-se, ao longo desta pesquisa, que o cargo de inspetor escolar era sempre ocupado por pessoas ligadas a alguma atuação política na região, especialmente ao Presidente da Intendência, firmando a idéia de autoridade.

desautorizar o Inspetor Escolar Francisco Camargo Pinto e de denunciar que esse não cumpria com a função a ele confiada pelo governo.

José Marcelino da Rosa fora professor da primeira escola particular no povoado de Veados, localizada nos arredores do município, entre os anos de 1882 a 1887. Ocupava, quando participou do envio do requerimento, o cargo de Secretário da Intendência Municipal. João Batista Lovato era imigrante; chegou à região no ano de 1880, com 12 anos de idade. Ocupava o cargo de vogal³² quando encabeçou a solicitação em favor do professor Tosin.

Francisco Camargo Pinto atuou como Inspetor até junho de 1891, quando foi substituído por José Marcelino da Rosa, que deixou o cargo de Juíz da Paz, o qual foi ocupado por Pedro Martins Saldanha. Em outubro deste ano, o governo concedeu a subvenção à escola masculina e ao professor João Antonio Tosin, o título de professor contratado. Em 1892, José Marcelino da Rosa foi exonerado do cargo de Inspetor.

Normalmente os inspetores permaneciam não mais que um ano no cargo, dependendo da nomeação definida pelo governo. Com a exoneração de José Marcelino da Rosa, determinada pelo Governo de Francisco Xavier da Silva, foi nomeado novamente para o cargo Francisco Camargo Pinto que, todavia, não aceitou, devido aos motivos expostos em ofício encaminhado ao governo.

Recebi hontem o vosso ofício de 10 do corrente communicando-me ter o governo me nomeado Inspector Litterário da Villa Colombo, e remettendo-me juntamente o respectivo título e o termo de promessa. Peço-vos, cidadão que representeis por mim ao mesmo governo que não me é possível aceitar o cargo com o qual honrou-me: -porque já servi neste mesmo cargo por mais de um anno – servindo ao mesmo tempo de Presidente da Intendência deste Município; e porque como professional tendo me dedicado a construção de máquinas para melhorar a industria do estado não dispondo de tempo bastante para bem servir, ao mesmo tempo, a instrucção pública (OFÍCIO, 1892, p.64).

Francisco Camargo Pinto justificou a resposta negativa à nomeação de Inspetor Escolar com a informação de que havia iniciado o funcionamento de uma ferraria e uma

³² Exercer o cargo de vogal da Intendência Municipal correspondia à participação da comissão responsável pela administração do município. Essa comissão normalmente era composta por: presidente e vice-presidente da intendência, secretário, vogais, juiz de paz, escrivão e fiscal.

serraria no povoado de Ressaca. Como vimos anteriormente, a década de 1890 foi profícua para a fundação de estabelecimentos industriais no município.

Em 21 de abril de 1892, foi eleita a primeira Câmara Municipal, tendo como presidente João Gualberto Bittencourt³³. No período de fevereiro a outubro deste ano, as escolas de Colombo ficaram sem assistência de inspetores. Os despachos dos ofícios e requerimentos de professores que deveriam ser enviados ao governo eram feitos pelo Presidente da Câmara Municipal, João Gualberto Bittencourt.

Em Colombo não existe Inspetor Litterário. Faz suas vezes o Presidente da Câmara Municipal respectiva. Entendo, por tanto, que antes de qualquer despacho definitivo se apresente aquella autoridade, a cerca do assumpto contido presente requerimento (REQUERIMENTO, 1892, p. 137).

No dia 10 de outubro daquele ano, em sessão na Câmara, o Prefeito João Gualberto Bittencourt nomeou João Pereira da Fonseca para exercer a função de Inspetor Distrital, pretendendo assim, normalizar a situação.

João Antonio Tosin, quando se tornou professor contratado pelo estado, passou a cumprir com as obrigações que lhe eram cabíveis, como a remessa regular dos mapas dos alunos à Diretoria da Instrução Pública.

Analisando alguns desses mapas, foi possível verificar que os alunos que freqüentavam a escola masculina, nos anos de 1890 a 1898, eram, predominantemente filhos de imigrantes.

No ano de 1891, havia 57 alunos matriculados na escola masculina do município, conforme o mapa enviado à Diretoria da Instrução Pública pelo professor João Antonio Tosin, inclusive seu filho Leão Antonio Tosin. Apenas seis alunos eram de nacionalidade brasileira³⁴.

O documento não trazia maiores informações, mas nota-se que a assinatura dos responsáveis pelos alunos sempre aparecia representada na figura masculina, tal qual

³³ Com a instalação da Câmara Municipal, a função de Presidente da Intendência passou à denominação de Prefeito Municipal. Deixou de existir também a denominação “Villa”, passando a ser “Município”. A Câmara Municipal era composta por um Presidente e pelos camaristas, que correspondiam a vereadores municipais.

³⁴ O mapa de matrícula dos alunos que freqüentavam a escola masculina em 1891 encontra-se em Anexo III – Quadro 2.

ocorria nos mapas referentes às demais escolas, freqüentadas também por alunos de nacionalidade brasileira.

Apesar de a matrícula contar com 57 alunos, a freqüência, em geral, se apresentava numericamente inferior. Em 30 de agosto de 1891, em uma visita do Inspetor Escolar, José Marcelino da Rosa, foi registrada a freqüência de 43 alunos; registrou-se, ainda em outubro do mesmo ano, a freqüência de 30 alunos (REQUERIMENTO, 1891, p.169).

Tanto WACHOWICZ (1984) quanto FARIA FILHO (2000) apontam como uma das hipóteses das diferenças entre matrículas e freqüências nas escolas do século XIX, a fraude nos mapas de matrículas. Muitos professores, para garantir a permanência no cargo e o funcionamento da escola, forjavam nomes de alunos nas listas de matrícula. Quando os inspetores visitavam as escolas, o número de alunos que as freqüentava nunca era o mesmo da lista de matrícula. O mesmo poderia estar ocorrendo na escola masculina. Outros fatores também concorriam para que houvesse essa diferença, como o trabalho infantil nas lavouras e a mudança de domicílio.

De acordo com outro mapa trimestral, correspondente aos meses de outubro a dezembro de 1893, enviado pelo professor João Antonio Tosin no início do ano de 1894, verifica-se a predominância de alunos de origem italiana; num total de 32 alunos, havia apenas dois brasileiros, Antonio Veloso da Silva e Camilo Cordeiro Rodrigues (REQUERIMENTO, 1894, p. 1894).

Observa-se também que houve uma diminuição do número de alunos matriculados nos dois últimos anos. Uma hipótese para explicar a redução de alunos baseia-se na própria atividade familiar: principalmente nos períodos de plantio e colheita se fazia necessário o aumento do número de pessoas para trabalhar na lavoura.

A idade dos alunos, na lista de matrícula de 1893, variava de 5 a 12 anos, estando de acordo com o regulamento vigente. Aqueles que tinham idade entre 10 e 12 anos normalmente apresentavam o maior número de faltas e desistências. Possivelmente isto ocorria pela necessidade de o aluno ajudar a família no trabalho,

uma vez que a grande maioria dos colonos trabalhava na lavoura e no cultivo de suas terras.

Cabe ressaltar que as fontes não indicam isto explicitamente, ficando subentendida tal situação devido à característica predominantemente agrária dos trabalhos executados pelas famílias da região; estes trabalhos acabavam impondo a necessidade de envolvimento de toda a família incluindo a mão de obra dos filhos menores.

Como diz DEL PRIORE (1998), referindo-se a São Paulo, as crianças com apenas seis anos de idade já trabalhavam nas fábricas, principalmente os filhos de imigrantes que acompanhavam seus pais. Como consequência dessa prática, muitos acidentes ocorriam, sendo eles denunciados nos jornais paulistas do final do século XIX e início do XX, nos quais se discutia e se denunciava tal exploração.

Talvez no Paraná e, nesse caso específico, no Município de Colombo, essa incidência do trabalho infantil entre os imigrantes não tenha tomado rumos tão extremados como em São Paulo. Entretanto, essa questão necessitaria de maiores estudos considerando as diferenças entre as atividades econômicas características de cada estado.

Assim como o trabalho infantil pode ser indicado como um dos fatores que implicava o afastamento do aluno do ambiente escolar e o conseqüente número de faltas, a dificuldade de aprendizagem da língua portuguesa entre os filhos de imigrantes também é apontada como fator determinante deste cenário de faltas e desistências.

Observando o mapa de alunos de 1893, verifica-se que alguns alunos italianos apresentavam dificuldades na aprendizagem. Os alunos Pedro Lazzarotto e Domingos Pontarolo, que começaram a freqüentar a escola em 1891, mesmo após três anos de freqüência às aulas, permaneciam ainda no 1º livro de leitura, sem terem aprendido a leitura, a escrita e a aritmética; esta última compreendia o aprendizado das quatro operações: somar, subtrair, multiplicar e dividir.

O quadro a seguir apresenta os 32 alunos que freqüentavam a escola masculina naquele ano e demais informações:

Quadro 3

Mapa de matrícula dos alunos que frequentavam a 1ª escola masculina de Colombo em 1893

N	Nomes dos alunos	Idade	Filiação	Matrícula			grau de instrução na matrícula	grau de instrução na atualidade			Aplicação	Comport.	Faltas			
				dia	mês	ano		leitura	escrita	aritmética			out	nov	dez	total
1	João Toniolo	12	Pedro Toniolo	16	janeiro	1893	nenhuma	1º Livro	--	--	Boa	Bom	4	5		9
2	Francisco Toniolo	10	" "	"	"	"	"	1º "	--	--	"	"	3	6		9
3	Ettore Busato	9	Francisco Busato	7	"	1891	"	3º "	C	Divisão	"	"				
4	Pedro Busato	8	" "	8	agosto	"	"	3º "	B	Adição	"	"				
5	Leão Busato	5	" "	16	maio	1892	"	1º "	--	--	"	"				
6	Hermenegildo Trevisan	7	Venancio Trevisan	"	"	"	"	1º "	B	Adição	"	"				
7	Antonio Lovato	10	Jacob Lovato	7	janeiro	1891	"	2º "	B	Multiplicação	"	"	4	7		11
8	Antonio Bontorin	9	Marcos Bontorin	13	novembro	1889	"	3º "	C	Divisão	"	"				
9	Pedro Bontorin	8	" "	4	agosto	1890	"	3º "	B	Adição	"	"				
10	Angelo Strapasson	6	Clemente Strapasson	16	janeiro	1893	"	1º "	--	--	"	"				
11	Estevão Moccelin	8	Gaspar Moccelin	"	"	"	"	1º "	--	--	"	"	7	3		10
12	Jose Polli	7	João Polli	1	maio	1891	"	1º "	B	--	"	"				
13	Antonio Polli	6	" "	16	janeiro	1893	"	1º "	--	--	"	"				
14	Pedro Lazzarotto	8	Roque Lazzarotto	25	agosto	1891	"	1º "	--	--	"	"				
15	Pedro Cavassin	6	Jose Cavassin	16	janeiro	1893	"	1º "	--	--	"	"				
16	Narciso Tosin	5	João Antonio Tosin	"	"	"	"	1º "	--	--	"	"				
17	Antonio Giacomitti	12	Andre Giacomitti	15	setembro	1891	"	3º "	B	Multiplicação	"	"	3	5		8
18	Angelo Pontarolo	10	Bartholomeu Pontarolo	9	janeiro	"	"	2º "	B	Subtração	"	"	8	7		15
19	Domingos Pontarolo	9	" "	"	"	"	"	1º "	--	--	"	"	8	7		15
20	Antonio Velloso da Silva	9	Ignasio Velloso da Silva	16	janeiro	1893	"	1º "	B	--	"	"				
21	Jacob Maschio	7	João Maschio	"	"	"	"	1º "	--	--	"	"				
22	João Brotto	9	Pedro Brotto	7	"	1891	"	2º "	B	Subtração	"	"				
23	Jeronymo Cavalli	10	João Batista Cavalli	"	"	"	"	3º "	C	Divisão	"	"	4	7		11
24	Francisco Nodari	8	Antonio Nodari	"	"	"	"	1º "	B	--	"	"	4	3		7
25	Francisco Mottin	7	Francisco Mottin	16	"	1893	"	1º "	--	--	"	"	7	8		15
26	Eugenio Mottin	6	" "	"	"	"	"	1º "	--	--	"	"	7	8		15
27	João Dagostin	10	Jocondo Dagostin	7	"	1891	"	1º "	B	Adição	"	"	5	7		12
28	Francisco Dagostin	7	" "	"	"	"	"	1º "	--	--	"	"	5	7		12
29	Felix Costacurta	8	Pascoal Costacurta	7	"	1892	"	1º "	B	--	"	"	5	7		12
30	João Cavalli Baggio	10	Francisco Cavalli Baggio	20	fevereiro	1893	"	1º "	B	Subtração	"	"	6	7		13
31	Camilo Cordeiro Rodrigues	7	João Cordeiro Rodrigues	"	"	"	"	1º "	--	--	"	"	3	6		9
32	Jose Sabadin	9	Francisco Sabadin	1	maio	1893	"	1º "	B	Adição	"	"				

Fontes : DEAP. Correspondência do Governo. Requerimento, AP. 989, fl 2. 1894.

Convém lembrar que o professor João Antonio Tosin informava, através do mapa, o nível de leitura dos alunos tomando como referência “o livro de leitura”. Normalmente os livros utilizados nas escolas primárias do estado eram livros fornecidos e indicados pela Diretoria da Instrução Pública, com a aprovação do Conselho Literário. Embora não tenha sido encontrado nenhum documento que fizesse referência à essa informação de que o professor utilizava este livro com seus alunos, o fato de torná-lo como parâmetro pode indicar este uso.

Foi possível observar também naquele documento a diversidade dos níveis de aprendizagem dos alunos bem como as diferenças quanto às datas de matrícula. Estas informações reiteram a aplicação do método simultâneo por classe, conforme apontada em relação à primeira escola da colônia.

No dia 9 de junho de 1894, o professor João Antonio Tosin enviou uma nova lista de freqüência, na qual constavam os nomes de 48 alunos. Após esta data, o professor João Antonio Tosin deixou a regência da escola masculina. Ainda em junho daquele ano, a escola passou a ser regida, interinamente, por Pedro Martins Saldanha, que era marido da professora da escola feminina do Município de Colombo, Dúlcia da Costa Saldanha. Pedro Martins Saldanha exercia a função de membro da Junta para o Alistamento do Exército e Armada. Ao assumir o cargo de professor, indicou João Romão do Pilar, que na ocasião ocupava o cargo de Escrivão Distrital, para substituí-lo.

No dia 15 de abril de 1895, o professor Pedro Martins Saldanha solicitou 60 dias de licença para tratar de sua saúde. Durante o período de sua ausência, a escola masculina provavelmente permaneceu fechada. No dia 8 de maio, o professor retornou às aulas, renunciando ao restante de sua licença. Em julho deste mesmo ano, a freqüência era de 38 alunos, sendo inferior ao número da matrícula que era de 42 alunos. Em 20 de agosto, o professor Pedro Martins Saldanha solicitou sua nomeação efetiva para a cadeira que regia, após ter realizado exame de habilitação perante a Diretoria da Instrução Pública (REQUERIMENTO, 1895, p.38).

Em 14 de março de 1896, o professor Pedro Martins Saldanha pediu remoção para a cadeira da Vila Deodoro, assim como sua esposa Dúlcia da Costa Saldanha, da escola feminina.

Tenho a honra de transmitir-vos a petição do professor effectivo da Villa Colombo Pedro Martins Saldanha que pede a sua remoção para a cadeira do sexo masculino da Villa Deodoro.

Esta cadeira acha-se provida pelo professor provisório Deodato Junqueira, contudo como o peticionário é casado com a professora Dúlcia da Costa Saldanha que também pede sua remoção para aquela Villa, acho conveniente seja-lhe concedida a remoção, vindo o professor provisório da Villa Deodoro ocupar a cadeira que fica vaga Villa Colombo, por conveniência de serviço como preceitua o artº. 53 do Regulamento vigente (OFÍCIO, 1896, p. 152).

O pedido dos professores foi aceito pela Diretoria, sendo indicado para substituir o professor da escola masculina o professor Deodato Junqueira. Este, todavia, não aceitou, pois tinha pretensões de ser removido para a cadeira da cidade de Irati. A escola masculina de Colombo acabou por ficar sob regência de professores provisórios até novembro de 1897.

No dia 9 de julho de 1896, assumiu provisoriamente o professor José Taborda Perreira, que permaneceu somente até setembro daquele ano, quando pediu exoneração do cargo. Em 24 do mesmo mês, foi nomeado para reger, também provisoriamente, Benedicto Eleutério Cabral. Naquele período, este professor regia a escola de Roça Grande³⁵, iniciando os exercícios escolares em Colombo no dia 8 de outubro.

Em 13 de maio de 1897, o professor Benedicto Eleutério Cabral, que havia sido professor de diversas escolas no município, foi nomeado para substituir Francisco Busato no cargo de Inspetor Escolar. Francisco Busato necessitava afastar-se do cargo de inspetor para dedicar-se à abertura da primeira fábrica de louças do município.

Mesmo sendo nomeado Inspetor Escolar, o professor Benedicto Eleutério Cabral permaneceu regendo a escola até novembro daquele ano. No dia 9 do mesmo mês passou o cargo para o professor Bento Alves da Conceição Junior, que, finalmente, ocuparia a cadeira efetivamente.

Communico-vos que n'esta data assumi o exercício do cargo de professor effectivo d'esta Villa, nomeado por acto do Drº Governador do Estado de 3 do corrente. Assim como peço-vos que em virtude de existir 3 bancos imprestáveis e não tendo onde os alunos escreverem nem mesa para o exercício de minha funções, que dê

³⁵ Essa escola será tratada no capítulo 3.

providências no sentido de me ser enviada essa mobília e mesmo livros para a matrícula e termos de visita (OFÍCIO, 1897, p.33).

O novo professor solicitou mobília e material escolar, considerando que o mobiliário era ainda o mesmo da primeira escola e que nunca havia sido substituído. O pedido não foi atendido pela Diretoria, levando o professor Bento Alves da Conceição Junior a enviar, em 1 de fevereiro de 1898, um novo ofício ao Diretor Geral da Instrução Pública, Custódio Moreira. Pedia para que fosse providenciada a mobília para a escola masculina, caso contrário, iria adquirí-la por conta própria.

Em virtude de não existir mobília na 1ª cadeira masculina d'esta Villa peço-vos que dêis providências no sentido de ficar a minha disposição a mesma conforme nota junto. Aproveito o ensejo para reiterar os meus protestos de estima e consideração. Relação da mobília que necessita a 1ª cadeira para o sexo masculino d'esta Villa.

Bancos carteira

2 quadros para exercícios

Mesa e estrado (OFÍCIO, 1898, p.97-98).

Nenhum dos documentos analisados faz referência à entrega deste material solicitado, de forma que não se sabe se foi ou não entregue pela Diretoria da Instrução Pública. A entrega de mobília e materiais escolares era obrigação do governo, conforme constava na legislação, principalmente porque não se tratava de uma escola particular, mas, de uma cadeira pública efetiva que deveria ser mantida pelo governo. O problema é que essa entrega de materiais não ocorria ou demorava a acontecer, como era o caso da maioria das escolas públicas do estado naquele período.

Como afirma WACHOWICZ (1984, p.239), o professor muitas vezes assumia o papel de benfeitor da escola, retirando do seu mísero salário quantias necessárias para a providência dos materiais escolares.

Discursos dos governos republicanos a respeito da necessidade de melhoria do ensino não faltaram. Na prática do cotidiano escolar, entretanto predominavam escolas mal providas e ensino deficitário.

O motivo que levou o professor Bento Alves da Conceição Junior a reclamar a falta de mobília para a escola, além da precariedade por ser velha, foi o aumento do número de alunos naquele ano, tornando o mobiliário insuficiente. Nos anos anteriores,

a escola masculina era freqüentada, normalmente, por 30 a 40 alunos. Em 1898, passou a contar com 81 alunos matriculados, com a freqüência regular de 68 alunos. A procura pela escola evidenciava a significativa importância que ela adquiria junto à população. As famílias começavam a matricular seus filhos e a escola tornava-se pequena e insuficiente para atender o aumento da demanda.

Além disso, por se tratar de uma localidade de colonização estrangeira, havia sempre a chegada de novos imigrantes à região, o que também explica o aumento significativo de alunos. No ano de 1895, um novo grupo de imigrantes havia chegado à região, promovendo um expressivo aumento de alunos na escola masculina.

De acordo com o mapa de matrícula referente aos meses de fevereiro a março de 1898, é possível verificar que os sobrenomes dos alunos diferem daqueles existentes em mapas anteriores. Ainda, pode-se verificar a permanente predominância de alunos de nacionalidade italiana, embora já seja possível identificar alunos de outras nacionalidades, como o aluno de nacionalidade polonesa, João Camarosk³⁶.

Em março daquele mesmo ano, o professor Bento Alves da Conceição Junior enviou requerimento à Diretoria da Instrução Pública, solicitando novas providências quanto ao material anteriormente solicitado, uma vez que o mobiliário não havia sido entregue. Desta vez, solicitava também a nomeação de uma pessoa habilitada para servir-lhe como ajudante.

Bento Alves da Conceição Junior, professor da cadeira do sexo masculino d'esta villa, precisando de uma pessoa habilitada, que lhe auxilie nos trabalhos escolares, visto reconhecer a insuficiência de seus esforços para ensinar 68 alumnos que diariamente freqüentam sua aula, cuja matrícula attinge já 81, com tendência a augmentar, vem por isso respeitosamente requerer de conformidade com o Regulamento em vigor, pedir a VEx^a que se digne nomear um ajudante propondo para esse fim o cidadão Isidoro Alves da Conceição (REQUERIMENTO, 1898, p.128).

Note-se que o professor Bento Alves da Conceição Junior informava o alto número de matrículas e a *tendência a augmentar*, possivelmente o aumento de alunos poderia se dar devido à chegada de novas levas de imigrantes a região.

³⁶ O mapa de matrícula localiza-se em Anexo IV – Quadro 3.

O Inspetor Escolar, Benedito da Costa Cabral, reforçou o pedido do professor, informando que, em suas visitas à escola, a encontrou com uma frequência superior a 65 alunos (REQUERIMENTO, 1898, p. 128).

No requerimento, o professor Bento Alves da Conceição Junior indicou como ajudante Isidoro Alves da Conceição, que – pela semelhança do sobrenome - poderia ser seu parente. Em 11 de abril, Isidoro Alves da Conceição foi nomeado para o cargo de ajudante na escola masculina, iniciando seu trabalho em 5 de maio.

Em 10 de abril de 1899, o ajudante Izidoro Alves da Conceição deixou o cargo, assumindo, em seu lugar, José Correia de Bittencourt Netto. Um mês depois, em 4 de maio, o professor Bento Alves da Conceição Junior solicitou 60 dias de licença, durante a qual, conforme informou o Inspetor Escolar Benedito da Costa Cabral, o ajudante José Correia de Bittencourt Netto assumiu, provisoriamente a cadeira da escola masculina. Durante a licença, o professor Bento Alves da Conceição Junior solicitou sua remoção para a cadeira masculina da Vila Tamandaré, não chegando a retornar à escola do Município de Colombo.

O interesse em lecionar em outra escola pode ter sido gerado tendo como razões: as péssimas condições de trabalho, a falta de mobília escolar e demais materiais escolares decorrente da pouca atenção dispensada pelo governo, a necessidade de o professor providenciar estes materiais por conta própria, o número excessivo de alunos e a presença simultânea de alunos de várias nacionalidades (brasileiros, italianos, poloneses). Tudo isso tornava o trabalho escolar na escola masculina naquele período pouco atraente. Todavia, essa situação de precariedade não era exclusiva às escolas do Município de Colombo, mas abrangia todo o cenário da instrução pública paranaense.

A cadeira da escola masculina do Município de Colombo foi regida por José Correia de Bittencourt Netto até o ano de 1900. Convém salientar que quanto ao período de regência desse professor, que foi de dois anos, não foi encontrado nenhum documento. A falta de documentos impossibilitou qualquer informação e análise a respeito da atividade desenvolvida pelo professor nesses anos.

Em fevereiro de 1900, a escola passou a ser regida por Baldomero Navarro, que, semelhante à grande maioria de professores do estado, não possuía habilitação para o magistério público. No dia 20 de outubro do mesmo ano, solicitou à Diretoria da Instrução Pública sua nomeação efetiva na cadeira da escola masculina após ter prestado exames de habilitação. Esta nomeação ocorreu em janeiro de 1901 (REQUERIMENTO, 1901, p.147).

A vigência do professor Baldomero Navarro na cadeira da escola masculina foi marcada por muitas licenças e, conseqüentemente, muitas aulas interrompidas. A instabilidade das aulas fez com que o Inspetor Escolar João Gualberto tomasse atitudes em busca de retirar o professor Baldomero Navarro do cargo.

Em agosto de 1901, o professor Baldomero Navarro solicitou sua terceira licença em apenas meio ano de regência. A licença teria duração de dois meses. Em setembro, o Inspetor Escolar João Gualberto Bitterncourt enviou um requerimento ao Diretor da Instrução Pública comunicando que o professor Baldomero Navarro havia abandonado as aulas na escola masculina. Segundo o inspetor, o professor Baldomero Navarro havia solicitado a licença sem cumprir com os deveres estabelecidos no artigo nº 91, 1º e 2º do Regulamento da Instrução Pública vigente³⁷. Sendo assim, seu afastamento seria considerado abandono. Este, segundo o inspetor, teria ocorrido no dia 1º de setembro.

O Regulamento da Instrução Pública decretado em 11 de março de 1901 dispunha nos artigos citados o seguinte:

Art 91. Nos casos de licença cumpre ao professor:

1º Extrahir os competentes títulos, pagar o sello devido e apresentá-los ao Diretor Geral da Instrução Pública para por o “Cumpra-se”, tudo dentro de 30 dias contados da data da concessão, sob a pena de ficarem sem effeito.

2º Apresentar os alludidos títulos aos Inspectores Escolares respectivos, dentro d'aquelle praso, para pôrem o “Visto”, e declararem nelles a data em que a licença começou a ser gozada, o que só poderá ter lugar dentro do mesmo praso de 30 dias e depois do “Cumpra-se” (REGULAMENTO, 1901, p.76).

³⁷ Regulamento da Instrução Pública, de 11 de março de 1901.

Pode-se sugerir que o professor Baldomero Navarro não tinha a intenção de abandonar as aulas. No entanto, o fato de não ter cumprido as exigências permitiu ao Inspetor Escolar caracterizar o abandono.

A insatisfação parecia ser proveniente de todas as partes. Em outubro, o professor Baldomero Navarro ciente da insatisfação dos pais dos alunos e das autoridades locais, solicitou sua remoção para a cadeira masculina do povoado de Guaripó, Município de Serro Azul. Seu pedido de remoção foi deferido no dia 14 de novembro, porém não para a escola desta localidade, mas para a cadeira da escola masculina da cidade de Palmas (OFÍCIO, 1901, p.98).

Na mesma data da remoção do professor Baldomero Navarro, o Inspetor Escolar havia providenciado um documento contendo quatro declarações que informavam sobre a insatisfação dos pais dos alunos e demais autoridades e sobre o mau comportamento do professor Baldomero Navarro naquela localidade.

As declarações foram escritas, segundo o Inspetor João Gualberto Bittencourt, “por principais autoridades locais”. Eram elas: o Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Luis Adão; o Sub-Comissionário da Polícia, Domingos Cecon; o industrial, proprietário de várias indústrias no município, Francisco Busato, o qual por muito tempo ocupou o cargo de inspetor escolar; e o Juiz Distrital, Carlos Frederico Zander.

A leitura dessa documentação revelou que, além do problema das faltas do professor às aulas, havia o problema do mau procedimento do mesmo. Entre as autoridades locais e os pais dos alunos, havia a preocupação de que Baldomero Navarro, como professor, deveria apresentar um bom comportamento junto àquela comunidade para servir de exemplo aos alunos, uma vez que recebia o título de educador. Denota-se antes de tudo, uma preocupação com a função da escola como moralizadora dos costumes do que como transmissora do saber.

Essa preocupação estava expressa nas declarações do Presidente da Câmara, Joaquim Adão, e do industrial Francisco Busato.

Illmo Senhor Tenente Coronel João Gualberto Bittencourt acuso recebido sua carta de hoje datada e lhe respondo.

Um educador é forçosamente um segundo pai e desde que esse educador não tenha o respeitável procedimento, nenhum de seus alunos podem ser educados. É

o que acontece com o actual professor desta Villa o seu Baldomero Navarro, que é um jogador de fina tempera até cartomante (REQUERIMENTO, 1901, p.161).

O mesmo pensamento era também compartilhado por Francisco Busato:

Cidadão Coronel João Gualberto Bittencourt
Em resposta a vossa carta de hoje tenho a dever-lhe que o procedimento do professor Baldomero Navarro é abaixo de crítica, por quanto elle não tem moral necessária para educar, pelos péssimos costumes que tem. Os jogos e os demais vícios perversos estão sempre a seu lado (REQUERIMENTO, 1901, p.164).

Nestes documentos, o problema do mau comportamento do professor Baldomero Navarro é descrito como o vício de jogar. As declarações do Sub-Comissionário da Polícia, Domingos Ceccon, e do Juiz Distrital, Carlos Frederico Zander, completam ainda que aliados à conduta de jogatina, havia outros vícios que impossibilitavam Baldomero Navarro de apresentar uma boa índole junto àquela comunidade.

Segundo Carlos Frederico Zander, “a conducta do professor Baldomero Navarro tem sido péssima nesta Villa, ora como jogador profissional, ora em estar de embriaguez e ora até com certo conto do vigário” (REQUERIMENTO, 1901, p.165).

A representatividade e a boa índole do professor junto à comunidade tinham implicações também para o mérito de sua função; isto é, o bom professor deveria ser aquele que apresentasse uma boa conduta e que tivesse uma boa índole perante a localidade em que lecionasse, pois deveria ser exemplo a ser seguido pelos alunos e pelos demais. Era o professor que iria introduzir nas crianças os valores e os bons costumes, uma vez que era atribuída tal função também à escola.

Conforme FARIA FILHO (2000, p.126), os “bons professores” deveriam ser aqueles que apresentassem características positivas no que diz respeito aos deveres escolares e também aos deveres sociais. Dentre os deveres sociais, estariam o respeito às autoridades e às leis e a recusa aos vícios, como fumo, álcool e jogos. A figura do professor serviria de exemplo tanto na escola como no meio social onde ele estivesse inserido.

Mas se por um lado, as declarações das autoridades serviram para afirmar a insatisfação da comunidade e a preocupação do Inspetor Escolar com a real falta de

moralidade para reger a escola, por parte do professor Baldomero Navarro; por outro lado, essas declarações poderiam caracterizar-se como documentos produzidos sob “encomenda” do Inspetor Escolar João Gualberto Bittencourt para reafirmar algum interesse particular contra o professor. Dessa forma, os argumentos do inspetor contra o professor Baldomero Navarro ganhariam peso se reafirmados por pessoas de representatividade frente à comunidade.

A escola masculina no início de 1902 passou a ser regida por Ignácio Alves de Souza Filho, que havia sido removido da escola masculina do povoado de Ressaca, do mesmo município.

Anualmente o professor Ignácio Alves de Souza Filho realizava exames finais e os comunicava à Diretoria da Instrução Pública. No Termo de Exame referente aos exames finais de 1902, o professor Ignácio Alves de Souza Filho é elogiado pela mesa examinadora pelo trabalho realizado na escola. Dois alunos realizaram exames finais e seis alunos exames parciais.

Aos oito dias do mez de Novembro de mil novecentos e dois na escola para o sexo masculino da Villa Colombo, dirigida pelo professor effectivo, Cidadão Ignácio Alves de Souza Filho, presente o cidadão Inspector Escolar Tenente João Gualberto Bittencourt, e a mesa examinadora composta dos Snrs. Victorio Gaboard, José Leal Fontoura e Faustino André Jonsson, procedeu-se os exames finais e parciais dos seguintes alunos:

Exames finais – Antonio Trevisan, distinção e João Alberti, plenamente.

Exames parciais – Carlos Adolpho Zander, distinção; Ricardo Gaboard, distinção; Gustavo Rausis, distinção; Lúcio Ribeiro, plenamente; Alberto Ceccon, plenamente e José Silva, plenamente.

Tendo concluído hoje os exames finais e parciais da escola para o sexo masculino desta Villa, sob a bem escolhida direcção do ilustre professor cidadão Ignácio Alves de Souza Filho, cumpro um sincero dever de elogiar este infatigável preceptor que hoje teve a satisfação de ver toda a sua dedicação corroada de feliz êxito (OFÍCIO, 1902, p.41).

Ao contrário do professor Baldomero Navarro, o professor Ignácio Alves de Souza Filho foi elogiado pelo trabalho que estava realizando na escola masculina. As aulas funcionavam regularmente e o número de alunos aumentou durante a sua regência, fato que poderia estar ligado à estabilidade das aulas na escola.

Observa-se, no quadro abaixo, alguns índices da frequência dos alunos de acordo com o período em que cada professor esteve regendo as aulas na escola

masculina, desde o ano de 1899 ao ano de 1907. Cumpre ressaltar que não consta o número de alunos referente ao período em que o professor Baldomero Navarro lecionou, pois os mapas de frequência não foram entregues por esse professor à Diretoria da Instrução Pública. Assim também, faltam dados referentes aos anos de 1905 e 1906, pois os documentos relativos ao período não estavam no conjunto da documentação.

Tabela 1					
Número de alunos da escola masculina entre 1899 a 1907					
Professor	Ano	1º	2º	3º	4º
		Trimestre	Trimestre	Trimestre	Trimestre
Bento Alves Conceição Junior	1899	-	-	-	-
Baldomero Navarro	1900	-	-	-	-
Baldomero Navarro	1901	40	40	-	-
Ignácio Alves de Souza Filho	1902	28	28	28	28
Ignácio Alves de Souza Filho	1903	54	54	54	-
Ignácio Alves de Souza Filho	1904	54	54	55	-
Ignácio Alves de Souza Filho	1905	-	-	-	-
Ignácio Alves de Souza Filho	1906	-	-	-	-
Ignácio Alves de Souza Filho	1907	34	38	40	-
- não consta					
Fonte: DEAP. Correspondências do Governo, 1899 a 1907.					

O número de alunos que freqüentava a escola masculina, em comparação com o número do primeiro ano em que o professor Ignácio Alves de Souza Filho assumiu a escola, duplicou no segundo ano de regência deste professor. Mesmo assim, a frequência voltou a diminuir no ano de 1907, mas o motivo dessa oscilação não foi localizado nos documentos consultados. Poderia-se supor uma série de razões, entre elas: a mão-de-obra infantil nas lavouras e a dificuldade da aprendizagem da língua portuguesa por parte dos estrangeiros.

O professor Ignácio Alves de Souza Filho, que era constantemente elogiado pelos inspetores escolares, não havia concluído o curso da Escola Normal. Sua esposa, Maria Placídia Alves de Souza, regia a cadeira do povoado de Roça Grande no mesmo município. Em 17 de maio de 1906, o professor Ignácio Alves de Souza Filho solicitou

que sua esposa fosse removida para uma das escolas da capital, enquanto ele solicitou sua exoneração para concluir o curso da Escola Normal em Curitiba.

Embora houvesse a preocupação que os professores tivessem a formação complementar da Escola Normal neste período, o pedido do professor Ignácio Alves de Souza Filho foi negado com a justificativa de que não havia nenhuma cadeira vaga na Capital para qual sua esposa, a professora Maria Placídia Alves de Souza, pudesse ser removida.

Mesmo que o professor Ignácio não concluísse o curso Normal, sua nomeação estaria garantida. No Relatório de 31 de dezembro de 1900, a forma de prover as escolas públicas primárias do estado com professores habilitados através de exames de habilitação era criticada, mas, conforme este documento, devia-se garantir a permanência dos professores que tivessem sido nomeados tendo apenas prestado os exames de habilitação. “Já é tempo de acabar-se com os exames de habilitação ao magistério público primário, só provendo nas escolas públicas primárias professores, diplomados pela Escola Normal, tudo isso bem entendido, sem prejuízo de direitos adquiridos” (RELATÓRIO, 1900, p.73).

Os discursos das autoridades relativos à nomeação de professores sem a formação na Escola Normal passaram a ser expostos nos Relatórios da Instrução Pública a partir do ano de 1900. Era necessário nomear professores diplomados. Todavia, essa medida não ultrapassava os limites do discurso. Muitos professores sem a formação da Escola Normal continuavam sendo nomeados.

Em 1910, o Inspetor Escolar João Gualberto Bittencourt foi exonerado do cargo, sendo nomeado em seu lugar o Coronel Olivério Cortes Taborda. Ainda neste ano, a fim de interar-se sobre o funcionamento das escolas do município, o Inspetor Escolar Olivério Cortes Taborda realizou várias visitas às escolas. Entre estas, visitou a escola masculina no dia 12 de abril.

Conforme o Termo de Visita, o inspetor ficou impressionado com o bom funcionamento e a organização da escola masculina.

Visitando hoje a escola regida pelo ilustre professor Sr. Ignácio Alves de Souza Filho, causou-me a melhor impressão que se pode experimentar ao penetrar-se em

um estabelecimento de instrução pública, por isso que argüindo diversos alumnos notei bastante aproveitamento, notadamente nos alumnos João Cecon, Juvenal Guimarães, Felisberto Cecon e Jose da Silva Fontoura. Esta visita fiz em companhia dos senhores José Silva membro do Directório Político deste Município, José Leal Fontoura, ajudante procurador da República, Francisco Busato Prefeito Municipal e Damaso Cardoso Netto.

Seja-me lícito notar a ordem, methodo e tudo mais que é necessário ao estabelecimento que o mesmo senhor professor Ignácio observa em sua aula.

A sala é espaçosa e limpa reunindo assim as condições de higiene. Notei entretanto a falta de bancos-carteiras, sendo de urgente necessidade, de augmental-as (OFÍCIO, 1910, p.218, sem grifo no original).

Com relação a este Termo de Visita, é interessante destacar dois aspectos: o primeiro refere-se à contínua falta de mobiliário escolar e o segundo, à questão do amplo espaço da sala como sinônimo de higiene.

Em todo o país, crescia a preocupação em torno do ensino, no início do século XX. Buscava-se a modernização da sociedade brasileira. A escola consistia em um instrumento fundamental para disseminar esses ideais republicanos de modernização. Para isso, era necessário reorganizar o sistema educacional, agrupando escolas, construindo casas escolares próprias para substituir o aluguel de casas escolares e enfatizar novos métodos e a formação de professores, entre outras renovações.

Apesar do esforço de se estabelecer uma “forma escolar” eficiente, na escola paranaense um problema ainda persistia: o provimento do mobiliário escolar. Entre os professores a reclamação de falta de mobiliário era comum e constante. O provimento de móveis suficiente para acomodar os alunos não acompanhava o aumento significativo do número de alunos nas escolas.

Em 1906, o Diretor Geral da Instrução Pública, Artur Perreira de Cerqueira, enviou uma carta circular a todas as escolas do estado, pedindo que os professores informassem a situação dos materiais e do mobiliário existentes nas escolas. Deveriam informar que objetos havia, quais pertenciam ao estado e quais eram necessários para serem entregues.

As respostas dos professores das diversas escolas públicas primárias paranaenses foram unânimes: a grande maioria dos objetos que existiam nas escolas eram adquiridos particularmente pelos professores ou, ainda, eram emprestados pelos pais dos alunos e encontravam-se em péssimo estado.

Em outubro de 1909, o Secretário do Interior, Jaime Reis, enviou um ofício ao Governador do Estado, Francisco Xavier da Silva, informando a situação de precariedade dos mobiliários escolares nas diversas escolas públicas do Paraná e propondo a entrega urgente de novos mobiliários às escolas.

Cumpr-me dizer a VEx^a que, em geral, o estado do mobiliário escolar, existente na maioria das escolas públicas, é deplorável, por velho, deficiente e imprestável e que o pedido que ora faço virá apenas melhorar, um pouco, as actuaes condições em que se encontram alguns dos nossos inúmeros estabelecimentos de instrução. Em muitos os quaes, mesmos nos arredores desta Capital as creanças repousam em toscos bancos, caixões diversos, taboas brutas suportadas por alguns tijolos e outros utensilios que a isso se prestam.

Tendo já, desde que assumi as funções de Director interino iniciado a reforma e a substituição do mobiliário escolar estragado nesta Capital, não desejando que o movimento começado estacione e achando-se a Penitenciária do estado aparelhada para fornecer o material necessário as escolas públicas, segundo se infere do Decreto nº 473 de 24 do mez passado, rogo a VEx^a providenciar no sentido de serem fornecidos por aquelle estabelecimento e com o máximo de urgência (OFÍCIO, 1909, p.115, sem grifo no original).

A precariedade do mobiliário das escolas era reconhecida pela Diretoria da Instrução Pública, muito embora ocorresse a demora pelo provimento.

O segundo aspecto observado no Termo de Visita à escola masculina, do ano de 1910, refere-se à questão da higienização. Comparando este Termo com os demais referentes à escola masculina em anos anteriores e até mesmo com os referentes a outras escolas, foi possível perceber o aparecimento da preocupação com a higiene na escola. Esboça-se a compreensão de que o amplo espaço das salas de aulas seja sinônimo de higiene.

A questão da higienização também é visualizada na lista de materiais escolares solicitados pelo professor Ignácio Alves de Souza Filho em maio de 1912. Dentre os demais objetos, o professor solicitou uma talha para a água. Este objeto não era solicitado em anos anteriores.

Segundo Rosa Fátima de SOUZA (1998),

Além de materiais indispensáveis às funções do ensino, o mobiliário revela determinados hábitos e costumes sociais que se quer disseminar nos alunos, especialmente os objetos relacionados à manutenção da limpeza e higiene: bacias,

limpa-pés, lavatórios, escarradeiras. Foi assim que a escola primária contribuiu para desenvolver hábitos de civilidade e urbanidade. Ordem, limpeza e disciplina são componentes primordiais para uma boa organização escolar, fazem parte de um conjunto de dispositivos de contenção dos gestos, dos instintos, das emoções. Nesse sentido, as representações em torno da higiene escolar contribuíram para reforçar valores morais relacionados a padrões de comportamentos considerados civilizados (SOUZA, 1998, p.143).

A higiene tornava-se um dispositivo essencial para o controle dos corpos em busca da civilidade. A falta dela significava sinônimo de “incivilidade” (SOUZA, 1998, p.144).

A preocupação com o espaço físico da escola como um espaço propício para a aprendizagem ganha atenção neste período. Como reflexo das renovações propostas pelo movimento republicano, buscava-se a racionalização da sociedade através da educação. Por isso, a escola tinha que ser racionalizada através da apropriação do espaço, do tempo e do método propiciando a disciplina dos alunos e o controle por parte dos professores (FARIA FILHO, 2000, p. 178).

Nesse sentido, apesar da criação dos grupos escolares no Paraná ter ocorrido a partir do ano de 1903 em Curitiba, a constituição de um espaço físico adequado ao ensino foi se dando posterior e paulatinamente nas escolas nos arredores da capital. Assim, em fevereiro de 1912 a escola masculina e a escola feminina do Município de Colombo foram agrupadas num novo prédio, sendo construída duas salas paralelas, com portas separadas uma para cada lado.

Comunico-vos para os devidos fins, que os professores Ignácio Alves de Souza e Isabel Lopes, regentes das cadeiras para o sexo masculino e para o sexo feminino da Villa Colombo, na ordem em que os nomes vão collocados, do dia 23 de fevereiro em diante deixam de receber a quantia destinada para o aluguel, por terem passado a funcionar no grupo escolar ultimamente construído naquella Villa (OFÍCIO, 1912, p.87).

A partir deste momento, a escola masculina passou a funcionar em um espaço próprio. Um espaço pensado para o ensino. Esse pensamento em relação a espaço próprio para o ensino era decorrente de uma série de transformações educacionais que iniciaram no final do século XIX no Estado de São Paulo, e que somente a partir da segunda década de 1900 alcançam as escolas do Estado do Paraná.

Em geral, a organização da escola masculina deu-se de modo um pouco diferente da escola feminina. Entretanto, ainda que a organização da escola masculina apresentasse algumas especificidades, não esteve distante dos problemas enfrentados pelo ensino paranaense no século XIX e início do século XX, como a falta de mobília e material escolar e a nomeação de professores provisórios.

Nossa análise apontou que um número muito expressivo de alunos frequentou a escola masculina em relação às demais escolas analisadas neste estudo. Verificou, inclusive, um aumento constante de alunos em vários momentos. Indicou que o grande número de alunos, aliado à falta de condições físicas da escola, acabava por dificultar o ensino, tornando, às vezes, inviável a permanência de um único professor em sala de aula.

Segue abaixo o quadro demonstrativo das nomeações dos professores e seus respectivos períodos de trabalho:

Quadro 4				
Relação dos professores da 1ª escola masculina de 1890 a 1912				
Nomes	Categoria do professor	Tempo de Trabalho		
João Antonio Tosin	Particular / Contratado	Janeiro/1890	a	Junho/1894
Pedro Martins Saldanha	Interino / Efetivo	Junho/1894	a	Março/1896
José Taborda Perreira	Provisório	Agosto/1896	a	Setembro/1896
Benedicto Eleutério Cabral	Provisório	Outubro/1896	a	Novembro/1897
Bento Alves da Conceição Junior	Efetivo	Novembro/1897	a	Junho/1899
José Correia de Bitencourt Netto	Provisório	Junho/1899	a	Janeiro/1900---
Baldomero Navarro	Efetivo	Fevereiro/1900	a	Novembro/1901
Ignácio Alves de Souza Filho	Efetivo	Janeiro/1902	a	Dezembro/1914

Fonte: DEAP. Correspondências do Governo, 1890 a 1912.

2.4 As escolas étnicas.

A preocupação em relação ao ensino esteve presente entre os imigrantes desde os primeiros pedidos feitos durante a sua instalação na colônia. A grande maioria dos colonos era de lavradores e necessitavam de instrumentos agrícolas e de financiamento para o trabalho nas suas pequenas propriedades de terras; entretanto,

em detrimento das condições de trabalho, a solicitação de escola, igreja e cemitério esteve entre os primeiros pedidos desses imigrantes³⁸.

A escola atenderia ao aprendizado das letras, a igreja atenderia à manutenção das crenças; juntamente a definição de uma área para os sepultamentos tornando-se urgentemente necessária a construção de um cemitério. Dentre estes três pedidos chama a atenção a importância atribuída a escola. Por que, afinal, esses colonos lavradores atribuíam tanta importância ao ensino?

De acordo com FERRARINI (1992, p.466), diante da falta da escola pública durante o período de instalação da colônia, os italianos que ali aportaram, providenciaram uma escola particular, destinando um dos seus para professor. Essa teria sido a primeira escola da localidade, mantida pelos pais dos alunos, que pagavam o salário do professor e o aluguel para o local das aulas. Por ser uma iniciativa dos imigrantes e pelo fato de ter um professor da mesma nacionalidade, as aulas eram ministradas em língua italiana.

Organizada pelos próprios imigrantes, a escola particular fazia a vez do governo (VECHIA, 1998, p. 243), tendo em vista a preocupação das autoridades em relação às colônias voltar-se muito mais para o desenvolvimento econômico do que para a educação (OLIVEIRA, 1986, p.212).

A informação sobre a abertura de uma escola particular na colônia, entretanto, não foi localizada em nenhum documento; além disso, o nome do professor descrito por Ferrarini não constava na primeira lista dos imigrantes que chegaram à colônia em 1878. Podendo-se acreditar que a escola não tenha existido.

O autor afirma que o nome do professor era João Batista Lovato e o descreve como imigrante de posses, agrimensor, que participou ativamente na constituição política da colônia. A afirmação do autor quanto ao nome do professor daquela escola particular pode estar equivocada tendo em vista que em outro documento encontra-se a informação de que, naquele período, João Batista Lovato era ainda adolescente, e chegou a colônia no ano de 1880 com apenas 12 anos de idade. Outro documento

³⁸ Em janeiro de 1879, ao instalarem-se em seus lotes os colonos solicitaram a construção de uma igreja, cemitério e escola. Sendo atribuída a esta última, uma importância fundamental para a integração com a nova sociedade em que estavam sendo inseridos (OFÍCIO, 1879, p.161).

ainda, informa que este foi professor da escola particular italiana junto a Società Italiana di Mutuo Soccorso, somente em 1910, quando já contava com mais de 42 anos.

Tendo apenas 12 anos, até que ponto teria João Batista Lovato responsabilidade perante uma escola? Não seria essa “escola”, então, apenas uma reunião de crianças na qual João Batista Lovato, por já saber ler e escrever e ter um pouco mais idade, transmitia aos demais os ensinamentos, ficando responsável por eles enquanto seus pais lavradores realizavam os trabalhos, uma vez que ainda não dispunham de uma escola pública? A possibilidade de ter sido uma escola informal justificaria o fato de não haver informações sobre ela em nenhum documento.

Se por um lado não foi possível encontrar documentos que comprovem a existência e o funcionamento desta escola sob a regência do professor João Batista Lovato, por outro lado, sabemos que os imigrantes providenciavam o ensino através de escolas particulares étnicas, tendo como professor um dos seus. Sendo esta uma iniciativa praticada em situações semelhantes em outras colônias italianas no estado, deve ser cogitada sua prática na Colônia Alfredo Chaves. Pois, mesmo a escola pública sendo solicitada desde o início da instalação desses imigrantes na região, esta foi aberta somente quatro anos depois da fundação da colônia.

Quando os imigrantes abriam as escolas particulares étnicas comunicavam aos Inspetores ou à Diretoria da Instrução Pública sobre a escola particular e, normalmente, pediam subvenção ou criação de uma escola pública.

As escolas particulares foram fundamentais para suprir a falta de escolas públicas. Segundo VECHIA (1998), a criação de escolas particulares por parte dos imigrantes foi uma prática constante na dinâmica da constituição do processo escolar das colônias da Província do Paraná. A falta de escolas públicas mobilizava os colonos a providenciar o ensino para seus filhos através de escolas particulares, as quais mantinham.

Segundo a autora, a precariedade das escolas públicas na Província era marcante. Em alguns momentos, as escolas mantidas pelos imigrantes atendiam também aos filhos de famílias brasileiras. Poderíamos inferir que a criação de escolas particulares étnicas por parte dos imigrantes nas colônias foi fundamental para suprir a

falta de escolas públicas. Esta afirmação é também compartilhada por SEYFERTH (1981, p.12) e KREUTZ (2000, p.348). Este último assim se manifesta:

Substituindo o trabalho escravo e com dificuldade para obter o direito a naturalização [os colonos estrangeiros] foram os que tiveram as iniciativas mais marcantes quanto a manutenção de especificidades culturais como idioma, organizações religiosas, associativa e escolar. Porém, é mais característica do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX a formação de instituições comunitárias para a manutenção da tradição cultural especialmente entre imigrantes de áreas rurais nos estados do sul. As escolas étnicas foram marcantes nesse contexto e período histórico. No entanto, são frutos apenas da preocupação de imigrantes com a sua tradição cultural. Parte dos imigrantes provinha de forte tradição escolar em seu país de origem, era alfabetizada e cônica da importância da escola, porém, não encontrando escolas públicas nem muitas perspectivas para serem atendido seu pleito, os imigrantes puseram-se a organizar uma rede de escolas comunitárias (KREUTZ, 2000, p.348).

O Regulamento da Instrução Pública de 1876 não previa a criação de escolas nas colônias de imigrantes, de modo que o benefício do ensino público foi sempre protelado. No entanto, o descaso e as dificuldades com o ensino, naquele período, final do século XIX, não eram situações particulares somente das colônias de imigrantes; ocorriam em muitas localidades da Província (OLIVEIRA, 1986, p. 211).

A precariedade da instrução pública na Província do Paraná, segundo WACHOWICZ (1984, p.42), devia-se à falta de interesse do governo pela disseminação da escola, alegando problemas financeiros, falta de professores habilitados e a baixa condição econômica da população paranaense, condicionando a uma fraca frequência de alunos as escolas existentes.

Podemos observar essa situação em um relatório, cuja autoria não foi possível localizar, enviado ao governo em 1891. A precariedade do ensino encontrada pelos imigrantes era semelhante nas demais escolas promíscuas da Província paranaense.

Segundo o documento, o qual descrevia o processo imigratório e tinha duas folhas dedicadas à informação sobre o ensino nas colônias de imigrantes, a escola teria sido o “benefício” que menos recebeu atenção do governo.

Tem sido completamente abandonado, esquecido, amesquinado o ensino primário em escolas promíscuas. É igual a reclamação por parte dos imigrantes por não terem nos núcleos, onde se acham estabelecidos, uma cara escola para os filhos seus, digamos de passagem, são sempre em

grande número.[?] amargamente do governo e em sua rude linguagem dizem que o Estado quer que elles criem os filhos como “bestias”.

Merece ser este assumpto tomado em consideração: traduz elle uma providencia de grande alcance futuro para estas pequenas victimas do infortunio, afastados quase sempre dos centros populares e impossibilitados, por falta de dinheiro, de saírem do núcleo para procurar nas cidades e villas uma escola. Si o Estado não lh'os der, não serão esses menores outros tantos mendigos, [?] e criminosos em embrião, material disponível para importunar a caridade pública, povoar as [?] das igrejas, atravancar as calçadas, apparecendo moléstias e vindo mais tarde encher o recinto das prisões?

Não é o Estado, indirectamente, responsável pela miséria e conseqüente desregrado proceder d'esse bando de analfabetos?

Onde o asylo em que os órfãos, filhos de indigentes brasileiros ou estrangeiros, se abrigem, como um redento, dos perigos da [?] e encontrem uma salutar escola, além da instrucção intellectual, religiosa, civil, os incentivos do trabalho que há de oferecer como honesto meio de vida e instrumento de bem estar social? (OFÍCIO, 1890, p. 109-110, sem grifo no original)³⁹.

Ao descrever a precariedade do ensino nas colônias, o autor do documento ressalta a semelhança desta situação em escolas promíscuas em toda a Província. É possível observar, na citação acima, que havia a preocupação, por parte do relator, com as conseqüências que a precariedade do ensino poderia causar às futuras gerações. O documento alertava que a escola deveria ser um lugar civilizador, onde, muito mais que instruir, caberia formar moralmente a criança, moldar costumes, evitando a desordem social.

Este pensamento, ao que parece, era o mesmo entre os imigrantes, que reclamavam e criticavam a falta de assistência escolar por parte do governo. Alegavam que o governo queria que seus filhos fossem criados como “bestias”, (dialeto italiano) o que quer dizer bestas, ou ainda, ignorantes.

A falta de escola gerava o risco de que os filhos ficassem desumanizados, ignorantes. O papel atribuído à escola como civilizadora e humanizadora pode ser relacionado com a preocupação do Padre Colbacchini, apontada no capítulo anterior, quando reclamava da divisão dos lotes da colônia, a qual gerava a impossibilidade de

³⁹ No documento não constava o nome, ou ainda, nenhuma assinatura de quem o havia escrito. Porém, o documento representa uma parte de um relatório que descrevia a situação da imigração no Paraná destinado ao governo. Possivelmente este documento foi redigido pelo então chefe da imigração e colonização da época.

os imigrantes manterem o contato com as instituições que tinham como objetivo a moralização dos costumes e a aquisição do conhecimento. A escola era uma destas⁴⁰.

Considerando que a escola tinha um papel fundamental para esses imigrantes, podemos inferir que eram alfabetizados e cômicos da importância da escola, porque “provinham de regiões de forte tradição escolar” (KREUTZ, 2000, p.348). Assim, a escola era representada como uma instituição que deveria ser preservada para a manutenção da cultura letrada.

Os indícios para a sustentação dessa hipótese podem ser encontrados em alguns aspectos relacionados ao grupo, como a procedência desses imigrantes da região do Vêneto, localizada ao norte da Itália. De acordo com LUCA (1909 apud HUTTER, 1972, p. 149-150), grande parte dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil, particularmente para o Paraná, provinham daquelas regiões italianas que, embora fossem eminentemente agrícolas, contavam com baixos índices de analfabetismo em relação às regiões da Itália meridional. Segundo o autor, enquanto os italianos emigrados das províncias centrais e meridionais apresentavam índices de analfabetismo em torno de 46,65%, os italianos emigrados das províncias setentrionais apresentavam porcentagem inferior, em torno de 11,00%.

Considerando que parte desses imigrantes emigrados para o Sul do país e, especificamente, para a Colônia Alfredo Chaves eram alfabetizados e provenientes de uma cultura letrada, o interesse pela escola estava ligado à preocupação da transmissão e manutenção dessa cultura. VECHIA (1998) e WACHOWICZ (1984) também partem desse pressuposto quando afirmam que os imigrantes que provinham de regiões altamente escolarizadas tinham a preocupação, fortemente manifestada, de reivindicação por escola.

Além deste, outro aspecto deve ser considerado: a iniciativa de reivindicação pela escola pública. Segundo as considerações de KREUTZ (2000, p.348), a preocupação de manter escolas étnicas não era tão latente na etnia italiana como entre

⁴⁰ A importância da frequência à escola para os filhos de imigrantes estabelecida aqui relaciona-se com a preocupação do Padre Pietro Colbacchini, tratada no primeiro capítulo, de que os colonos, ao receberem dois lotes separados, rural e urbano, privilegiariam o rural ficando longe da vila, sem receber a instrução nem professar a religião católica. Com isso corriam o risco, ficando sem assistência escolar, de permanecer na condição de ignorantes.

alemães e poloneses, entre outros. Este autor afirma ainda que “entre as quatro etnias de imigrantes [alemães, italianos, poloneses e japoneses] com maior número de escolas étnicas, os italianos foram os que menos vincularam a escola com suas respectivas organizações comunitária e cultural, sendo que a igreja tinha peso maior. Isso teria ajudado a que reivindicasse mais cedo o acesso à escola pública” (KREUTZ 2000, p.360). Tal consideração do autor, de certa forma, pode ajudar a entender o caso da Colônia Alfredo Chaves.

Neste sentido, pode-se afirmar que o posicionamento da maioria dos imigrantes italianos que se estabeleceu em toda a região sul foi de pressionar o governo para a criação de escolas públicas.

É interessante ressaltar que, mesmo com a possível abertura daquela escola particular étnica, a necessidade de criação de uma escola pública foi manifestada em vários momentos, pelos colonos da Colônia Alfredo Chaves, até a sua criação em 1882.

Se as escolas particulares mantidas pelos imigrantes serviam para suprir a falta de escolas públicas nas colônias devido à própria precariedade que o ensino enfrentava naquele período, por que ainda estes imigrantes solicitavam uma escola pública (considerando a existência de uma escola particular étnica)?

Conforme KREUTZ, para os imigrantes tornava-se difícil manter as escolas particulares por muito tempo, devido aos gastos que eles deveriam despender na sua manutenção. Desse modo, exigiam do governo a criação de escolas públicas. Além disso, a escola pública, em que seus filhos aprenderiam o idioma português, era um elemento fundamental para a integração com a população brasileira. Através dela, adquiririam o conhecimento da língua portuguesa, que facilitaria a comunicação e a comercialização de seus produtos, sem correrem o risco de serem enganados. Com o conhecimento da língua, além de conquistar uma estabilidade econômica com os negócios, poderiam também exercer cargos públicos junto àquela sociedade. Poderiam eles “far la mérica” (fazer a América), ditado que circulava entre os imigrantes italianos.

Nesse contexto, o processo de escolarização no Município de Colombo, sendo uma colônia de imigrantes italianos, teve sua constituição a partir de escolas públicas. De modo particular, pode-se considerar que a presença da imigração italiana no

Município de Colombo, além de contribuir econômica, social e religiosamente, contribuiu também para viabilizar a implantação e a expansão da institucionalização do ensino primário.

O movimento exercido pelos imigrantes para pressionar o governo na criação de escolas públicas contribuiu também, significativamente, para a expansão do ensino primário em todo o Paraná. Pois, segundo SOUZA (2000, p.61), “apenas os Estados que adotaram o imigrantismo sofreram um processo de expansão da escolarização primária”.

Nas colônias onde se estabeleceram imigrantes, o número de escolas em funcionamento era superior ao de outras localidades, por contarem com escolas particulares e públicas. As iniciativas dos imigrantes, abrindo ou reivindicando escolas, foram fundamentais na disseminação do ensino no território paranaense.

Embora os imigrantes, desde sua instalação, solicitassem escolas públicas, o processo escolar no Município de Colombo não foi composto somente por estas escolas. Estas predominaram no Município de Colombo até a primeira década do século XX. A partir desta data, ocorreu a abertura de escolas étnicas.

Qual o interesse destes imigrantes em criar escolas étnicas, sabendo que naquele momento o sistema escolar público estava consolidado? Por que somente após 20 anos de participação na escola pública os interesses destes imigrantes voltam-se para a viabilização de escolas étnicas para seus filhos?

Torna-se necessário destacar que não foram mais os primeiros imigrantes, chefes das famílias colonizadoras, que viabilizaram as escolas étnicas. Estas foram viabilizadas pelos filhos destes primeiros imigrantes, os quais – quando crianças imigrantes chegadas à região com pouca idade - freqüentaram as primeiras escolas públicas. Vinte anos depois, estes são os pais de uma nova geração de alunos.

Assim, os alunos que freqüentaram as escolas étnicas criadas a partir de 1905, faziam parte da primeira geração de descendentes, ou seja, eram crianças nascidas no Brasil, netas dos primeiros imigrantes italianos colonizadores.

Não se pode dizer que os primeiros imigrantes eram contrários à abertura de escolas étnicas. Partindo do pressuposto de que os primeiros imigrantes reivindicaram

escolas públicas porque buscavam estabilidade financeira, acredita-se que, uma vez conquistada essa estabilidade, tornava-se necessário proporcionar a seus descendentes, mesmo sendo eles já nascidos no Brasil, o conhecimento da cultura da pátria da qual descendiam.

Era importante manter a devoção religiosa, o conhecimento da língua, os costumes em geral daquela cultura que, mesmo sem terem tido acesso diretamente, fazia parte de sua herança. Sendo assim, foram abertas escolas étnicas.

Como vimos anteriormente, as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por muitas transformações nos âmbitos econômico, social e cultural da região. No ano de 1902, foi fundada a primeira fábrica de louças do Paraná de propriedade do coronel Zacarias de Paula Xavier. Certamente com a fundação da fábrica, o Município de Colombo passou a ter representatividade na economia paranaense. As peças produzidas na fábrica eram vendidas em todo o Brasil.

No ano de 1906, mais dois estabelecimentos entraram em funcionamento: a primeira fábrica de massas e o estabelecimento comercial da família Puppi, um dos principais comércios da região sediado num imponente prédio. Ambos estavam localizados no centro da cidade, em frente à atual Igreja Matriz.

Os demais estabelecimentos industriais abertos desde a década de 1880 continuavam a funcionar prosperamente.

A população dividia-se entre o trabalho e a religiosidade. As atividades religiosas estavam fortemente ligadas ao cotidiano dos moradores. As missas aconteciam aos domingos pela manhã, e, na parte da tarde, a comunidade reunia-se para a meditação do Rosário.

Em 1908, foi concluída a construção da atual Igreja Matriz. A construção se deu através de doações de materiais e da própria força de trabalho dos moradores da região e dos povoados vizinhos sob a coordenação de uma Comissão que fora formada em 1899. Muitos, quando terminava a missa dominical, ajudavam nos trabalhos da construção da igreja.

Em meio a este cenário de desenvolvimento e surgimento de novos estabelecimentos comerciais, o lazer centrava-se nas festas religiosas, principalmente

para as mulheres. Não havia associações recreativas em que fosse viável a participação de toda a comunidade. Mesmo a Società Italiana di Mutuo Soccorso Cristoforo Colombo, criada em 1 de outubro de 1905, limitava-se à participação masculina. Sabe-se que sua função era também recreativa; no entanto, não se obteve informações sobre que atividades eram desenvolvidas.

De acordo com MIMESSE (2001, p.26), essas sociedades consistiam em associações fundadas no Brasil por italianos, a partir da década de 1890, seguindo os moldes das associações italianas. Afirma ainda a autora que “estas entidades acabavam por tornar-se o elo de ligação com a terra natal e normalmente eram formadas por pessoas vindas da mesma região. A denominação que recebiam eram em homenagens a reis, príncipes, poetas, cantores ou qualquer cidadão italiano considerado importante para o grupo”.

A Società Italiana Cristoforo Colombo encaixava-se nos moldes dessas associações espalhadas por praticamente todas as colônias de origem italiana no Brasil. Segundo os seus estatutos, o objetivo da instituição era a promoção do bem estar, da moralidade e da instrução.

Art. 1º La Società Generali di Mutuo Soccorso Cristoforo Colombo, di Vila Colombo, sotto il patrocinio di S. Giuseppe, istituita il 1 – ottobre – 1905, há per indirizzo la fratellanza ed il mutuo soccorso dei soci, tenendo a promuovere il benessere, la moralità e l'**intruzione** (STATUTO DEFINITIVO, 1909, p.1, sem grifo no original)⁴¹.

No entanto, uma das principais finalidades era a assistência médica. Conforme os demais artigos do estatuto, os sócios tinham o direito de receber subsídios para o tratamento de saúde em caso de acidente e impossibilidade de trabalho ou tratamento de saúde fora do município. Para isso, cada sócio deveria contribuir mensalmente com uma quantia de 1\$000 reis e tinha o direito de desfrutar dos benefícios garantidos pela associação. A participação restringia-se apenas a pessoas de origem italiana e, exclusivamente, do sexo masculino.

⁴¹ A Sociedade Geral de Mutuo Socorro Cristoforo Colombo, da Vila Colombo, sobre o patrocínio de São José, instituída em 1 de outubro de 1905, tem por finalidade a confraternização e o mutuo socorro dos sócios, promovendo o bem estar, a moralidade e a instrução (ESTATUTO DEFINITIVO, 1909, p.1).

Além da assistência médica e dos subsídios financeiros para tratamentos de doenças, a associação realizava outras atividades; dentre estas a instrução.

Ainda que o estatuto nada orientasse sobre a manutenção de uma escola, o ensino oferecido por esta instituição dava-se em língua italiana. De acordo com Ruy WACHOWICZ (2002, p.24), no caso dos imigrantes poloneses, as escolas particulares mantidas pelas sociedades étnicas acabavam por funcionar no próprio edifício da associação, e as crianças que freqüentavam essas “escolas-sociedades” eram alfabetizadas no próprio idioma.

Não foi possível obter maiores informações sobre a escola mantida pela Società Cristoforo Colombo devido à escassez de fontes. Mas, se considerarmos a contribuição de Wachowicz, somos levados a observar que as escolas mantidas pelas associações não tinham somente caráter recreativo. Elas ensinavam o ler, escrever e contar e atendiam exclusivamente aos filhos dos associados. Pode ter acontecido o mesmo com a escola particular italiana mantida pela Società Cristoforo Colombo.

O imigrante italiano João Batista Lovato, além de ter atuado na vida política do município, foi um dos membros da Società Italiana Cristoforo Colombo e professor da escola mantida por esta associação. Em requerimento do dia 24 de novembro do ano de 1910, comunicou ao governo o funcionamento da escola particular italiana nos “arrabaldes da vila”. As aulas eram ministradas em idioma italiano e tinham a freqüência de 42 alunos.

João Batista Lovato enviou à Diretoria da Instrução Pública um requerimento solicitando subvenção para aquela escola.

Diz João Batista Lovato, que mantendo uma escola particular italiana n'um dos arrabaldes da Villa Colombo, com a freqüência de quarenta e dous alunos, como fazem certos dos documentos juntos, vem respeitosamente pedir a V. Ex. que se digne de conceder-lhe a subvenção mensal de sessenta mil réis, de acordo com a lei vigente, obrigando-se a lecionar vinte alumnos gratuitamente (REQUERIMENTO, 1910, p.25).

O professor justificou a necessidade da subvenção alegando que a legislação previa a garantia de subvenção para cidadãos que lecionassem para no mínimo vinte alunos, no seu caso, o número de alunos já era superior.

Observando a imagem abaixo, datada também de 1910, foi possível verificar que a escola destinava-se somente aos meninos, estando em conformidade com o estatuto, que previa a exclusividade da participação masculina naquela associação.

Nota-se também que todos tinham uma boina com as iniciais que identificavam a instituição: S. I – Società Italiana.



Figura 2: Escola Italiana da Società Italiana Cristoforo Colombo – 1910
Acervo: Paróquia Nossa Senhora do Rosário - Colombo

Conforme a lista de matrículas, esta escola particular italiana, regida por João Batista Lovato, era freqüentada pelos seguintes alunos:

Quadro 5				
Mapa de matrícula dos alunos que frequentavam a Escola Particular Italiana em 1910.				
Número de ordem	Nomes dos Alunos	Idade anos	Classe	Filiação
1	Alfredo Puppi	7	1ª	Alptheo Puppi
2	Alexandre Costa	6	1ª	João Costa
3	Amedeo Perin	8	1ª	Miguel Perin
4	Angelo Lovato	6	1ª	Daniel Lovato
5	Angelo Stocco	10	1ª	Celeste Stocco
6	Antonio Cavalli	6	1ª	Liberato Cavalli
7	Antonio Guidolin	10	1ª	João Guidolin
8	Antonio Puppi	8	1ª	Alptheo Puppi
9	Antonio Strappazon	9	1ª	Angelo Strappazon
10	Archimede Pavim	7	1ª	Luiz Pavin
11	Augusto Perin	10	1ª	Miguel Perin
12	Hermenegildo Stocco	6	1ª	Celeste Stocco
13	Fioravante Marangoni	10	1ª	João Marangoni
14	Francisco Stocco	9	1ª	Celeste Stocco
15	Jacob Lovato	6	1ª	Bartholomeo Lovato
16	João Guidolin	8	1ª	João Guidolin
17	Julio Zugliani	8	1ª	Pedro Zugliani
18	Luiz Fiorese	6	1ª	Francisco Fiorese
19	Orlando Foreschi	8	1ª	Bernardo Foreschi
20	Pedro Bonato	6	1ª	Pio Bonato
21	Pedro Cavalli	9	1ª	Liberato Cavalli
22	Pedro Gasparin	10	1ª	Luiz Gasparin
23	Peregrino Cavazin	9	1ª	Bartholomeo Cavazin
24	Pio Costa	7	1ª	João Costa
25	Pio Gasparin	8	1ª	Luiz Gasparin
26	Redempto Tosin	7	1ª	João Tosin
27	Antonio Munari	9	2ª	José Munari
28	Estevão Costa	10	2ª	João Costa
29	Francisco Busato	12	2ª	Antonio Busato
30	Francisco Fiorese	7	2ª	Pedro Fiorese
31	João Baptista Lovato	8	2ª	Daniel Lovato
32	João Mocellin	12	2ª	Jacob Mocellin
33	Luiz Bonato	13	2ª	João Bonato
34	Luiz Fiorese	8	2ª	Pedro Fiorese
35	Luiz Guarise	12	2ª	Francisco Guarise
36	Luiz Puppi	9	2ª	Alptheo Puppi
37	Pedro Costa	9	2ª	João Costa
38	Hermenegildo Tosin	9	3ª	João Tosin
39	Humberto Bedin	13	3ª	Antonio Bedin
40	Jacob Lovato	10	3ª	Daniel Lovato
41	João Tosin	10	3ª	José Tosin
42	Pedro Lovato	14	3ª	Daniel Lovato

Fontes : DEAP. Correspondência do Governo. Requerimento. AP. 1395, fl. 27, 1910.

O pedido de subvenção foi negado, pois o ensino não era ministrado em língua portuguesa. De acordo com a Lei nº 894, de 19 de abril de 1909, o ensino primário, secundário ou profissional poderia ser ministrado particularmente ou por associações; para tanto, era obrigatório o ensino na língua nacional caso solicitassem subvenção(WACHOWICZ, 2002, p.39).

No ano de 1916, João Batista Lovato após receber a resposta negativa do governo, adquiriu um terreno próximo à Igreja Matriz. Em conjunto com os pais de seus alunos, construiu um prédio escolar composto de três pavimentos e com a capacidade de acomodar 200 crianças (TOMBO, 1916, p. 8). A escola tornou-se confessional, sendo denominada Colégio Santo Antonio, e foi dirigida pelas Irmãs Italianas do Sagrado Coração.

Os alunos dividiam-se entre a preferência pelo ensino nas escolas públicas, em idioma português, e na escola confessional, em italiano. O processo escolar da sede do município, já consolidado, ficou composto pelas escolas públicas - feminina e masculina, que receberam em 1912 o prédio próprio para seu funcionamento - e a escola confessional católica étnica.

Embora as escolas étnicas não tivessem prevalência no processo de escolarização do Município de Colombo, sua viabilização e sua organização não fugiam à regra das demais escolas nas colônias italianas do sul do país: de modo geral, eram escolas vinculadas a instituições religiosas ou associativas, contando sempre com membros destas entidades e da própria comunidade para o funcionamento.

Diferentemente das escolas públicas, que alcançaram sua consolidação ao longo dos anos, dentre as escolas étnicas consolidaram-se apenas aquelas vinculadas a instituições religiosas e associativas, conseguindo manter o funcionamento por mais tempo. As demais escolas étnicas foram extintas, principalmente, a partir das iniciativas de nacionalização do ensino empreendidas em todo o país nas décadas posteriores.

3. AS ESCOLAS PARTICULARES E PÚBLICAS NOS POVOADOS.

No conjunto da documentação localizada no Arquivo Público do Paraná, sobre as escolas que compunham o processo escolar no Município de Colombo, encontraram-se documentos que faziam referência às escolas particulares e públicas criadas em povoados localizados nos arredores da sede do município e que ao longo dos anos passaram a dele fazer parte oficialmente. Por essa razão, ao contemplar o processo de escolarização do Município de Colombo, acreditamos que faria sentido inserir a análise da organização dessas escolas, entendendo-as como parte do processo de constituição do ensino primário da região.

Além do povoado do Butiatumirim, que deu lugar à sede da Colônia Alfredo Chaves, havia nos arredores da colônia os povoados de Veados, Roça Grande, Ressaca, Capivari, Morro Grande e Ribeirão das Onças, que eram os mais importantes.

Cabe ressaltar que, além destes povoados, três pequenas colônias localizadas também em terras correspondentes a esses povoados foram igualmente agregadas: as colônias de Antonio Prado, Presidente Faria e Eufrásio Correia (sendo também conhecida por Capivari, devido ao fato de fazer parte de terras correspondente a este povoado)⁴².

Os registros das compras de posses dessas terras, conforme FERRARINI (1979, p. 32-33), datavam de 1856, quando ainda essas localidades pertenciam à cidade de

⁴² A Colônia Antonio Prado foi criada em 1886 com a compra das terras do Sr. Roberto Lunkmoss por parte do governo. Localizava-se nas proximidades do município e abrigava 26 famílias de imigrantes de origem polonesa e 12 famílias de origem italiana. A colônia era dividida em 54 lotes, sendo reservado um lote para a construção da escola e o outro para a capela. Segundo FERRARINI (1992, p.189), no dia da sua inauguração, a colônia contava com 59 lotes, sendo 37 ocupados por 36 famílias, e com o total de 170 indivíduos (italianos e poloneses), que se dedicavam exclusivamente à agricultura. A Colônia Presidente Faria foi fundada no ano de 1886. O Presidente da Província, Joaquim Almeida Faria Sobrinho, adquiriu terras do proprietário Albino Gonçalves Guimarães. As terras faziam parte da Fazenda do Canguiri – Sesmaria do Timbu. A colônia era dividida em 51 lotes, sendo um lote para abrigar uma igreja. O povoado de Capivari teve partes de suas terras compradas dando início a uma pequena colônia de imigrantes italianos composta por 20 lotes. Sua formação foi basicamente semelhante à da Colônia Alfredo Chaves, com terras compradas, pelo governo, de brasileiros que ali habitavam. Foi fundada em 1888 com o nome de Colônia Eufrásio Correia. Desde 1890, esta colônia foi agregada ao município de Colombo, atendendo pelo nome de Capivari. Em Anexo V, VI, VII – Figuras 2, 3, 4 encontra-se os mapas com as divisões de lotes de cada uma das três colônias.

Curitiba. A partir de 1890, com a formação do município, os limites territoriais foram demarcados e os povoados dos arredores foram agregados, passando a pertencer, politicamente, ao Município de Colombo.

O mapa a seguir mostra a localização de alguns desses povoados.

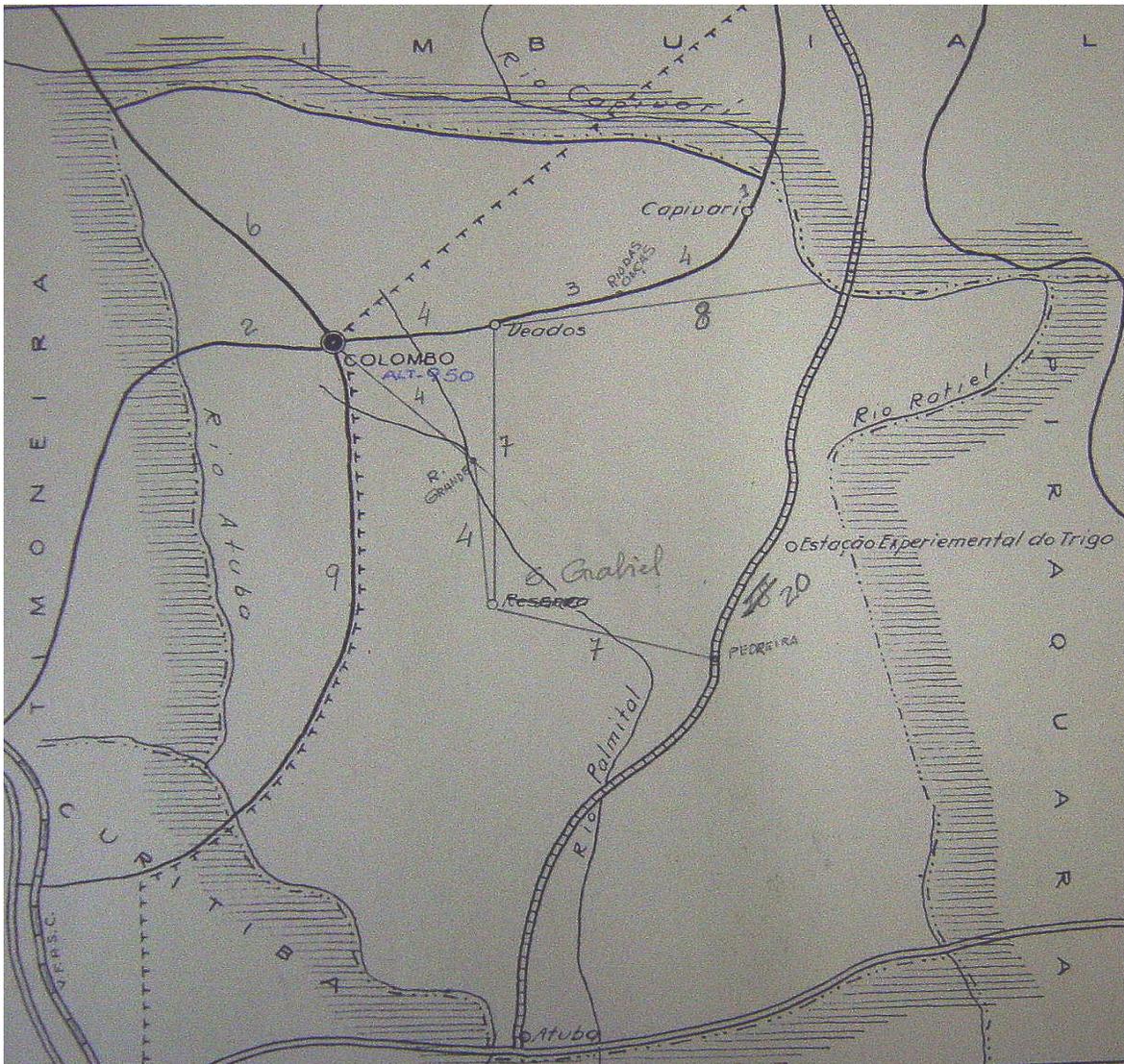


Figura 3: Cartograma de Transportes e Comunicação do Município de Colombo de 1947⁴³.
Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

⁴³ O mapa apresentado é datado do ano de 1947, pois não foi possível localizar um datado da época, que pudesse ilustrar melhor a sua localização. Apesar da diferença temporal deste mapa em relação à época em estudo, a ilustração permite uma aproximação da situação geográfica configurada na época, uma vez que esses povoados não sofreram modificações no que diz respeito à sua localização geográfica, ocorrendo apenas mudanças em relação à sua nomenclatura posteriormente ao período estudado. Podemos identificar no mapa a sede do município – Colombo – e os povoados de Veados, Capivari, Ribeirão das Onças, Roça Grande e Ressaça, embora ainda faltem os nomes de alguns. Sob o nome do povoado de Ressaça aparece uma rasura e ao lado, escrito a lápis, o nome S. Gabriel (São Gabriel). Esse é o atual nome dado ao povoado de Ressaça. Nos dias de hoje, esses povoados são bairros que compõe o Município de Colombo.

Embora pouco se tenha indício de como eram esses povoados, o cotidiano nessas localidades era marcado predominantemente pela atividade agrária. Caracterizavam-se por comunidades isoladas e de pouco acesso, dificultado pela precariedade das estradas. Desenvolvia-se: o plantio de gêneros alimentícios, a extração da erva-mate e a criação de gado (esta em pequenas proporções). O povoado que se tem registro de ser o mais antigo é o povoado do Ribeirão das Onças.

Nos primeiros anos do século XX, poucos estabelecimentos comerciais foram abertos nos povoados, principalmente aqueles que abrigavam um maior número de habitantes como os povoados de: Ribeirão das Onças, Veados, Capivari e Ressaca. Do mesmo modo, surgiram alguns estabelecimentos industriais. Estes caracterizam-se pelo trabalho como: da madeira, através da serraria; do fubá, pelo moinho de fubá; de tijolos, pelas olarias e de erva-mate, através dos “Caríjos” (construção destinada a secagem da erva). Nas três colônias (Capivari, Presidente Faria e Antonio Prado), predominava além da produção agrícola de milho e feijão, o cultivo da uva e a produção do vinho.

No âmbito religioso, as colônias e os povoados de Ribeirão das Onças e Ressaca possuíam uma capela. As colônias até o ano de 1895 recebiam a assistência de sacerdotes responsáveis pelo Curato Italiano, sediado em Santa Felicidade; nos povoados de Ribeirão das Onças e Ressaca, contavam com a presença de sacerdotes da Paróquia de Curitiba, Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Os demais participavam das atividades religiosas junto à igreja da sede do Município de Colombo. A partir do ano de 1895, esta igreja foi elevada a categoria de paróquia, responsabilizando-se pela assistência religiosa, tanto das três colônias acima citadas como dos demais povoados contemplados neste estudo.

Conforme vimos no primeiro capítulo, as terras que deram origem à Colônia Alfredo Chaves e as terras aos seus arredores eram habitadas exclusivamente pela população brasileira (descendentes de portugueses e espanhóis, índios e escravos). Somente no período provincial, estas propriedades também passaram a receber famílias de imigrantes que, integrando-se a essa população, auxiliaram no crescimento econômico e educacional da localidade, embora as iniciativas em relação ao ensino

nesses povoados, diferentemente da sede da colônia, tenham se dado pela população brasileira⁴⁴.

As primeiras escolas que funcionaram nestes povoados eram particulares, sendo organizadas ou pelos próprios pais dos alunos que assumiam a função de mantê-las ou por iniciativa de professores habilitados ou, até mesmo, de homens que possuíam minimamente a aprendizagem da leitura e da escrita, cidadãos sem habilitação para o magistério público, nem mesmo formação na Escola Normal, que visualizavam naquela função uma possibilidade de trabalho que era concretizada pela demanda de alunos na comunidade. O ensino particular foi a forma encontrada, em muitas localidades do Paraná, para contornar a falta de escolas públicas.

Dessa forma, o cenário educacional do Município de Colombo também contou com escolas particulares. Estas partiram de iniciativas da própria população, a qual procurou suprir a falta de escolas públicas. Aliás, a prática de fundar escolas particulares ocorreu principalmente nas regiões colonizadas por imigrantes, ainda no século XIX e perdurando no início do século XX, no Paraná.

Convém ressaltar que as iniciativas de criação de escolas particulares nesses povoados do Município de Colombo começaram a surgir após as iniciativas empreendidas pelos imigrantes italianos, ou seja, após abertura da primeira escola pública no ano de 1882, na sede da colônia. Neste sentido, considera-se que a criação da escola pública da colônia contribuiu como um exemplo a ser seguido pela população brasileira daqueles povoados, favorecendo a disseminação do ensino institucionalizado.

A consolidação das escolas particulares dava-se através dos pedidos de subvenção ao Estado. Estes eram feitos após alguns meses de funcionamento da

⁴⁴ Em anos posteriores à fundação da colônia e à instalação das primeiras famílias de imigrantes, ocorreu a entrada de sucessivos grupos de novos imigrantes que foram se estabelecendo não só na sede da colônia mas também nos seus arredores. Nessas localidades, as famílias brasileiras que ali habitavam foram formando escolas – ainda que posterior à primeira escola criada na colônia. Com a instalação desses novos imigrantes, os filhos destes foram inseridos nestas escolas passando a compartilhar do mesmo espaço escolar entre os alunos brasileiros. É necessário esclarecer que os documentos não trouxeram essa afirmação. Ela foi revelada através da memória histórica da população que descende daqueles imigrantes italianos e que habitam ainda a região. Todavia, esta memória histórica não foi coletada pelo procedimento da história oral: por ser também moradora da localidade e descendente daqueles imigrantes, apropriei-me destas informações informalmente e as inseri no trabalho por considerá-las importantes para entender o processo escolar estudado. Aqui a memória não é meu objeto, mas é parte da minha herança.

escola. De modo geral, os professores de escolas particulares enviavam ao Presidente da Província do Paraná o pedido de subvenção, conforme previa a legislação.

Normalmente os pedidos eram atendidos. As escolas particulares, então, passavam a funcionar com uma subvenção do governo, que correspondia ao pagamento do professor e ao aluguel da casa escolar⁴⁵. Alguns anos após ser concedida a subvenção, ocorria a criação efetiva daquela cadeira; isto é, tornava-se pública sendo nomeado um professor. A escola poderia ser promíscua, feminina ou masculina.

De acordo com WACHOWICZ (1984),

O governo apoiava as iniciativas particulares para a manutenção da instrução. Nos núcleos de imigrantes europeus, surgem escolas subvencionadas: são instituições particulares abertas por iniciativa da comunidade, geralmente em localidade onde não há escola pública [...] Nas localidades, havia a idéia de que a população brasileira deveria imitar a população imigrante, que tomava as iniciativas para a institucionalização da instrução (p.67).

Assim, pode-se verificar no decorrer deste capítulo, que as instituições particulares foram fundamentais à constituição de todo o processo escolar da região. Julga-se ainda, que as iniciativas em prol da escola empenhada pelos imigrantes contribuíram para a expansão escolar no município, pois foram exemplos para que a população brasileira também iniciasse a abertura de escolas nos povoados.

Neste estudo, dois aspectos que caracterizaram o ensino foram contemplados: a criação de escolas particulares como reflexos dos empenhos dos imigrantes em prol da escola pública e a fiscalização dessas escolas centrada na sede do Município de Colombo.

Como apontamos anteriormente, a criação das escolas particulares nos povoados tinha a função de fomentar ações do governo no sentido de fundar escolas públicas. Este foi o primeiro aspecto que caracterizou o ensino nos povoados.

⁴⁵ O valor mensal oferecido pelo governo para a subvenção da escola era o seguinte: como salário, o professor recebia uma gratificação de 600\$000 reis que correspondia a metade do valor do ordenado recebido pelos professores efetivos; como aluguel da casa escolar, o professor recebia o valor de 60\$00 reis.

Estas escolas particulares foram marcadas por especificidades no tocante à sua organização, pois se diferenciavam das escolas criadas nas sedes urbanas. Enquanto as escolas urbanas recebiam uma atenção maior no que se refere à sua organização e manutenção, muitas vezes as escolas particulares apresentavam um ensino deficitário. O fato de serem localizadas nos arredores da sede do município e, ainda, distantes do centro de Curitiba, constituindo-se como escolas isoladas, fazia com que apresentassem um precário funcionamento.

Em razão desta distância, deparavam-se com a demora no envio de documentos, com a falta de materiais escolares, de mobília escolar e de casa escolar apropriada. Acima de tudo, sofriam com a falta e a não permanência de professores para lecionar. Havia uma constante troca de professores. Pela distância e as más condições físicas da escola, os professores não permaneciam nas regências por muito tempo. Conseqüentemente havia, com freqüência, a falta de aulas, a interrupção dos trabalhos por meses seguidos e, até mesmo, o fechamento das escolas por alguns anos.

O segundo aspecto a considerar a respeito dessas escolas refere-se à questão da inspeção escolar. Como na sede da colônia existia uma escola pública desde 1882, a sua fiscalização era feita por um Inspetor Escolar, residente ou não na localidade, nomeado pela Diretoria da Instrução Pública. Todavia, era comum a fiscalização de inspetores escolares da Capital.

Com a abertura das escolas particulares nos povoados, a partir de 1882, o mesmo Inspetor Escolar encarregava-se de fiscalizar todas as escolas. Após o ano de 1890, com a agregação destes povoados ao Município de Colombo, a fiscalização das escolas passou a ser realizada por meio de um Inspetor Escolar ou Distrital do próprio município e não mais por inspetores vindos da Capital. Assim, na sede do município, passou-se a concentrar a fiscalização de todas as escolas da região: a primeira escola pública, que em 1890 dividiu-se em escolas masculina e feminina, e as escolas subvencionadas e, posteriormente públicas nos povoados.

O inspetor encarregava-se de enviar à Diretoria Geral da Instrução Pública os documentos escolares, os requerimentos e os ofícios dos professores, dando ciência da situação do ensino de todas as escolas daquelas localidades.

No ano de 1907, pelo Decreto nº 255, de 1 de julho, a Diretoria da Instrução Pública, com o intuito de melhorar a fiscalização do ensino nas escolas do Estado, o divide em três “circunscrições escolares”. O Município de Colombo, junto com os demais municípios de Guarakessaba, Guaratuba, Paranaguá, Antonina, Morretes, Porto de Cima, Deodoro, Campina Grande, Bocaiúva, Tamandaré, Votuverava, Assungui de Cima, Serro Azul e Curitiba, correspondiam à primeira circunscrição (A REPÚBLICA, 1907).

Cada município tornava-se responsável pela fiscalização das escolas que estivessem sob sua tutela. Assim, a fiscalização não deveria ser mais feita por inspetores da capital, mas por inspetores fixados na sede de cada município. Embora essa divisão legal tenha ocorrido somente neste ano, a inspeção escolar, na prática, já era estabelecida desta forma no Município de Colombo desde o ano de 1882.

Nesta perspectiva, entendendo as escolas dos povoados como parte do processo de institucionalização e consolidação da instrução primária no Município de Colombo, tornou-se importante contemplar o estudo do funcionamento e da organização destas instituições a fim de observar como se configurou o início do processo escolar.

Assim, este capítulo ocupa-se da organização desse ensino nos povoados localizados nos arredores da sede do município: o funcionamento das escolas, a composição de seu corpo docente e discente, os pedidos de subvenção das escolas particulares, a sua criação efetiva e da criação de outras novas escolas.

3.1 A subvenção das escolas particulares e o funcionamento das escolas subvencionadas.

O ensino primário na Província do Paraná, conforme o Regulamento de 1876, poderia ser ofertado tanto em escolas públicas quanto em particulares. A criação de uma ou de outra escola era garantida pelo critério de número de alunos.

Art. 7º Haverá em cada povoado em que verificar a existência de quarenta meninos em condição de aprender uma cadeira pública de ensino elementar o qual poderá ser provisoriamente creada pelo governo sob proposta do conselho litterário, ficando dependente da aprovação do corpo legislativo provincial.

Art. 8º Naquelles logares em que o número de meninos for inferior ao de que trata o artigo anterior, poderá ser auxiliada a escola particular que existir com uma subvenção correspondente à metade dos vencimentos a que tiverem direito os professores de povoados, sob proposta do conselho litterário (REGULAMENTO, 1876).

Embora no final do século XIX, fosse simples a abertura de escolas (fossem estas públicas ou particulares), o seu funcionamento estaria comprometido por uma série de problemas. Segundo WACHOWICZ (1984), o problema não estava na criação das escolas, mas no seu provimento. Muitas escolas públicas eram criadas pelo governo, porém nem todas eram providas nem de professores e muito menos de materiais escolares.

Quanto às escolas particulares, poucas permaneciam em funcionamento durante muitos anos, tendo em vista sua manutenção depender exclusivamente do auxílio financeiro dos pais dos alunos. Muitas famílias, principalmente aquelas numerosas, não tinham condições econômicas suficientes para manter seus filhos nas escolas. A saída de alunos implicava redução de verba para manutenção.

A solução para a continuidade do funcionamento das escolas particulares seria a subvenção fornecida pelo governo. No entanto, em geral, as quantias eram insuficientes para as despesas com a manutenção, ocasionando a desistências de muitos professores e o fechamento de muitas escolas. Ainda assim, a subvenção das escolas particulares foi fundamental para que elas pudessem consolidar-se, ampliando o sistema de ensino primário no Paraná e consolidando o sistema de ensino no Município de Colombo.

Se a abertura dessas escolas nos povoados fora decorrente das iniciativas exclusivamente da população, sua consolidação dependeu não só da adesão dessa população mas também da subvenção do governo até sua criação efetiva⁴⁶.

As escolas particulares começaram a ser abertas a partir do ano de 1882. Até 1890, duas escolas particulares estavam em funcionamento nos povoados de Veados e Roça Grande, sendo freqüentadas somente por filhos de brasileiros que ali habitavam, tendo em média 30 alunos.

A primeira escola particular, conforme os registros, foi aberta no *povoado de Veados* em 1882. Em maio daquele ano, o professor particular José Marcelino da Rosa, enviou ofício ao Diretor Geral da Instrução Pública informando sobre o funcionamento de uma escola particular que mantinha naquele povoado.

A escola foi aberta, em fevereiro de 1882, com 18 alunos. Outros dois se matricularam ainda naquele mês. Todos os alunos eram de nacionalidade brasileira. No mesmo ofício, o professor José Marcelino da Rosa, além de pedir que lhe fosse enviado um exemplar do Regulamento de Ensino vigente, apresentou o mapa demonstrativo da freqüência de alunos. De acordo com este mapa, havia 20 alunos matriculados na escola de Veados no ano de 1882.

⁴⁶ As escolas subvencionadas, depois de um tempo que recebiam a subvenção, passaram a ser cadeiras públicas efetivas. Algumas destas, ainda que após muitas modificações, encontram-se em funcionamento até os dias de hoje. Assim sendo, acredita-se que aquele movimento de abertura de escolas particulares que foi se configurando no final do século XIX foi importante para compor o processo de escolarização do Município de Colombo.

Quadro 6

Mapa de matricula dos alunos que frequentavam a escola particular de Veados em 1882.

Número	1882		Nomes	Idade	Naturalidade	Filiação	Moralidade	Aproveitamento
	mez	dia						
1	fevereiro	15	Germiniano Felix das Neves	11 anos	Veados	Antonio Francisco de Souza	Boa	Soffrivel
2	"	"	Carlota Rosa da Conceição	8 "	"	Francisco Ricardo de Jesus	"	"
3	"	20	João Francisco Maria	13 "	"	Maria Rosa dos Santos	"	"
4	"	"	Lino José Saldanha	12 "	"	Gertrudes Maria Rosa	"	"
5	"	"	João Francisco de Souza	13 "	"	Antonio Francisco de Souza	"	"
6	"	21	João Cristiano Luiz	9 "	"	Amancio Cristofer e Ana Cristina	"	"
7	"	"	Constantino Lindolpho da Cruz	10 "	Ribeirão das Onças	José antonio da Cruz	"	"
8	"	27	Julio Rodrigues da Silva	12 "	Capivary	Baldoino Rodrigues da Silva	"	"
9	"	"	Bento Rodrigues da Silva	10 "	"	"	"	"
10	março	1	Miguel Ferreira de Souza	13 "	Ribeirão das Onças	Vicente Ferreira de Souza	"	"
11	"	7	Ulysses Rodrigues Bandeira	9 "	Itapuá	Guilherme Rodrigues Fortes	"	"
12	"	29	Venceslau Ribeiro Pinto	8 "	Butiatumirim	João Manoel Ribeiro	"	"
13	"	"	Damazo Ribeiro Pinto	6 "	"	"	"	"
14	abril	10	João Domingues dos Santos	8 "	Ribeirão das Onças	José Francisco dos Santos	"	"
15	"	"	Simão Cyrineu de Oliveira	13 "	Uberaba	Francisco Manoel de Oliveira	"	"
16	"	"	Manoel Vicente da Silva	12 "	Palmital	Sebastião Pinto da Silva	"	"
17	"	11	José Mamede da Trindade	13 "	Ribeirão das Onças	Manoel Nunes da Paz	"	"
18	"	"	Lindolpho Ribeiro Pinto	8 "	Butiatumirim	Victoriano José Ribeiro	"	"
19	maio	1	Moyses Maciel de Ramos	10 "	Veados	Antonio de Ramos Maciel	"	"
20	"	2	Manoel João Cardozo	10 "	Unna	Joaquim Cardozo	"	"

Fonte: DEAP. Correspondência do governo. Ofício. AP. 676, fl.109, 1882.

No mapa, o professor apresenta o aproveitamento dos alunos representado por meio do conceito “soffrível”. Possivelmente a falta de recursos materiais e a precariedade da escola como também a falta de habilitação do professor poderiam levar os alunos a um aprendizado mais lento. O professor não era habilitado e abriu a escola devido a uma impossibilidade física de realizar trabalhos que exigissem esforço.

Outro aspecto que pode ser observado no mapa refere-se a possibilidade da existência de filhos de escravos freqüentando a escola. Essa hipótese pode ser levantada a partir da verificação dos sobrenomes dos alunos. Normalmente os escravos não tinham sobrenomes, por isso identificavam-se através dos nomes da mãe ou do pai, ou ainda, nomes de santos.

Conforme o mapa podemos observar um caso: a aluna Carlota Rosa da Conceição filha de Francisco Ricardo de Jesus; supõe-se que a aluna tenha adquirido o nome da mãe (Conceição) como sobrenome, ou ainda, tenha recebido o nome sacro de Conceição, mãe de Jesus. O mesmo nota-se com o sobrenome de seu pai, tendo como sobrenome *de Jesus*.

No dia 30 de fevereiro, o professor José Marcelino da Rosa solicitou subvenção para a escola em requerimento, enviado à Diretoria, acompanhado de abaixo-assinado dos pais dos alunos e de atestado sobre a existência da escola e a dedicação do professor, fornecido pelo Inspetor Escolar, Martins Antonio da Silva, conforme previa o Regulamento. O abaixo-assinado continha 56 assinaturas, sendo apenas uma de imigrante, o italiano Giovanni Ceccon.

No requerimento, o professor José Marcelino da Rosa justificou a abertura da escola particular no povoado de Veados, utilizando como argumento sua deficiência física, a qual era resultante de sua participação como “Voluntário da Pátria” na Guerra do Paraguai.

José Marcelino da Rosa, voluntário da Pátria, aleijado de uma perna que lhe foi amputada em consequência de ferimento que recebeu na Campanha do Paraguay, por ocasião do ataque as fortificações do Curupaity, vendo-se impossibilitado de adquirir meio de subsistência pelo trabalho agrícola ou por qualquer outro que dependa de emprego de forças e atividade, de que hoje não pode dispor, fundou uma escola particular no Quarteirão dos Veados deste Município e pelos documentos juntos prova a freqüência effectiva de vinte alumnos, todos os quaes apresentam regular aproveitamento. Sendo porém

insuficiente a sua manutenção a minguada quota que dos pais dos alumnos recebe, vem o suplicante perante a V^a Ex pedir a subvenção que a lei concede às escolas particulares, auxílio este que trará proficuo resultado à Província, em vista dos esforços que o supplicante emprega para o desenvolvimento dos alumnos confiados a sua direção [...] (REQUERIMENTO, 1882, p.105).

Neste documento novamente, o professor José revelou que seus alunos tinham um “regular aproveitamento” na aprendizagem. Conforme SOUZA (2000), as condições de desempenho dos alunos estavam ligadas às próprias condições de trabalho do professor.

A escola particular, além de não contar com uma pessoa habilitada, não contava também com nenhum material de ensino. Estes nem mesmo foram solicitados pelo professor. Até então, o único pedido do professor fora o Regulamento de Ensino. Talvez até mesmo a falta de conhecimento quanto à utilização dos materiais escolares provocasse o baixo aproveitamento dos alunos.

A solicitação de subvenção, em muitos casos, era feita por meio de abaixo-assinado dos pais dos alunos, visando comprovar a existência da escola e reforçar o pedido de subvenção. Este documento, em geral, apresentava texto semelhante ao do atestado que era redigido pela autoridade que comprovava a existência da escola.

Praticamente todos os documentos a serem enviados à Diretoria da Instrução Pública seguiam modelos. Normalmente mudavam-se algumas informações, como o número de alunos, o nome do professor, a localidade e a data. Uma vez que o envio desses documentos era obrigatório para a obtenção da subvenção, os modelos facilitavam a formulação do pedido e cumpriam as exigências da Diretoria. Certamente o abaixo-assinado enviado pelos pais dos alunos, confirmando a existência da escola no povoado de Veados e a necessidade de subvenção, não fugia à regra.

A concessão da subvenção à escola do professor José Marcelino da Rosa, no povoado de Veados, ocorreu no dia 4 de agosto de 1882. Após a subvenção, a escola manteve-se aberta até o mês de dezembro de 1887.

Em ofício enviado à Diretoria da Instrução Pública, o professor informou o fechamento da escola sem explicar os motivos. Talvez a dificuldade encontrada em relação ao ensino e ao aprendizado dos alunos tenha sido o motivo do fechamento da escola.

A escola permaneceu fechada até 1890, quando foi solicitada pela professora Maria Clara Parigot no dia 10 de março (REQUERIMENTO, 1891, p.276). O atestado enviado anexo ao requerimento informava sua procedência da cidade de Antonina e fornecia outras informações sobre a professora: Maria Clara Parigot tinha 19 anos, não havia cursado a Escola Normal e precisava de um emprego para sobreviver na nova cidade, onde pretendia morar. Junto ao requerimento, Maria Clara Parigot enviava também um atestado do professor Arthur Ferreira de Loyola, que lhe ensinara particularmente por dois anos na cidade onde residira.

Attesto que a Exm^a senhora Maria Clara Parigot além de seus estudos em escola primária esteve estudando particularmente sob meus cuidados cerca de 2 anos na cidade de Antonina tendo deixado seus estudos para procurar melhor clima à sua saúde e que estava em condições de exercer, com proveito da instrução da infância o lugar de professora por seus conhecimentos.

Digo que a mesma senhora propunha-se, então, a seguir o Curso da Escola Normal d'este Estado, do que posso dar fé se necessário for (REQUERIMENTO, 1891, p.277).

Um outro atestado, constando que ela morava em companhia com sua mãe viúva e alegando o bom procedimento moral de Maria Clara Parigot, foi fornecido pelo Vigário da cidade de Antonina, Alberto José Gonçalves. Este documento também foi anexado ao requerimento.

No dia 17 do mesmo mês, Maria Clara Parigot assinou o contrato de regência da escola promíscua do povoado de Veados. Este contrato tinha o prazo de um ano, podendo ser renovado depois que a professora prestasse exame de habilitação, conforme previa o artigo 2º do Regulamento vigente (CÓDICE, 1890, p.30).

Não há informações sobre o tempo de permanência desta professora na escola. Porém, no ano de 1893, a escola passou a ter nova professora, Anna Fontoura de Faria, nomeada para a cadeira. Em 1895 a escola era regida pela professora Maria Leocádia Pinheiro Brandão Pontes. E no início do ano de 1896, quando as escolas dos povoados passaram a tornar-se cadeiras públicas, foi nomeado para a escola do povoado de Veados o professor José Taborda Perreira.

Em maio de 1886, uma outra escola particular foi aberta; desta vez, no *povoado Roça Grande*. Contava com a matrícula de 33 alunos, todos filhos de brasileiros, conforme informou o professor Benedicto Eleutério Cabral em ofício.

O mapa em Anexo VIII – Quadro 4 permite visualizar os 33 alunos que freqüentavam a escola particular de Roça Grande em 1886.

Cinco anos depois, em junho de 1891, a freqüência nesta escola era de 24 alunos. Nesta data, o professor Benedicto Eleutério Cabral pediu subvenção, alegando que dos 24 alunos somente quatro podiam pagar a mensalidade.

Benedicto Eleutério Cabral, professor particular do bairro da Roça Grande, município da Villa Colombo, tendo em sua escola freqüência de vinte e quatro alunos como consta do mappa e attestado junto, vem requer a V^a EX^a se digne conceder ao supplicante a subvenção da lei attendendo que d'estes vinte e quatro alunos que frequentão sua escola somente o Pai de quatro pode subvencionar o professor e os outros por serem pobres e não poderem pagar o supplicante lhes dá o ensino grátis (REQUERIMENTO, 1891, p.25).

A dificuldade em manter a escola, devido à pobreza e à falta de condições dos pais dos alunos, levava os professores a envidarem esforços para atender à demanda da população em idade escolar e à própria escola. Embora as escolas particulares fizessem as vezes do governo, disseminando o ensino, conforme diz VECHIA (1998, p.243), em geral, este era um ensino deficitário, marcado pela precariedade do ensino comum à Província do século XIX.

Nas mais distantes e pequenas localidades, onde predominava o ensino em escolas isoladas, a subvenção era vantajosa para o governo, uma vez que a quantia paga para manter uma escola subvencionada correspondia à metade do valor gasto com as despesas de uma cadeira efetiva.

Até 1892, a escola do povoado de Roça Grande foi regida pelo professor Benedicto Eleutério Cabral, passando, em 30 de maio desse mesmo ano, a ser regida por Domingos José Belém. O professor Domingos José Belém permaneceu na regência da escola deste povoado apenas por um ano. Em junho de 1893 a professora Guilhermina Maria da Silva assumiu a regência da escola. De acordo com os documentos não foi possível saber até quando essa professora permaneceu na

regência. No ano de 1895, o professor Benedicto Eleutério Cabral retornou a regência desta escola permanecendo até o ano de 1896.

O crescimento de escolas particulares foi contínuo assim como os pedidos de subvenção. Verificou-se nos ofícios enviados para a Diretoria da Instrução Pública a abertura de mais cinco escolas particulares no município a partir de 1890, nos seguintes povoados: *Ressaca, Capivari, Ribeirão das Onças, Roça Grande e Colônia Antonio Prado*.

Em 14 de janeiro deste ano, a professora Ercília Espínola de Bittencourt informou que no *povoado de Cachoeira*, regia há cinco meses uma escola particular com a freqüência de 17 alunos. Solicitou subvenção, remetendo o mapa dos alunos com o nome, idade, filiação e nacionalidade. Observando este mapa, verificou-se a presença somente de alunos de nacionalidade brasileira⁴⁷.

A Diretoria da Instrução Pública, em resposta ao requerimento da professora, negou a subvenção, alegando não ter sido comunicada oficialmente sobre a existência de uma escola naquele povoado.

Segundo FARIA FILHO (2000, p.28), “em boa parte das vezes, a efetiva criação da cadeira dependia tanto do interesse das autoridades estaduais em prestigiar uma dada região ou pessoa quanto da pressão exercida pelos interessados, principalmente das famílias”.

O indeferimento do pedido de subvenção pela Diretoria da Instrução Pública levou ao fechamento da escola da Cachoeira. Em julho daquele ano, Ercília Espínola de Bittencourt foi nomeada para reger a recém-criada escola promíscua no *povoado de Ressaca*, próximo ao povoado da Cachoeira.

A proximidade dos dois povoados foi conveniente à Diretoria da Instrução Pública porque permitiu a criação de uma escola que serviria tanto a um como ao outro povoado. Esta escola agregaria maior número de alunos, somando aqueles que freqüentavam a antiga escola da Cachoeira e aqueles novos alunos da localidade de Ressaca, possibilitando, assim, o fornecimento da subvenção para a manutenção de uma única escola.

⁴⁷ Este mapa de matrícula localiza-se em Anexo IX – Quadro 5.

A escola do povoado de Ressaca, que até 22 de abril de 1892 era regida pela professora Ercília Espínola de Bittencourt, a partir desta data passou a ser regida pela professora Alexandrina Maurícia de Belém (filha de Domingos José Belém, professor da escola do povoado de Roça Grande). Domingos José Belém assumiu a regência desta escola em 1 de agosto de 1895. Este havia deixado a regência da escola do povoado do Roça Grande.

Neste estudo, verificou-se ainda no decorrer do ano de 1890, que mais duas escolas particulares entraram em funcionamento, uma no povoado de Ribeirão das Onças, com a freqüência de 16 alunos, e outra no povoado de Capivari, com 28 alunos. Ambas eram regidas pelo professor Antonio Manoel Goulart.

No ano seguinte, em 30 de abril de 1891, o professor Antonio Manoel Goulart solicitou a subvenção apenas para a escola do *povoado de Capivari*. A escola do povoado de Ribeirão das Onças passara a ser regida pelo professor Januário Alípio do Pilar. É importante lembrar que nenhum destes professores tinha habilitação para o magistério público.

De acordo com o mapa demonstrativo enviado pelo professor Antonio Manoel Goulart junto ao requerimento, a freqüência era de 28 alunos. Até o ano de 1891, todos os alunos eram filhos de famílias brasileiras que ali já habitavam. Após este ano, são verificadas matrículas de alunos de nacionalidade italiana que chegaram à região em 1888. Neste ano, parte das terras da localidade de Capivari foi comprada pelo governo para a formação de uma pequena colônia de imigrantes italianos.

Considerando o interesse manifestado pelos imigrantes da Colônia Alfredo Chaves em relação ao ensino, a informação visualizada no mapa a seguir na página 120 sugeriu a indagação acerca das razões que teriam levado os imigrantes do povoado do Capivari a matricularem seus filhos na escola somente três anos depois de sua instalação e um ano após a criação da escola.

A criação da escola de Capivari deu-se por brasileiros que ali já habitavam. Esta poderia ter sido uma das razões que motivou a demora da matrícula das crianças italianas nesta escola. Nesta direção, o idioma poderia ter interferido na decisão de não enviar os filhos a uma escola onde não se ensinasse a língua materna. Porém

consideramos a possibilidade de que houve inicialmente um período de adaptação à nova terra para depois se pensar na instrução dos filhos, diferentemente do grupo que se instalou inicialmente na Colônia Alfredo Chaves.

A partir da análise do Relatório do Padre Pietro Colbacchini, de 1895, pode-se afirmar que durante estes três anos, os imigrantes que se instalaram na região do Capivari, vivenciaram uma série de problemas que dificultou sua adaptação e inviabilizou qualquer empenho relativo ao ensino escolar. O padre descreve a situação de pobreza, enfrentada por alguns imigrantes que chegaram ao Estado do Paraná após o “primo tempo”, ou seja, após a chegada dos primeiros contingentes de imigrantes italianos que tinham como destino as colônias do litoral, por volta de 1870.

A atenção dispensada pelo governo aos imigrantes que chegaram posteriormente tinha sido muito diferente daquela recebida pelos primeiros imigrantes. Para exemplificar a situação, cabe lembrar o relato do Padre Colbacchini sobre a precariedade em que encontrou os imigrantes italianos instalados na Colônia Eufrásio Correia (povoado do Capivari):

Io stesso ho dovuto ricorrere, una volta nel 1888 o 1889 al Ministro italiano residente a Rio Janeiro perchè sollecitasse il Governo a provvedere d'urgenza agli stretti bisogni di un nucleo coloniale di 37 famiglie da poco stabilito nelle boscaglie del Capivary ed abbandonato a se stesso senza nessun modo di sussistenza. Intanto avevo dovuto mandare a quei tapini dei Sacchi di farina perchè non morissero di fame, e dei fagioli da seminare nei terreni a loro assegnati. Un qualche provvedimento venne dato, ma scarso, ed a me fruttò la malevolenza di chi si vide costretto, sebbene solo in parte, a compiere il suo dovere. Altre volte i ricorsi tornarono affatto vani (COLBACCHINI, 1968, p.360)⁴⁸.

O documento permite entender o motivo pelo qual aqueles imigrantes não enviaram seus filhos à escola no ano de 1888. Segundo o Padre Colbacchini, esses imigrantes foram abandonados naquela pequena colônia, sendo difícil o período de sua

⁴⁸ “Eu mesmo tive que recorrer, uma vez em 1888 ou 1889 ao Ministro italiano residente no Rio de Janeiro para que solicitasse ao governo prover de urgência as estreitas necessidades de um núcleo colonial de 37 famílias a pouco estabelecidas nos matos do Capivary e abandonados a si mesmo sem nenhum meio de sobrevivência. Enquanto isso eu tinha que enviar àqueles miseráveis alguns sacos de farinha para que não morressem de fome, e alguns de feijão para semearem nos terrenos a eles consignados. Alguma providência vinha sendo dada, mas escassa, e a mim produziu malevolência de quem se viu constrangido, embora só em parte, a cumprir o seu dever. Outras vezes os apelos tornaram-se completamente em vão”. COLBACCHINI, Pietro. Relazione a S. E. il Ministro degli steri. In: **La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa**. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968, p.360.

instalação a ponto de lhes faltar comida. A prioridade, naquele momento, certamente era a sobrevivência, ficando em segundo plano a escolarização das crianças. Desta forma, talvez não seja conveniente atribuir a demora do envio das crianças à escola à falta de interesse por parte dos italianos; a motivação parece ter sido realmente a difícil e lenta adaptação.

Apesar das especificidades que marcaram a inserção dos filhos de imigrantes da Colônia Alfredo Chaves e os do povoados de Capivari no processo escolar, observa-se que, em ambos os casos, a inserção ocorreu em escolas públicas.

O mapa demonstrativo enviado pelo professor no dia 30 de abril de 1891 indica que alunos freqüentavam a escola do povoado do Capivari.

Quadro 7

Mapa de matrícula dos alunos que frequentavam a escola do Capivari no ano de 1891

Número	nome	Idade	Filiação	Nacionalidade	Matrícula			grau de instrução na matrícula	grau de instrção na actualidade			Aplicação
					dia	mez	anno		leitura	escrita	aritmética	
1	João Domingues Florencio	10	Manoel Florencio Reis	Brasileiro	1	fev.	1890	nenhuma	3º L.	Bastardo	2º exp.º	Boa
2	João Marcellino Perreira	11	Marcellino M. Perreira	"	"	"	"	"	2º L.	"	"	"
3	Jose Rodrigues da Silva	12	Antonio Rodrigues da Silva	"	"	"	"	"	3º L.	Cursiva	4º exp.º	"
4	Agnello Rodrigues da Silva	8	" " "	"	"	"	"	"	2º L.	Bastardo	2º "	"
5	Nestor Borba de Mattos	11	Jose Luiz de Mattos	"	"	"	"	3º Livro	estória	Cursiva	Reduções	"
6	Agnello Francisco de Paula	7	Domingos Francisco de Paula	"	"	"	"	nenhuma	2º L.	B	"	"
7	João Costa dos Reis	7	Eduardo M. da Costa	"	"	"	"	"	3º L.	B	2º exp.º	"
8	Manoel Rodrigues da Silva	10	Baldoino Rodrigues da Silva	"	"	"	"	"	2º L.	B	2º "	"
9	Antonio Rodrigues da Silva Sobrinho	8	" " "	"	"	"	"	"	2º L.	B	2º "	"
10	Santo Carram	8	Baptista Carram	Italiana	12	jan	1891	"	2º L.	--	--	"
11	Jacondo Chiquito	7	Luiz Chiquito	"	"	"	"	"	2º "	B	--	"
12	Frasão Francisco	8	Antonio Frisão	"	"	"	"	"	2º "	--	--	"
13	Angelo Frisão	6	" "	"	1	mar	1891	"	1º "	"	"	"
14	Carram Angelo	6	Antonio Carram	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
15	Pedro Jacomiti	11	Jacomiti Josep	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
16	Jenaro Scandalaro	6	Luiz Scandalaro	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
17	Pedro Bertom	6	João Bertom	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
18	Jillo Bardão	6	Bardão Ferdinando	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
19	Vitorino Corletto	6	Jose Corletto	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
20	Santo Santi	7	Antonio Santo	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
21	Emilio Simião	7	Antonio Simião	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
22	Sieste Simião	6	" "	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
23	Scandalaro João	12	Luiz Scandalaro	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
24	Antonio Luiz	11	Arsie Luis	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
25	Virgilio Arsie	9	" "	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
26	Bruno Arsie	7	" "	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
27	Jose Borato	12	João Borato	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"
28	João Bero	6	Francisco Bero	"	"	"	"	"	1º "	"	"	"

Fontes : DEAP.Correspondência do Governo. Requerimento. AP.936, fl. 107, 1891.

É interessante notar que a escola era freqüentada exclusivamente por meninos com idade que variava de 6 a 12 anos. Observa-se ainda que entre os alunos imigrantes era comum o sobrenome anteceder o nome, como os alunos: Frisão Francisco, Carram Ângelo e Scandalaro João.

O professor Antonio Manoel Goulart, regente da escola do Capivari, tendo que mudar-se do Estado do Paraná, pedia sua exoneração em 30 de março de 1893. A escola foi fechada. A reabertura ocorreu em 1º de junho do mesmo ano, quando assumiu o professor Eduardo Martins da Costa. Como o professor Eduardo Martins da Costa havia sido contratado, um ano depois deixou a regência da escola. A escola do povoado do Capivari, que antes era masculina, passou a ser promíscua. Em agosto de 1894, assume a regência desta escola Rosa Ferreira Guimarães Cabral, que permaneceu até setembro de 1900.

Em 18 de agosto de 1891, o professor do *povoado do Ribeirão das Onças*, Januário Alípio do Pilar, que lecionava gratuitamente, havia mais de três meses, para 21 alunos pobres, como os demais professores, também solicitou subvenção para sua escola. Conforme mapa de freqüência dos alunos enviado junto ao requerimento, havia na escola somente a freqüência de filhos de famílias brasileiras. O mapa, em Anexo X – Quadro 6, também informava o grau de instrução dos alunos: dos 21 alunos apenas três sabiam ler.

Em outros mapas demonstrativos, também foi possível verificar o mau rendimento dos alunos. Em quase todos os mapas analisados a aprendizagem dos alunos brasileiros mostrava-se semelhante à dos alunos imigrantes. Estes, entretanto, poderiam justificar o baixo rendimento apelando à dificuldade de aprendizagem da língua portuguesa.

Após a subvenção, em 11 de maio de 1892, na escola do povoado do Ribeirão das Onças, começou a lecionar o professor João Romão do Pilar, que substituiu o professor Januário Alípio do Pilar. Era comum indicar outra pessoa para substituir o professor que saía de uma escola, como o caso acima.

Em 1892, mais uma escola foi agregada à fiscalização do Inspetor Escolar do Município de Colombo: a escola da *Colônia Antonio Prado*. Em 1887, já havia uma

escola particular para atender o ensino dos filhos de imigrantes que habitavam a colônia. Entretanto, a escola foi fechada sob a justificativa, da professora Maria D'Assunção Gonçalves, da insuficiência da subvenção concedida pela Província, considerando a extremada pobreza dos pais, impossibilitados de ajudar na manutenção de seus proventos.

A abaixo assignada tem a honra de comunicar a Vex^a para que se digne levar ao conhecimento de sua Ex^a o Snr^o Dr^o Presidente da Província que n'esta data resolveu fechar a escola particular que manteve n'esta colônia e que o governo da Província subvenciona. É causa dessa solução não poder essa abaixo assignada continuar a lecionar com a exígua subvenção que lhe é dada pela Província, mas que só lhe é paga sofrendo um grande desconto, para si bastante pesado. Não havendo esperança, da parte da abaixo assignada, de obter as mensalidades ainda reduzidas, que lhe deviam pagar seus alumnos, tal é a pobresa d'estes, pensa ter assim justificado seu procedimento (OFÍCIO, 1887, p.315).

Talvez a subvenção paga pela Província não fosse compensadora diante dos esforços que a professora teria que despender para ensinar os alunos que tinham dificuldades para aprender em idioma nacional. Não se têm indícios da reabertura desta escola.

Entre os documentos de 1892, foi possível encontrar um requerimento do professor José Fabris, de origem italiana, pedindo subvenção para uma escola particular que mantinha na Colônia Antonio Prado. Esta escola era freqüentada por 35 alunos, cuja maioria era de nacionalidade italiana e polonesa. A subvenção não seria concedida enquanto o professor não conseguisse a comprovação de pobreza dos alunos.

Em 25 de maio daquele ano, o Presidente da Intendência Municipal de Colombo, Benedito da Costa Cabral, enviou ofício à Diretoria, atestando a existência de 15 alunos pobres freqüentando a escola. Esta escola recebia da Intendência o auxílio de 10\$000 (dez mil réis) para ajudar em sua manutenção, conforme observa-se nas Atas de suas Reuniões.

Aos trez dias do mez de março de mil oito centos e noventa e dous nesta Villa Colombo na Intendência Municipal de Colombo ahi presentes o Presidente e vogaes foi aberta a sessão. Indicamos que se conceda a Fabris Jose a subvenção de dez mil reis mensais para reger uma cadeira na escola promiscua na colônia

Antonio Prado, devendo cessar esta subvenção quando o Governo considerar a dita escola subvencionada. Assignados João Gualberto Bittencourt. Manoel Gomes Pereira Camargo e Araújo. Posta a votos a indicação foi aprovada (ATAS DA INTENDENCIA MUNICIPAL, 1892, p.22).

A subvenção paga pela Intendência Municipal de Colombo durou apenas três meses. Em 11 de junho de 1892, a escola da Colônia Antonio Prado foi subvencionada pelo governo, passando a ser fiscalizada pelos Inspectores Escolares do Município de Colombo.

Duas listas de alunos daquele ano foram localizadas. Em uma, constava o número total de alunos matriculados (35) e a freqüência às aulas; em outra, constava o nome de 20 alunos pobres que freqüentavam a escola, os quais não podiam pagar a mensalidade para o professor. Esta última lista, anexada ao requerimento, serviu para comprovar a pobreza destes alunos e conseguir a subvenção para a escola. Esta escola era para os alunos do sexo masculino.

Na primeira lista, observa-se a freqüência de apenas um brasileiro, Durval Silva; todos os outros alunos eram filhos de imigrantes⁴⁹. Apesar de o professor ser também imigrante e haver somente um aluno brasileiro, a aula deveria ocorrer na língua nacional, uma vez que, como apontado anteriormente, a subvenção só seria concedida se as aulas fossem ministradas em língua nacional. Entretanto, não se pode descartar que a língua italiana fosse empregada em certos momentos⁵⁰.

As escolas subvencionadas localizadas nos povoados apresentavam uma mudança constante de professores. Muitos não permaneciam na regência da escola por mais de um ano ou, até mesmo, por alguns meses. A constante mudança de professores foi identificada nos ofícios enviados pelos Inspectores Escolares do município que fiscalizavam tanto as escolas da sede quanto as escolas dos povoados. No entanto, as escolas da sede não enfrentavam essa deficiência.

⁴⁹ Mapa em Anexo XI – Quadro 7.

⁵⁰ Outro ponto observado no mapa foi a alteração da grafia dos sobrenomes. Alguns nomes sofriam modificações de acordo com as pessoas que escreviam as listas, as quais, muitas vezes, não entendiam a pronúncia estrangeira na hora da matrícula. Várias alterações puderam ser observadas nas duas listas da Colônia Antonio Prado de em 1892. Uma lista foi escrita pelo Presidente da Intendência, João Gualberto Bittencourt, que era brasileiro, e a outra, pelo professor italiano, José Fabris. O sobrenome do aluno de origem polonesa foi escrito na primeira lista como (Francisco) Kamaroski; na segunda, fora escrito, Kamarovviski. A escola ficou sob a regência do professor José Fabris até o ano de 1895.

As mudanças acabavam ocorrendo porque a maioria dos professores das escolas subvencionadas eram contratados. Os contratos deveriam encerrar em um ano. Normalmente, encerravam-se após a realização dos exames, que ocorriam entre os meses de novembro e dezembro. Assim, o término dos contratos explicaria as mudanças. Os professores que prestassem exames de habilitação, como estabelecia a cláusula 4^a do contrato, a qual se pode observar abaixo, teriam a chance de permanecer por mais tempo e ingressar no magistério público.

Clausula 1^a Obriga-se a ministrar o ensino de todas as matérias do programma aos alumnos matriculados em sua aula.

Clausula 2^a Obriga-se a efetuar a sua custa as despesas necessárias a manutenção da escola com a aquisição e conservação de móveis e mais objectos de utilidade escolar.

Clausula 3^a Terá o professor contractante direito a subvenção mensal correspondente a quatrocentos cincuenta mil reis annuais e mais a mensalidade de três mil reis para aluguel de casa.

Clausula 4^a O presente contracto terá duração até a epocha normal de exames, e exhibidas as habilitações necessárias poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar conveniente.

Clausula 5^a Receberá o professor contractante os seus vencimentos do Thesouro do estado, mediante attestado das autoridades do ensino.

Clausula 6^a O presente contracto poderá ser rescindido a qualquer tempo a requerimento do interessado ou por esta Diretoria, segundo as disposições em vigor (CÓDICE, 1892, p.22).

Os abandonos de cargo e as rescisões de contratos, certamente eram provocados por questões financeiras, gerando a instabilidade de professores nas escolas. Esta instabilidade é constatada também nos ofícios encaminhados à Diretoria da Instrução Pública, com pedidos de rescisão dos contratos mesmo após essas cadeiras tornarem-se efetivas.

As exigências da Diretoria, conforme sua descrição nas cláusulas do contrato, poderiam desestimular a solicitação de contratos de professores cientes das pesadas obrigações contratuais. Provavelmente as condições precárias de trabalho e os valores pouco compensadores da subvenção, teriam repercutido na suspensão dos pedidos de novos contratos. As más condições de trabalho, gerando a deficiência do ensino, parecem ter sido o principal motivo.

É necessário ressaltar que com relação à primeira escola, criada na sede do município, não apresentava essas constantes mudanças, apesar de contarem com a mesma precariedade de ensino e falta de materiais das escolas dos povoados. Além de contarem com a nomeação de professores efetivos, o fato era que a população da sede do município, de modo geral, os pais dos alunos de origem italiana, reclamavam constantemente o pleno funcionamento da escola. Inúmeros abaixo-assinados eram enviados pelos imigrantes reclamando qual fosse o problema que a escola enfrentasse e reivindicando melhorias. O mesmo já não ocorria nos demais povoados neste período.

Uma das razões que também poderia motivar esta não permanência dos professores nas escolas dos povoados, era a distância destas escolas em relação aos centros urbanos. As escolas ficavam isoladas e muitos professores consideravam difícil o deslocamento da capital até esses povoados. Assim, eram constantes também os pedidos de licenças.

Além disto, a precariedade das instalações, que gerava a falta de condições mínimas para o funcionamento das aulas, também concorria para a falta de estabilidade dos professores naquelas escolas.

Em um ofício datado de 1902, a professora Maria da Luz Mello, que regia a escola do povoado do Ribeirão das Onças, pediu sua remoção por ser inviável exercer sua função na escola:

A abaixo assignada, professora effectiva da cadeira promiscua do Ribeirão das Onças, municipio de Colombo, vem respeitosamente pedir a VExa. A sua transferênciã para a cadeira também promiscua da povoação denominada Xaxim, e que se acha actualmente vaga.
A suplicante vê-se forçada a solicitar esta graça ao Poder Público, em virtude do constrangimento por que passo neste ermo, falta até de casa digna e conveniente para o funcionamento de uma escola.
Confiada na justiça que sempre caracteriza os actos de VExa. A abaixo assignada espera ser attendida (REQUERIMENTO, 1902, p. 122).

Esse fato pode ilustrar mais um dos motivos das mudanças constantes, da não permanência dos professores naquelas escolas: a precariedade das condições de trabalho.

Convém destacar que não foram encontrados ofícios solicitando medidas para melhorar a infra-estrutura das escolas. Talvez não haja estes ofícios porque os pedidos não eram atendidos, ocasionando não raras vezes a solicitação de remoção, permuta e rescisão de contrato.

Assim, as freqüentes mudanças de professores nas escolas dos povoados podem ser atribuídas aos baixos salários, à falta de infra-estrutura adequadas e à distância dos povoados em relação à capital. Numa visão mais ampla, podem ser atribuídas à falta de atenção por parte do poder público, que permitiu a constituição deste cenário deficitário e indefinido.

Um último aspecto abordado nas análises das fontes é o fato de pessoas sem nenhuma habilitação se disporem ao magistério como forma de conseguir trabalho, abandonando esta ocupação tão logo surgisse atividade mais lucrativa. Neste sentido, cabe retornar a reflexão de SOUZA (2000) sobre o magistério como profissão secundária e provisória. A autora mostra que muitos professores abandonavam a profissão docente logo que surgiam outras oportunidades mais compensadoras.

A constante mudança de professores e o abandono e fechamento de escolas, geravam um ensino insuficiente, fragmentado e deficitário, prejudicando o aprendizado daqueles alunos. A interrupção das aulas entre a saída de um professor e a contratação ou nomeação de outro ocasionava o fechamento da escola. Muitas vezes, isto ocorria em curtos espaços de tempo; mas podia também ocorrer de a escola permanecer fechada durante meses.

Embora a presença dessas escolas subvencionadas tenha contribuído, conforme indicado no início deste capítulo, para a ampliação do ensino primário no município, o caminho percorrido por elas até sua consolidação foi difícil. Em grande parte, esta dificuldade deveu-se ao desinteresse do Governo, gerando a precariedade do ensino primário no Paraná.

Essas condições deficitárias não impediram que as escolas permanecessem por longos anos em funcionamento, ainda que a situação de precariedade continuasse a mesma após a efetivação destas escolas, tornando-se escolas públicas.

Tendo funcionado por algum tempo como escolas subvencionadas, todas foram efetivadas até o ano de 1896. Mas os problemas de mudança de professores, de falta de condições físicas e de falta de materiais da escola, principalmente do mobiliário escolar, não cessaram, uma vez que as escolas públicas também apresentavam um ensino precário.

3.2 O funcionamento das escolas públicas nos povoados e a criação de novas escolas.

Até o ano de 1896, as seis escolas subvencionadas, localizadas nos povoados de *Veados, Capivari, Ribeirão das Onças, Colônia Antonio Prado, Ressaca e Roça Grande*, tornaram-se cadeiras públicas efetivas.

O Inspetor Escolar, Francisco Busato, que ocupava o cargo pela 3ª vez, enviou, em 4 de maio de 1895, ofício à Diretoria, em resposta a uma circular datada de 20 de abril, informando a necessidade da criação de quatro cadeiras efetivas no município. Isso significava, que as cadeiras de Veados e Ressaca já haviam sido criadas, faltando ainda as cadeiras dos demais povoados de Roça Grande, Ribeirão das Onças, Capivari e Antonio Prado.

Sendo assim, até agosto do ano de 1896, não mais havia escolas particulares nem subvencionadas no Município de Colombo, conforme relatou o Inspetor Escolar, Francisco Busato, em ofício ao Diretor da Instrução Pública do Estado (OFÍCIO, 1896, p.76).

Cumprе ressaltar que, em relação à efetivação das escolas, ainda que o governo tomasse algumas iniciativas estabelecendo decretos de criação de algumas escolas públicas nos demais povoados, a precariedade continuava ao longo dos anos. A criação de cadeiras não significava o seu provimento e funcionamento pleno.

Muitas vezes, o poder público por decretos, criava as escolas, mas não nomeava professores para atuar nelas. No ano de 1904, por exemplo, havia no Estado do Paraná 348 escolas públicas. Destas, somente 204 eram providas de professores. O restante das 144 escolas encontrava-se vaga. Situação semelhante ocorria no

Município de Colombo: das doze escolas públicas existentes, apenas cinco contavam com a nomeação de um professor no ano de 1904 (RELATÓRIO, 1904, p. 53).

Como discutimos anteriormente, os discursos empreendidos no início do período republicano em relação à melhoria do ensino, não correspondiam ao que se realizava efetivamente no âmbito educacional. Embora houvesse o aumento do número de escolas a fim de popularizar o ensino, tal medida não era suficiente para sanar os problemas com o ensino. Principalmente nas escolas localizadas distante dos centros urbanos, as quais apresentavam índices ainda mais problemáticos.

Segundo SCHENA (2002),

Constata-se que já nos primeiros anos da República as autoridades paranaenses enfatizavam a instrução do povo como sendo padrão por onde se poderia medir o estágio de civilização de uma nação. A instrução representava a base estável da prosperidade pública. Não obstante a defesa da educação estivesse na pauta dos discursos oficiais, essas idéias não se concretizavam com a mesma intensidade (SCHENA, 2002, p. 31).

Em 1896, além da efetivação daquelas escolas tornando-se públicas, uma nova escola foi criada no *povoado de Ribeirão de Fora*. Em 10 de abril daquele ano, Eulália Garcia de Lima iniciou as aulas como professora contratada na escola do Ribeirão de Fora. Eulália Garcia de Lima, que não tinha terminado a Escola Normal, solicitou naquele ano licença para concluí-la. Por quase um ano, a escola ficou fechada.

Em 23 de outubro de 1897, a professora Maria da Glória Branco Beer solicitou sua nomeação definitiva para aquela cadeira, que se achava vaga. A Diretoria da Instrução Pública propôs a ocupação provisória da cadeira até o término dos estudos da professora Eulália Garcia de Lima. A proposta foi aceita por Maria da Glória Branco Beer, permanecendo na regência até agosto de 1898. No ano seguinte a escola promíscua do povoado do Ribeirão de Fora passou a ser regida pela professora Carmelina Maurícia Belém; porém nenhuma informação foi encontrada sobre o funcionamento desta escola entre os anos de sua regência.

As informações referentes até o ano de 1907 são inexistentes. Neste ano foi nomeada a professora Julia Guimarães Portugal. Após dois anos de regência, no dia 20 de março de 1909, a professora comunicou a remessa dos mapas demonstrativos dos

alunos que haviam freqüentado a escola no ano de 1908. Juntamente a este documento, a professora informa as condições materiais da escola e solicita a entrega de novos mobiliários.

Os móveis d'esta escola constam de quatro carteiras usadas que me foram fornecidas pelo Sr. Dr. Sebastião Paraná, quando Inspetor Escolar da Capital. Os livros existentes são: o de matrícula e o de visita. Esta escola necessita de mais carteiras, de uma mesa e de bancos para acomodar o crescido número de alunos que a ella freqüentam (OFÍCIO, 1909, p. 28).

Não foi possível localizar a resposta a este documento. De modo geral, a mobília não era entregue às escolas apesar da necessidade. A professora Julia Guimarães Portugal permaneceu na regência desta escola até junho do ano de 1912. Conforme ofício enviado pelo Inspetor Escolar José Leal Fontoura, ao Diretor da Instrução Pública em 20 de agosto de 1912, a escola promíscua do povoado de Ribeirão de Fora encontrava-se fechada.

Quadro 8			
Relação dos professores da escola do povoado de Ribeirão de Fora de 1896 a 1912.			
Localidade	Professor	Tempo de Trabalho	
Ribeirão de Fora	Eulalia Garcia de Lima	Abril/1896	Dezembro/1896
	Maria da Gloria Branco Beer	Outubro/1897	Agosto/1898
	Carmelina Mauricia Belém	Novembro/1899	---
	Julia Guimarães Portugal	Julho/1907	Junho/1912

Fonte: DEAP. Correspondências do Governo. 1896 a 1912.

A escola da *Colônia Presidente Faria* passou a enviar seus documentos ao inspetor escolar responsável pelas escolas do Município de Colombo no ano de 1899. Até esta data, os documentos referentes às escolas desta colônia eram enviados por Inspetores Escolares do Município de Campina Grande do Sul. A escola era regida desde o ano de 1894 pela professora Joanna Antonelli. A Colônia Presidente Faria situava-se na divisa entre os dois municípios, porém seu território pertencia ao Município de Colombo. Não se encontrou nenhum documento que explicasse a transferência das responsabilidades da inspeção escolar daquela colônia para a jurisdição do Município de Colombo somente a partir daquele ano.

Conforme observa-se na tabela abaixo, a escola era promíscua e tinha a seguinte freqüência de alunos no ano de 1899:

Tabela 2			
Tabela de alunos matriculados na escola promíscua da Colônia Presidente Faria em 1899			
1º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	40	17	23
2º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	40	17	23
3º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	-	-	-
4º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	-	-	-
Fonte: DEAP. Correspondência do Governo. Códice 102, fl. 29, 1899.			

É possível observar que, nos dois últimos trimestres do ano de 1899, não houve freqüência; a escola foi fechada e assim permaneceu até o ano de 1903, quando a professora Amélia da Silva Perreira assumiu a regência. A escola neste ano era freqüentada por 30 alunos, sendo 1 menina e 29 meninos (CÓDICE, 1905, p.9).

A escola funcionava em precárias situações: havia somente quatro bancos-carteiras cedidos pelo governo; faltavam a mesa do professor, o quadro negro e outros materiais.

Provavelmente, podemos inferir que a escola foi fechada porque nenhum documento foi encontrado fazendo referência ao seu funcionamento durante os anos de 1900 a 1902. Além disto, em alguns documentos referentes às escolas do Município de Colombo, constavam somente o nome da localidade e a informação da existência de uma escola; quanto ao funcionamento da escola, professor e alunos, os campos dos documentos encontravam-se em branco.

Em 26 de março de 1904, a professora Amélia da Silva Perreira pediu sua remoção da escola promíscua da Colônia Presidente Faria para a também promíscua escola do Novo Tirol, Município de Deodoro (Piraquara). Em 16 de abril, a cadeira da colônia foi solicitada pela professora Julia de Oliveira e Silva. O pedido foi deferido e Julia de Oliveira e Silva ficou no cargo até outubro daquele ano, quando faleceu.

Em 5 de novembro, a cadeira foi solicitada ao Diretor da Instrução Pública, Reinaldo Machado, pela professora que regia a escola da Colônia Virmond, Município da Lapa, Maria Joanna da Costa Lobato. O pedido foi indeferido e o motivo não foi declarado.

Em janeiro de 1905, entrou em exercício naquela escola Escolástica de Castro Macedo, que havia sido removida da escola promíscua da cidade de Santo Antonio da Platina. Após quatro meses de regência na escola, a professora Escolástica de Castro Macedo solicita 15 dias de licença. Em 18 de junho, solicitou mais um mês de prorrogação da licença; este pedido foi novamente deferido. A professora Escolástica de Castro Macedo permaneceu lecionando naquela escola somente até maio de 1906; no dia 11, solicitou sua aposentadoria e o pedido foi aceito. De maio a agosto, a escola permaneceu fechada.

Em 2 de setembro daquele ano, Maria da Luz de Souza Lopes solicitou ao Vice Presidente do Estado, João Candido Ferreira, sua nomeação efetiva para aquela cadeira; em 20 de setembro, a escola passou a ser regida por aquela professora. A frequência era de 26 alunos (OFÍCIO, 1906, p.48).

O período de regência dessa professora foi marcado por inúmeras licenças. Foram quatro licenças de longos períodos que deixaram a escola praticamente sem funcionamento. Em março de 1907, a professora Maria da Luz de Souza Lopes solicitou 15 dias de licença: essa teria sido sua primeira licença naquela escola. Durante o restante do ano as aulas funcionaram regularmente. Entretanto, nos anos posteriores, a professora Maria da Luz de Souza Lopes quase não permaneceu na escola: os pedidos de licença eram constantes.

Em 25 de maio de 1908, a professora solicitou 15 dias de licença. Ao término do prazo da licença, pediu prorrogação de mais dois meses e, em 28 de agosto, solicitou mais 30 dias. Ou seja, no ano de 1908, somando todos os períodos de licenças, as aulas permaneceram interrompidas por quatro meses.

Reassumindo as aulas no dia 24 de setembro, a professora solicitou um ano de licença. A escola permaneceu fechada durante todo o ano de 1909. Com a ausência da professora e o fechamento da escola naquele ano, em maio de 1910, os pais dos

alunos enviaram ao Diretor da Instrução Pública, Artur Cerqueira, um requerimento reivindicando a reabertura da escola naquele ano. No documento constavam 27 assinaturas, e, ao lado de cada assinatura, constava o número de filhos. Somando o número de filhos descrito ao lado de cada assinatura, têm-se um total de 90 crianças; mas este número não indicava somente crianças em idade escolar, incluía também crianças que ainda não freqüentavam a escola.

O Inspetor Escolar Olivério Cortes Taborda, como medida provisória para remediar o problema, solicitou ao Diretor da Instrução Pública a nomeação provisória de Joanna Taverna, imigrante italiana e moradora da colônia. Além do pedido, comunicou que Joanna Taverna já estava substituindo os trabalhos da professora Maria da Luz de Souza Lopes, ensinando às crianças, desde o dia 1 de janeiro daquele ano, uma vez que os pais não queriam ver seus filhos sem aulas por mais um ano.

Segundo o Inspetor Escolar José Leal Fontoura, nomeado no ano de 1912, nenhuma medida foi tomada pela Diretoria da Instrução Pública, embora muitas fossem as reclamações.

Tenho a honra de informar-vos que a população daquela colônia por várias vezes tem reclamado contra a falta de aula ali, pois que a aludida professora que ocupa aquela cadeira a muitos anno, pouco tem feito em benefício da instrução em virtude de se achar constantemente fora do exercício de seu cargo em gozo de licença (OFÍCIO, 1912, p. 241).

Esta escola promíscua da Colônia Presidente Faria continuou fechada durante o ano de 1910. A professora Maria da Luz de Souza Lopes continuou regendo a escola entre os anos de 1911 a 1914. Joanna Taverna foi nomeada provisoriamente em 29 de maio de 1913. A nomeação era provisória possivelmente para substituir a professora Maria da Luz de Souza Lopes em algum período prolongado de licença, pois essa professora continuou regendo a escola com sucessivas licenças até 1914.

Quadro 9			
Relação dos professores da escola do povoado de Colônia Faria de 1894 a 1912.			
Localidade	Professor	Tempo de Trabalho	
Colônia Faria	Joanna Antonelli	1894	---
	Amelia da Silva Perreira	1903	Março/1904
	Julia de Oliveira e Silva	Abril/1904	Outubro/1904
	Escolastica de Castro Macedo	Janeiro/1905	Agosto/1906
	Maria da Luz de Souza Lopes	Setembro/1906	1914
	Joanna Taverna	Maio/1913	---

Fonte: DEAP. Correspondências do Governo. 1894 a 1912.

A escola do *povoado de Roça Grande* funcionou, até o ano de 1905, como escola masculina. Somente no ano de 1900 passou a funcionar como promíscua e foi regida pela professora Licéria Guimarães Navarro, esposa do professor da escola masculina da sede do município, Baldomero Navarro. O professor Manoel José Gomes Veiga, que ocupava a cadeira da escola de Roça Grande desde 10 de janeiro de 1898, faleceu no dia 14 de agosto de 1898, tendo sido substituído por Benedicto Eleutério Cabral. Este já havia sido professor desta escola em anos anteriores.

Em março de 1901, foi nomeado o professor José Correia Bittencourt Netto para reger a cadeira. Este professor atuou como ajudante na escola masculina da sede do Município de Colombo no ano de 1899. A frequência era de 22 alunos. Esse professor permaneceu regendo a cadeira até 1902, quando foi exonerado.

A escola ficou fechada por falta de professor até o ano de 1905, quando algumas famílias que residiam na localidade enviaram um abaixo-assinado contendo 52 assinaturas, solicitando a conversão daquela cadeira do sexo masculino para promíscua. Com isso, poderia ser nomeada a professora Maria Plácida Alves de Souza, esposa do professor Ignácio Alves de Souza Filho, da escola masculina da sede do município. O deferimento do pedido de conversão da cadeira e nomeação da professora Maria Plácida Alves de Souza ocorreram no dia 17 de maio do mesmo ano.

Um ano depois, em 24 de março de 1906, a professora enviou um ofício comunicando os móveis escolares de que necessitava sua escola. Conforme o ofício:

Os móveis mais necessários n'esta escola são os seguintes:
Oito carteiras com os respectivos bancos tendo cada uma capacidade para caber cinco creanças;

Uma mesa com gaveta, tendo 1m 15cm de comprimento por 0,80 cm de largura;
Um quadro preto;
Um mappa do Brasil ou do Paraná (OFÍCIO, 1906, p.62).

É interessante ressaltar que a professora pediu oito carteiras com capacidade para cinco alunos, ou seja, o mobiliário deveria abrigar cerca de 40 alunos. Mas, conforme o mapa estatístico de matrícula da escola, no ano de 1907, o número de alunos era superior a 40.

Tabela 3			
Tabela de alunos matriculados na escola promíscua do povoado de Roça Grande em 1907.			
1º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	49	31	18
2º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	48	29	19
3º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	42	29	13
4º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	42	27	15
Fonte: DEAP. Correspondência do Governo. Códice 102, fl. 05, 1907.			

É bem verdade, como vimos anteriormente, que na maioria das vezes o número de matrícula não correspondia exatamente ao número de freqüência. Com isso, a professora deve ter solicitado aquele número de carteiras baseada no total de alunos freqüentes, que era inferior a matrícula.

De modo geral, o número de alunos variava muito entre os anos, mas nota-se que o número de meninos é sempre maior. Segundo o Termo de Visita do Inspetor Escolar, Olivério Cortes Taborda, no ano de 1910, a escola era freqüentada por 26 alunos. Os motivos dessa variação não foram localizados nos documentos.

O inspetor no mesmo documento, também faz referência aos mobiliários, que eram “insuficientes e imprestáveis”.

Visitando a escola promíscua regida pela Exma Sr. D^a Placídia Alves de Souza, encontrei 26 alunos todos com bom comportamento, sendo justo que especialise os alunos Victória GrosKy e José Beira da Silva. A sala onde funciona a mesma escola reúne as condições higiênicas, não só pela limpeza, mas ainda por ser bastante espaçosa. Notei não serem suficientes as carteiras existentes assim como estão quase imprestáveis, sendo de urgente necessidade de substituí-las (OFÍCIO, 1910, p.221).

Em relação a esta referência feita pelo Inspetor, convém observar que, apesar de a professora Maria Placília Alves de Souza ter pedido móveis novos para abrigar 40 alunos em 1906, em 1910 os móveis ainda eram insuficientes para atender 26 alunos.

Ocorria que os móveis dificilmente eram entregues pela Diretoria da Instrução Pública. Além disso, a maioria das carteiras existentes eram emprestadas. Neste caso, cada aluno levava sua carteira⁵¹. Quando terminava os anos de estudos na escola, tomava-a novamente. Assim, se o mobiliário não era providenciado pelo estado, estava sempre em falta nas escolas.

A professora Maria Placília Alves de Souza permaneceu ainda da regência desta escola após o ano de 1912. Seu esposo, Ignácio Alves de Souza Filho, regia a escola masculina da sede do município desde o ano de 1902, assim, devido a conveniência de ambos residirem no mesmo município e de realizarem bons trabalhos junto as escolas em que lecionavam, sendo sempre elogiados, puderam permanecer por um bom tempo regendo as cadeiras daquelas escolas.

Quadro 10			
Relação dos professores da escola do povoado de Roça Grande de 1886 a 1912.			
Localidade	Professor	Tempo de Trabalho	
Roça Grande	Benedicto Eleutério Cabral	Maio/1886	1982
	Domingos José Belém	Maio/1892	---
	Guilhermina Maria da Silva	Junho/1893	---
	Benedicto Eleutério Cabral	Julho/1895	Setembro/1896
	Manoel José Gomes Veiga	Janeiro/1898	Agosto/1898
	Benedicto Eleutério Cabral	Agosto/1898	Stembro/1899
	Liceria Guimarães Navarro	Fevereiro/1900	---
	Jose Correa Bitencourt Netto	Março/ 1901	1902
	Maria Placidia Alves de Souza	Maio/1905	---

Fonte: DEAP. Correspondências do Governo. 1886 a 1912.

⁵¹ Do mobiliário escolar abordado neste estudo, foram identificados dois modelos: o mobiliário escolar composto por bancos contínuos acompanhados por uma mesa da mesma medida, onde os alunos ficavam acomodados todos juntos; e o mobiliário composto por bancos-carteiras. Esse último correspondia a um banco e uma mesa individual. Provavelmente o que os alunos providenciavam particularmente eram os bancos-carteiras, os quais poderiam ser construídos pelos pais e emprestados à escola. em alguns documentos foram encontrados informações de que o mobiliário escolar providenciado pelos alunos teria sido simples caixotes de madeira.

Em 15 de março de 1902 passou a assumir a regência da escola do *povoado do Ribeirão das Onças* a professora Maria da Luz Mello. Devido às péssimas condições da casa que abrigava a escola, um ano depois, a professora Maria da Luz Mello pediu remoção para a cadeira promíscua do Xaxim. Para substituí-la foi nomeada a professora Maria Rita de Mendonça. Esta permaneceu até janeiro de 1905, quando também solicitou remoção.

A cadeira foi solicitada pela professora Joanna da Costa Lobato, mas foi negada. Somente em junho de 1906 a escola foi reaberta tendo como regente a professora Maria Joaquina Guimarães. Está era irmã das professoras: Roza Ferreira Guimarães Cabral e Felicidade Ferreira Guimarães e Silva e Adelaide Ferreira Guimarães Pinheiro; e permaneceu por mais de seis anos regendo a escola.

Quadro 11			
Relação dos professores da escola do povoado de Ribeirão das Onças de 1890 a 1912.			
Localidade	Professor	Tempo de Trabalho	
Ribeirão das Onças	Antonio Manoel Goulart	Fevereiro/1890	Abril/1891
	Januario Alipio do Pilar	Junho/1891	1892
	João Romão do Pilar	Maio/1892	---
	Maria da Luz Mello	Março/1902	---
	Maria Rita de Mendonça	---	Janeiro/1905
	Maria Joaquina Guimarães	Junho/1906	---

Fonte: DEAP. Correspondências do Governo. 1890 a 1912.

Na *Colônia Antonio Prado*, o professor António Thomé de Carvalho, que havia assumido a regência daquela escola em abril de 1898, no início do ano de 1899, após as férias, abandonou o cargo sem declarar os motivos. Foi substituído pelo professor Vidal Natividade da Silva, nomeado efetivamente para aquela cadeira. Este, por sua vez, permaneceu somente quatro meses nesta escola, saindo para assumir o cargo de ajudante na primeira cadeira do sexo masculino da Capital.

Mesmo que os motivos não estejam evidentes em nenhum documento, pode-se refletir sobre as razões que poderiam ter levado o professor Antonio Thomé de Carvalho a abandonar aquela escola. Provavelmente eram as mesmas que motivavam o abandono de professores em outras escolas. O fato de a escola ter alunos de três

nacionalidades - polonesa, italiana e brasileira - talvez tenha sido a causa do abandono do cargo, pois exigia muito esforço do professor.

Além do mais, era mais conveniente lecionar nas escolas da capital, pelo fato da centralidade da escola e da representatividade que adquiriria o professor. Enquanto que nas escolas dos povoados, havia a dificuldade de acesso à escola, devido à sua localização distante da capital, principalmente se o professor não residisse na região. Havia também a impossibilidade de receber auxílio material do governo, fazendo com que o próprio professor se encarregasse de sua manutenção, desencadeando o abandono as aulas por não ter condições de realizar tais gastos.

Após a desistência destes dois professores em apenas seis meses, no dia 08 de agosto de 1899, foi contratado para reger aquela cadeira Luiz Antoniacomi, imigrante italiano e morador da colônia. Este professor foi exonerado no dia 4 de agosto de 1902. Nos documentos não constava o motivo. Durante sua regência, a freqüência era de 25 alunos.

A escola masculina da Colônia Antonio Prado ficou fechada a partir do ano de 1902. Sem escola na colônia, os pais providenciaram uma escola particular em 1904. Esta era regida por Martha Hecke e contava com uma freqüência de 36 alunos, sendo todos de origem polonesa (REQUERIMENTO, 1904, p.69). A professora Martha Hecke tentou conseguir subvenção e inserir seu nome no quadro de professores do magistério público paranaense, mas seu requerimento não foi deferido.

No ano de 1905, alguns moradores enviaram ao Vice Presidente do Estado, João Candido Ferreira, um abaixo-assinado contendo 51 assinaturas, solicitando a reabertura da escola masculina e a nomeação do professor Antonio Alves de Souza.

Não foi localizada qualquer informação acerca do deferimento, ou não, do abaixo-assinado. Entretanto, alguns indícios indicam que o pedido não foi deferido, pois de acordo com a documentação analisada, em 18 de abril de 1906, Julieta da Silva solicitou sua remoção da escola da cidade de Tibagi para a escola promíscua da Colônia Antonio Prado. Segundo a professora Julieta da Silva, a cadeira estava vaga devido ao fato de a antiga professora, Paulina Alves, ter se aposentado. Uma vez que havia sido convertida em promíscua, o fato de a escola ter a vaga para uma professora

indica que a escola masculina não fora reaberta; tendo em vista que professoras não lecionavam em escolas masculinas.

O pedido feito pela professora Julieta da Silva não foi aceito. Em maio de 1906, a escola da Colônia Antonio Prado iniciou os exercícios tendo como regente a professora Amélia França Gomes. Esta permaneceu na regência desta escola até agosto, quando solicitou permuta de cadeira com a professora Saphyra Ferreira da Costa Souza regente na Vila de Tamandaré. O pedido foi deferido pela Diretoria de Instrução Pública e a professora Saphyra Ferreira da Costa Souza assumiu a regência da escola da Colônia Antonio Prado em agosto de 1906 e permaneceu até abril de 1908. No ano de 1907, a escola tinha a seguinte freqüência:

Tabela 4			
Tabela de alunos matriculados na escola promíscua da Colônia Antonio Prado em 1907.			
1º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	54	30	26
2º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	56	31	25
3º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	55	28	27
4º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	-	-	-
Fonte: DEAP. Correspondência do Governo. Códice 102, fl. 05, 1907.			

Os dados do último trimestre não constam na tabela. Isso pode indicar que não houve aulas neste período. E era comum a falta de aulas. Por outro lado, a professora poderia não ter enviado a Diretoria os dados referentes a esse período, o que também era comum.

Em maio de 1908, assumiu a cadeira desta escola a professora Maria da Luz Cordeiro Cercal. Devido a escassez de algumas fontes, não foi possível saber por quanto tempo esta professora permaneceu. Somente localizou-se as informações que em junho de 1909 a escola passou a ser regida por Mercedes Ricardina de Souza Wallbach e, em 23 de outubro de 1911, a escola passou a ser regida pela professora Anália Agner Kendrick.

Quadro 12			
Relação dos professores da escola do povoado de Antonio Prado de 1887 a 1912.			
Localidade	Professor	Tempo de Trabalho	
Antonio Prado	Maria D' Assunção Gonçalves	1887	Outubro/1887
	José Fabris	Junho/1892	Maio/1897
	Antonio Thomé de Carvalho	Abril/1898	Fevereiro/1899
	Vidal Natividade da Silva	Março/1899	Junho/1899
	Luiz Antoniacomi	Agosto/1899	Agosto/1902
	Martha Hecke	Abril/1904	---
	Paulina Alves	---	---
	Amelia França Gomes	Maio/1906	Agosto/1906
	Saphyra Ferreira da Costa e Souza	Agosto/1906	Abril/1908
	Maria da Luz Cordeiro Cercal	Maio/1908	---
	Mercedes Ricardina de Souza Wallbach	Junho/1909	---
	Analia Agner Kendrick	Outubro/1911	---

Fonte: DEAP. Correspondências do Governo. 1887 a 1912.

As relações de parentesco também marcaram presença, por muito tempo, no processo de constituição dessas escolas, especialmente no tocante à organização docente das escolas. Domingos José Belém, professor do *povoado de Ressaca*, faleceu em 26 de setembro de 1898, e foi substituído por sua filha Carmelina Maurícia Belém, irmã da professora Alexandrina Maurícia Belém.

Em 22 de março de 1900, o professor Ignácio Alves de Souza Filho assumiu o exercício na escola masculina do povoado de Ressaca como professor efetivo. Dois anos depois, em 14 de abril de 1902, Walfrido Camargo Bitencourt foi nomeado provisoriamente para assumir a cadeira deste povoado. E em 30 de março de 1904, a professora Captulina de Carvalho pede sua nomeação para a cadeira de Ressaca: no entanto, o pedido é negado, pois a cadeira era para o sexo masculino. Capitulina de Carvalho só poderia ser nomeada se a cadeira fosse convertida para o sexo feminino ou promíscua.

Convém observarmos que as constantes trocas de professores também causavam uma mudança na classificação das cadeiras. Segundo o Regulamento de Instrução Pública de 1901, somente professores poderiam lecionar em escolas masculinas e professoras poderiam reger as escolas femininas e promíscuas. Segundo SOUZA (2004), essa relação teria a função de preservar a presença de professores homens no ensino dos meninos, assegurando o exemplo da masculinidade. O mesmo

deveria acontecer com as mulheres nas escolas femininas. Já nas escolas promíscuas, a figura feminina era justificada pela relação com a figura materna.

Assim, à medida que professores eram nomeados, se a cadeira fosse feminina ou promíscua deveria ser convertida para masculina; do mesmo modo, se ocorresse a nomeação de professoras a uma cadeira masculina, esta deveria ser convertida em promíscua ou feminina. Neste caso, a nomeação de um professor ou uma professora determinaria a permanência ou a conversão da escola como promíscua, feminina ou masculina.

A conversão de cadeira foi muito mais freqüente nas escolas localizadas nos povoados. Nos primeiros anos do século XX, foi marcado também por um aumento das mulheres no magistério primário. Por falta de professores muitas escolas masculinas foram convertidas em promíscuas ou femininas; essa prática foi mais freqüente, no caso das escolas estudadas nesta pesquisa, do que a prática de converter as escolas promíscuas ou femininas em escolas masculinas.

Tendo sido indeferido o pedido da professora Capitulina de Carvalho naquele ano, a escola do povoado de Ressaca ficou fechada nos anos de 1904 e 1905. Somente pelo decreto de 22 de maio de 1906, o Diretor da Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, converteu a cadeira do sexo masculino do povoado de Ressaca em cadeira promíscua. Neste período, assumiu a regência desta escola a professora Cecília Perreira, que havia sido removida da cidade de Palmeira. Cecília Perreira assumiu o exercício no dia 7 de junho de 1906.

Em 12 de novembro de 1906, a professora Cecília Perreira enviou um ofício ao Diretor da Instrução Pública, Artur Cerqueira, respondendo à circular enviada aos professores que solicitava a declaração dos objetos que constavam na escola. Segundo a professora, a escola dispunha de objetos e mobiliário fornecidos pelos pais dos alunos. A situação não era diferente das demais escolas, contempladas neste estudo ou, ainda, das escolas paranaenses nesse período.

É interessante ressaltar neste documento a questão do mobiliário.

Respondendo o vosso offício-circular de 27 de outubro findo, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex^a que a escola pública sob minha regência e com sede

neste povoado, acha-se mobiliada com objetos e utensílios particularmente fornecidos pelos paes dos alumnos matriculados na referida escola, não possuindo mesmo um único móvel de propriedade do governo.

O seu mobiliário pertencente a diversas famílias, consta de 1 mesa, 1 cadeira, 8 bancos compridos de systema antigo e 1 quadro negro. Pelo exposto acima, Vera a VEx^a que esta escola precisa de 10 bancos-carteiras, 1 mesa, 2 cadeiras, 1 quadro negro e 1 talha para água, a fim de serem restituídos aos seus donos os móveis actualmente existentes aqui (OFÍCIO, 1906, p.67).

A professora Cecília Perreira informou que a escola era composta por “oito bancos compridos de systema antigo”. Esse mobiliário refere-se a bancos contínuos acompanhados por uma mesa do mesmo comprimento - embora esta não conste na declaração – nos quais os alunos acomodavam-se juntos, um ao lado do outro.

É interessante perceber que, quando Cecília Perreira solicitou novos mobiliários para os alunos, referiu-se a bancos-carteiras. Embora sem saber as medidas exatas daqueles oito bancos, podemos afirmar que dez bancos-carteiras seriam insuficientes para acomodar o número de alunos que os oito bancos antigos poderiam acomodar, considerando que os novos bancos-carteiras não eram individuais e sim, duplos. Pelo que consta nos documentos analisados, esses bancos-carteiras passaram a ser utilizados nos primeiros anos do século XX.

SOUZA (1998, p.140), afirma que com a disseminação das idéias republicanas em relação ao ensino, o mobiliário escolar ganha atenção de profissionais que se lançam no debate sobre o melhor modelo a ser inserido nas escolas. Os modelos de bancos-carteiras tornavam-se dispositivos fundamentais para a disciplinarização do corpo. Mantinha a distância dos outros alunos evitando o contato com outros corpos, e o risco de brincadeiras perniciosas; facilitava também a acomodação dos alunos, a concentração e conseqüentemente a aprendizagem.

A professora Cecília Perreira regeu a escola somente no ano de 1906. No ano de 1907, inicia a regência a professora Maria Leocádia Pinheiro Brandão Pontes, porém não permaneceu por muito tempo, pois foi removida (a seu pedido) para a escola da cidade do Taboão.

Em 21 de junho de 1907, a professora Julina de Sá Sottomaior Ramos, que regia provisoriamente a cadeira promíscua da cidade de Palmeira, solicitou remoção para a

escola do povoado de Ressaca. O pedido foi negado embora a escola estivesse vaga devido à remoção da professora Maria Leocádia Pinheiro Brandão Pontes.

Em 1 de julho de 1907, assumiu o exercício na escola do povoado de Ressaca a professora Anna Zander, que foi removida da escola feminina da sede do Município de Colombo. A freqüência da escola no último trimestre era de 40 alunos. Não foi possível, pela ausência de documentos, reconhecer como se deu a organização desta escola em anos posteriores.

Quadro 13			
Relação dos professores da escola do povoado de Ressaca de 1890 a 1912.			
Localidade	Professor	Tempo de Trabalho	
Ressaca	Ercilia Espinola de Bittencourt	Julho/1890	Março/1892
	Alexandrina Maurícia Belém	Abril/1892	---
	Domingos José Belém	Agosto/1895	Setembo/1898
	Carmelina Maurícia Belém	Setembro/1898	---
	Ignacio Alves de Souza Filho	Março/1900	1902
	Walfrido Camargo Bitencourt	Abril/1902	---
	Cecília Perreira	Junho/1906	1906
	Maria Leocadia Pinheiro Brandão	Janeiro/1907	Junho/1097
	Anna Zander	Julho/1907	---

Fonte: DEAP. Correspondências do Governo. 1890 a 1912.

Roza Ferreira Guimarães Cabral professora da escola do *povoado do Capivari* desde de agosto de 1894, solicitou em setembro de 1900 sua exoneração. Naquele mesmo mês, assumiu no seu lugar a regência desta escola a irmã de Roza Ferreira Guimarães Cabral, Felicidade Ferreira Guimarães e Silva. Esta última professora havia sido removida (a seu pedido) para a escola do povoado de Veados. Respondendo a uma circular da Diretoria da Instrução Pública datada de 1906, informou as condições materiais da escola. De acordo com o documento, o maior problema era com o mobiliário, sendo necessário o provimento, pois os que existiam na escola eram emprestados pelos pais dos alunos (OFÍCIO, 1906, p.63).

No ano seguinte, em setembro, a escola passou a ser regida por sua irmã: Adelaide Ferreira Guimarães Pinheiro. A professora Adelaide permaneceu até junho de 1907, quando solicitou sua remoção para a escola do povoado do Morro Grande. Neste mesmo ano, assumiu a regência da escola do povoado do Capivari a professora Olga

Gonçalves Cordeiro Guimarães. Esta permaneceu até o ano de 1912, quando faleceu e foi substituída por Rosa Ferreira Bordignon.

Quadro 14			
Relação dos professores da escola do povoado de Capivari de 1890 a 1912.			
Localidade	Professor	Tempo de Trabalho	
Capivari	Antonio Manoel Goulart	Fevereiro/1890	Março/1893
	Eduardo Martins da Costa	Junho/1893	1894
	Rosa Ferreira Guimarães Cabral	Agosto/1894	Setembro/1900
	Felicidade Ferreira Guimarães e Silva	Setembro/1900	1906
	Adelaide Ferreira Guimarães Pinheiro	Agosto/1906	Junho/1907
	Olga Gonçalves Cordeiro Guimarães	Outubro/1907	Agosto/1912
	Rosa Ferreira Bordignon	Setembro/1912	---

Fonte: DEAP. Correspondências do Governo. 1890 a 1912.

A escola do *povoado de Veados* teve um funcionamento semelhante às escolas nos demais povoados. Até 1900, a escola tinha sido regida por seis professores. Em janeiro de 1900, era a professora Felicidade Ferreira Guimarães e Silva quem regia esta escola desde novembro de 1897. No dia 23 de agosto de 1900, a professora pediu para ser removida para a cadeira promíscua do povoado do Capivari. Esta cadeira era ocupada pela sua irmã, Rosa Ferreira Guimarães Cabral, que foi nomeada em agosto de 1894. O pedido de remoção não foi aceito, pois, no quadro geral das escolas do estado, aquela escola já estava provida.

Sendo negada a solicitação, em 17 de setembro de 1900, Rosa Ferreira Guimarães Cabral (professora da escola do Capivari) solicitou sua exoneração. A professora Felicidade Ferreira Guimarães e Silva, por sua vez, solicitou cinco dias depois a remoção para aquela cadeira, sendo esta solicitação deferida.

Em janeiro de 1901, a escola de Veados passou a ser regida pela professora Lavínia Setembrina de Mello. Esta permaneceu apenas no ano de 1901 na regência da escola. Segundo o mapa estatístico da escola, o número de matrículas durante aquele ano foi de 22 alunos (CÓDICE, 1901, p. 7).

Entre os anos de 1903 a 1907 a escola ficou fechada pela falta de professores. Somente em abril de 1908, passou a ser regida pela professora Geraldina da Cunha Vianna. Em 1910, a escola permaneceu fechada. Voltou a funcionar no dia 1 de junho

de 1911 com a nomeação da professora Judith Macedo. Em julho de 1912, a escola estava sob a regência de Julia Guimarães Portugal, que havia sido removida da escola do povoado de Ribeirão de Fora.

Quadro 15			
Relação dos professores da escola do povoado de Veados de 1882 a 1912.			
Localidade	Professor	Tempo de Trabalho	
Veados	José Marcelino da Rosa	Fevereiro/1882	Dezembro/1887
	Maria Clara Parigot	Março/1890	---
	Ana Fontura de Faria	Maio/1893	---
	Maria Leocádia Pinheiro Brandão	Janeiro/1895	---
	Jose Tabora Pereira	Abril/1896	Julho/1896
	Felicidade Ferreira Guimarães e Silva	Novembro/1897	Setembro/1900
	Lavinia Setembrina de Mello	Janeiro/1901	Dezembro/1901
	Geraldina da Cunha Vianna	Abril/1908	Dezembro/1909
	Judith Macedo	Junho/1911	---
	Julia Guimarães Portugal	Julho/1912	---

Fonte: DEAP. Correspondências do Governo. 1882 a 1912.

Até o ano de 1900, havia escolas nos seguintes povoados: *Veados (1882)*, *Roça Grande (1886)*, *Ressaca (1890)*, *Capivari (1891)*, *Ribeirão das Onças (1891)*, *Colônia Antonio Prado (1892)*, *Colônia Presidente Faria (1894)* e *Ribeirão de Fora (1896)*.

Nas primeiras décadas do século XX, mais três escolas foram criadas no município: uma escola pública masculina no povoado denominado Morro Grande; uma escola pública promíscua no povoado de Varginha; e uma escola particular, no povoado de Cercadinho.

A escola do *povoado de Varginha* foi criada em 21 de março de 1901. A primeira professora nomeada foi Emília Stier Brito. A escola era promíscua e tinha uma freqüência de 21 alunos no ano de sua criação. Foram localizados poucos documentos que pudessem trazer mais informações sobre essa escola, não sendo possível indicar nem mesmo se continuou a funcionar nos anos posteriores.

Ainda em 1901, foi criada também a escola do *povoado de Morro Grande*. A escola era masculina e ficou até o ano de 1902 sem ser provida por um professor, quando em abril deste mesmo ano foi nomeado para rege-la o professor João Falarz. Em 25 de maio de 1905, o professor Joaquim Ribeiro Braga solicitou a nomeação

efetiva para aquela cadeira. A resposta da Diretoria de Instrução Pública foi negativa, pois sua nomeação implicaria aumento de despesas.

Esta escola começou a funcionar novamente somente em junho de 1907 com a conversão da cadeira para promíscua e com a nomeação efetiva da professora Adelaide Ferreira Guimarães Pinheiro. A freqüência dos alunos era de 23 alunos.

A professora Adelaide Ferreira Guimarães Pinheiro permaneceu por apenas um ano na regência da escola. De acordo com um ofício enviado ao Diretor da Instrução Pública, Artur Cerqueira pelo Inspetor Escolar, João Gualberto Bittencourt, no dia 1 de janeiro de 1908 a professora Adelaide Ferreira Guimarães Pinheiro retirou-se da localidade sem informar a sua saída, neste caso considerou que a professora teria abandonado a escola. Durante o ano de 1908 a escola permaneceu fechada, porém durante este período vários professores solicitaram a nomeação para esta cadeira; nenhum foi aceito.

Em junho de 1909, a professora Julia Adolfina Gomes assumiu a regência da escola até o final daquele ano. Entre os anos de 1910 e 1911, a escola ficou fechada. Somente em 8 de maio de 1912, a professora Isolina de Lucca Ceccon, assumiu a regência da escola. Segundo o Inspetor Escolar, José Leal Fontoura, a escola do povoado do Morro Grande apresentava naquele ano um bom funcionamento, tendo casa escolar apropriada compatível a população escolar (OFÍCIO, 1912, p.302).

Quadro 16			
Relação dos professores da escola do povoado de Morro Grande de 1902 a 1912.			
Localidade	Professor	Tempo de Trabalho	
Morro Grande	João Falarz	Abril/1902	---
	Adelaide Ferreira Guimarães Pinheiro	Junho/1907	Janeiro/1908
	Julia Adolfina Gomes	Julho/1909	Dezembro/1909
	Isolina de Luca Ceccon	Mai/1912	---
Fonte: DEAP. Correspondências do Governo. 1902 a 1912.			

A escola do *povoado do Cercadinho* foi aberta em 1910, como escola particular. O pedido de criação efetiva foi feito pelo Inspetor Escolar, Olivério Cortes Taborda neste mesmo ano e o pedido de subvenção foi feito pela professora que a mantinha, Maria Lydia Guimarães. Ambos os pedidos foram negados. A escola não foi

subvencionada nem se constituiu como cadeira pública efetiva durante o período contemplado por essa pesquisa. Foi contemplada no trabalho porque demonstrava uma iniciativa pela institucionalização do ensino.

A escola particular do Cercadinho foi aberta em 1910, pois havia um número significativo de crianças sem escola naquele povoado. Neste ano, a escola do povoado de Veados, próximo ao povoado do Cercadinho, não tinha uma frequência regular, atendendo poucos alunos e ficando, durante meses sem funcionamento. O Inspetor Escolar Olivério Cortes Taborda, em 11 de junho de 1910, enviou um ofício pedindo que a escola do povoado de Veados fosse fechada. Conforme o documento abaixo citado, propunha o inspetor:

Tendo a professora do povoado de Veados deste município, pedido e obtido aposentadoria e como é necessário substituí-la lembro a V.Exa. uma medida que julgo-a de summa importância é ella a seguinte: transferir a escola d'aquelle povoado para o logar "Cercadinho" onde existe para mais de 30 crianças sem escola não ficando aquelle povoado prejudicado em virtude de estar a escola do Ribeirão de Fora assim como a do Ribeirão das Onças próximas aquelle bairro podendo seus alunnos freqüentar a escola, sendo portanto de inteira justiça espero que V.Exa. acolherá mais este pedido (OFÍCIO, 1910, p.201).

A escola de Veados, que tinha sido a primeira escola particular nos povoados do município, parecia não estar mais cumprindo sua função devido ao pequeno número de crianças que atendia. Entretanto, mesmo diante da pouca frequência, a escola do povoado de Veados não foi fechada e o pedido do Inspetor escolar Olivério Cortes Taborda foi negado.

Por orientação do próprio Inspetor Escolar, os moradores do povoado do Cercadinho seguiram o caminho percorrido por todos os demais moradores quando desejavam a criação de uma escola pública: primeiramente houve a criação de uma escola particular e, após alguns meses de funcionamento, o pedido de subvenção.

Nota-se como o Inspetor Escolar, embora representasse o poder público na função de fiscalizar as escolas, apropriou-se também dessa autoridade em prol da comunidade orientando na abertura da escola e no modo mais fácil de conseguir a sua viabilização perante o governo.

Esta era a forma mais simples e, muitas vezes, até mesmo mais garantida de os pais de alunos de localidades distantes conseguirem a abertura e o funcionamento de uma escola pública.

No ano de 1911, em 5 de agosto, Maria Lydia Guimarães enviou um requerimento à Diretoria da Instrução Pública solicitando a subvenção de sua escola, aberta no povoado de Cercadinho. Segundo a professora, a escola era freqüentada por 40 alunos, conforme informava o documento em Anexo XII – Quadro 8.

O pedido não foi aceito naquele momento. Possivelmente a escola naquele povoado tenha sido efetivada em anos posteriores a 1912, período que extrapola o limite desta pesquisa. Até este período, a escola continuou funcionando como escola particular.

A análise estabelecida neste capítulo apontou que diferentemente das escolas da sede do município, as escolas dos povoados foram constituídas por escolas particulares, subvencionadas e públicas. Mas, não estiveram aquém da precariedade da instrução pública paranaense, pelo contrário, demonstravam os problemas pelos quais o ensino público passava.

Convém ressaltar, que dois problemas permearam a organização destas escolas: o primeiro, foram as constantes trocas de professor e, conseqüentemente as interrupções nas aulas acarretando um ensino fragmentado e um funcionamento irregular. A maioria dos professores que regeram as escolas dos povoados eram pessoas sem habilitação para o magistério público. Os que eram admitidos por contrato, ao completar um ano de regência foram substituídos por outros, além do mais, alguns professores não permaneceram nem mesmo pelo prazo estabelecido no contrato, pois as condições de trabalho apresentadas ao professor eram péssimas (parcos salários, distância da sede do município ou da capital, acarretando em problemas como a dificuldade de atendimento do inspetor escolar, envio de materiais entre outros). Aos professores que eram habilitados ou efetivos, as más condições de trabalho foram uma das principais causas para o abandono da regência ou o pedido de remoção e exoneração. Mesmo recebendo uma gratificação a mais, os professores efetivos sofriam com os problemas educacionais da época.

Aliado a esses, destacamos o segundo problema: a precariedade e a falta de materiais e mobiliário escolar. Muitos pedidos, diante da falta e inexistência de materiais e mobiliário escolar, foram feitos pelos professores e reforçados pelos inspetores escolares, porém, poucos foram atendidos. Na maioria das vezes eram os pais ou os professores que providenciavam o material escolar para dar continuidade aos trabalhos escolares.

Mas embora com muita precariedade e dificuldade, essas escolas conseguiram consolidar-se como instituições de ensino primário que compuseram o processo escolar do município. Tal consolidação ocorreu após as subvenções do governo e a criação efetiva de cadeiras públicas.

Como dissemos anteriormente, as escolas dos povoados foram fundamentais para compor e expandir o processo de escolarização primária no Município de Colombo nos primeiros anos de sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, verificou-se que a escola foi uma instituição central na formação do Município de Colombo. A importância atribuída à escola por parte dos primeiros imigrantes italianos que se estabeleceram na região no final do século XIX possibilitou o surgimento da escolarização no município.

Embora se tratando nos seus primórdios de uma colônia italiana, o processo de escolarização primária ocorreu através da abertura de escolas públicas. Para a comunidade italiana, a viabilização de escolas públicas era fundamental, pois tornava-se necessária a aprendizagem do português para estabelecer e facilitar as relações comerciais com a população brasileira. Surgem, neste contexto, até mesmo escolas noturnas em idioma português para atender o adulto imigrante.

As escolas étnicas não foram totalmente ausentes neste processo. Elas surgiram 25 anos depois e são freqüentadas pelos descendentes dos imigrantes, porém, nascidos já no Brasil, netos dos primeiros colonizadores italianos.

A viabilização das escolas públicas tanto atendeu aos objetivos dos imigrantes italianos, como possibilitou à população brasileira o acesso ao ensino institucionalizado. Não foram encontrados registros que indiquem a existência de escolas na região anterior à chegada dos imigrantes. Assim, acredita-se que a escola pública criada em 1882 na Colônia Alfredo Chaves, que originou o Município de Colombo, foi a primeira da região, viabilizando o ensino para imigrantes e brasileiros.

Após a abertura da primeira escola pública, o surgimento de novas escolas foi inevitável. Nos arredores da sede do município, onde existiam povoados eminentemente agrícolas habitados exclusivamente pela população brasileira, novas iniciativas escolares foram aparecendo. Estas consistiram em escolas particulares que, após alguns meses de funcionamento, eram subvencionadas pelo Estado, tornando-se, ao longo dos anos cadeiras públicas efetivas, ainda que permeadas por precariedades.

Com a ampliação do número de escolas, a da sede e a dos povoados, a escolarização primária foi se configurando, de modo que as escolas localizadas nos povoados eram fiscalizadas por inspetores escolares residentes na sede do Município

de Colombo. O vínculo que esses povoados mantinham com a sede do município era forte, pois na sede havia comércios e assistência médica e religiosa.

Em 1890, doze anos após a fundação da Colônia Alfredo Chaves, esta tornou-se “Villa”, passando a denominar-se Colombo. Em 1892, foi criada a primeira Câmara Municipal, quando deixa de ser vila e passa a ser Município de Colombo. A constituição do município foi reflexo das mudanças que estavam ocorrendo em todo país. Convém lembrar que o período era marcado pela transição do regime imperial para o republicano, que rumava para a industrialização e desenvolvimento do país, buscando a modernização da sociedade.

Esse movimento de renovação e transformação não se limitava apenas ao âmbito político, mas englobava os âmbitos econômico, social e educacional. Embora eminentemente agrícola, nos finais do século XIX e início do século XX, a região contou com um princípio de desenvolvimento industrial: foram criados estabelecimentos, como o moinho de fubá (além da uva, o milho era um dos principais cultivos), as serrarias para trabalhar a madeira, as ferrarias para a construção de equipamentos de ferro, os fornos de calcários para a produção da cal, as fábricas de massas e a de louça (a fábrica São Zacarias foi a primeira fábrica de louças artísticas do Paraná) além da casa comercial Puppi. Estes estabelecimentos incentivaram o desenvolvimento econômico e urbano do município de Colombo.

A religiosidade também é revelada como um aspecto central na constituição do município; a Igreja estava localizada num terreno alto, num lugar central da cidade, sendo construída neste período, uma monumental matriz.

Neste contexto, a escola seguia em consonância com as mudanças, embora ainda timidamente. Com a instalação da vila, a escola pública promíscua foi dividida entre escola feminina e escola masculina, havendo um aumento significativo no número de alunos. Essa separação, embora significasse um avanço, foi caracterizada pela precariedade pela qual passou o ensino paranaense naquele período.

O mesmo ocorria nas escolas localizadas nos povoados. Ainda que fossem criadas cadeiras efetivas que usufruíam pequeno apoio financeiro por parte do Estado,

a precariedade no funcionamento e a não permanência de professores lecionando nessas escolas, eram problemas que permaneciam.

Dois dos principais problemas verificados na organização do processo escolar, tanto do município como do próprio estado do Paraná, foi a falta de condições físicas adequadas para o funcionamento das escolas, como a falta do mobiliário escolar e a não permanência de professores por muito tempo na regência da escola. A falta de mobiliário suficiente para acomodar o número de alunos que freqüentavam as escolas, foi um problema muito reclamado pelos professores e identificado até mesmo pelas autoridades do ensino. No entanto, pouco se fez para solucioná-lo. Quanto a não permanência dos professores, essa era causada por diversos motivos entre os quais, as péssimas condições de trabalho.

Ainda que os discursos republicanos afirmassem uma renovação educacional, propondo uma maior atenção para o ensino, uma vez que seria a peça fundamental para a modernização da sociedade, na prática esse discurso só passaria a ser incorporado pelas autoridades do ensino paranaense a partir da segunda década do século XX, quando se iniciou um processo de disseminação das construções escolares em todas as cidades do Estado do Paraná.

Dessa forma, a organização escolar do Município de Colombo equiparou-se à precária organização escolar paranaense naquele período. Mesmo marcada pela precariedade, a escola colombense apresentava-se, no interior daquela comunidade, como uma instituição permeada pela representatividade política da sociedade na qual estava inserida: a escola era o espaço onde também se concretizavam as relações de poder. Geralmente os professores ou os inspetores escolares daquelas escolas eram pessoas ligadas a atividades políticas, exercendo papéis centrais na administração pública da região, ou eram pessoas com significativo poder econômico. Verificaram-se ainda, relações de parentescos entre professores.

Enfim, os primórdios da formação do Município de Colombo foram marcados pela forte relação entre religiosidade, trabalho e educação. A população depositava na escola a função de humanização e civilização do homem e a instrumentalização para o desenvolvimento econômico. Esta função era reforçada pela disseminação dos valores

republicanos que permeavam o período. Sendo a escola portadora do progresso da nação. Porém, no período contemplado por este trabalho, o papel atribuído à escola não efetivou-se, pois a escola foi permeada por problemas que impediram que a função depositada fosse desempenhada.

O objetivo deste trabalho foi mostrar como ocorreu o processo de escolarização primária no Município de Colombo – Paraná, entre os anos de 1882 a 1912, porém muitos aspectos foram abordados, mas não aprofundados, como: a formação de professores; a utilização e conteúdos dos livros didáticos, os materiais e mobiliários escolares; os exames escolares; entre outros. Sendo assim, esperamos também que esse trabalho possa fomentar o interesse de tornar esses aspectos acima citados, objetos de novas pesquisas para que possam ser aprofundados contribuindo para entender a história da educação paranaense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes**. São Paulo: Paulinas, v.I, 1987.

BALHANA, Altiva Pilati. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba: João Haupt & Cia, 1958.

_____. **Santa Felicidade**: uma paróquia veneta no Brasil. Curitiba: Fundação Cultural, 1978.

_____. **Arquivo da Paróquia de Santa Felicidade**. Boletim do Departamento de História da UFPR, nº 11. Curitiba: 1971

_____, Altiva Pilati; MACHADO, Pinheiro; WESTPHALEM, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BORGES, Abílio César. **Resumo da Grammatica Portugueza**: para uso das escolas. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 13ª ed., 1917.

COLBACCHINI, Pietro. Lê condizione degli emigranti nello stato di Paraná in Brasile. In: **La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa**. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968.

_____. Relazione a S. E. il Ministro degli steri. In: **La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa**. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968.

CORREA, Rosa Lydia Teixeira. **Conviver e sobreviver**: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880-1920). Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2000.

_____. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Caderno Cedes**, ano XIX, nº . 52, nov. 2000.

_____. Urbanidade e disciplinarização e o imigrante italiano nas relações: o Método Facile. Curitiba: **Educar**, nº . 17, 2000, p. 177– 196.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

DERGINT, Dario. **Sesmaria**. Curitiba: Departamento de Terras e Colonização, 1941.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FEDALTO, Pedro. **O centenário da Colônia Antonio Rebouças (1878-1978)**. Curitiba: Voz do Paraná, 1978.

FERRARINI, Sebastião. **A Imigração Italiana na Província do Paraná e o Município de Colombo**. Curitiba: Lítero Técnica, 1973.

_____, Sebastião. **Colombo**: centenário da imigração italiana. Curitiba: Lítero Técnica, 1979.

_____, Sebastião. **O Município de Colombo**. Curitiba: Champagnat, 1992.

FIGUEIRA, Alberico. **Almanack dos Municípios**. Curitiba: s/ed, 1922.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1991.

HAMILTON, David. Mudança social e mudança pedagógica: a trajetória de uma pesquisa histórica. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.6, 1992, p15.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.2, 1990, p.65-110.

INÁCIO, Marcilaine Soares. O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852). In: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; VAGO, Tarcísio Mauro (orgs.) **Histórias da Educação**: histórias de escolarização. Belo Horizonte: Horta Grande, 2004. p.23-36.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas do século XIX. In: Bastos, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.) **A escola elementar no século XIX**: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p.9-24.

LUCA, Paolo Emílio de. Della emigrazione europea ed in particolare de quella italiana, parte prima. Torino, 1909. In: HUTTER, Luci Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880 – 1889)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1972. p.149 – 150.

MIMESSE, Eliane. **A educação e os imigrantes italianos**: da escola de primeiras letras ao grupo escolar. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2001.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **O ensino primário na Província do Paraná (1853-1889)**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes, 1986.

RAMBO, Arthur Blasio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, Neide Almeida. (org.) **Etnia e Educação: a escola “alemã” e estudos congêneres**. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 63-92.

RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: Lítero Técnica, 1980.

SCHENA, Denílson Roberto. **O lugar da escola primária como portadora de um projeto de nação: o caso do Paraná (1890-1922)**. Dissertação de Mestrado. UFPR. Curitiba, 2002.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade étnica: a ideologia germânica e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SOUZA, Maria Cecília C. de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000, p.81.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.

_____, Rosa Fátima de, Valdemarin, Vera Teresa, ALMEIDA, Jane Soares de. **O Legado Educacional do Século XIX**. Araraquara: UNESP, 1998.

SOUZA, Cristiane dos Santos. **A mulher Professora na Instrução Pública de Curitiba (1903-1927)**. Um estudo na perspectiva de gênero. Dissertação de Mestrado. UFPR. Curitiba, 2004.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Zahar: Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988.

KREUTZ, Lucio. **Identidade étnica e processo escolar**. In: XXV Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sérias – ANPOCS. Caxambu, 1998. p. 3.

_____. Educação de Imigrantes no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 347-370.

VECHIA, Ariclê. **Imigração e Educação em Curitiba** (1853-1889). Tese de doutoramento em História. USP. São Paulo: 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio, ESCOLANO, Augustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **A relação Professor-Estado no Paraná Tradicional**. Curitiba: Cortez, 1984.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1977.

_____, Ruy Christovam. **As Escolas da Colonização Polonesa no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2002.

FONTES

- Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 16 de julho de 1876.
- Regulamento de Ensino Obrigatório de 3 de dezembro de 1883.
- Regulamento de Ensino de 29 de janeiro de 1890.
- Regulamento da Instrução Pública de 2 de março de 1901.
- Relatórios da Instrução Pública do Paraná de 1882 a 1913.
- Statuto Definitivo da Società Italiana di Mutuo Soccorso Cristoforo Colombo, 1909.
- Divisão das Circunscrições Escolares da Fiscalização do Ensino Paranaense. A República, de 2 de julho de 1907.
- Livros Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Colombo, 1895 a 1912.
- DEAP, Códice 420, fl. 17, 1878.
- DEAP. Correspondência do governo. Ofício. AP. 567, fl.161, 1879.
- DEAP. Correspondência do governo. Ofício. AP. 592, fl. 23, 1880.
- DEAP. Correspondência do Governo, Ofício. AP. 659, fl.71, 1882.
- DEAP. Correspondência do Governo, Ofícios, AP. 660, fl. 137, 1882.
- DEAP. Correspondência do Governo, Ofício, AP.666, fl.9,1882.
- DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 676, fl. 105, 1882.
- DEAP, Correspondência do Governo, Requerimentos, AP. 677, fls. 58 e 59, 1882.
- DEAP. Correspondência do Governo, Ofícios, AP. 685, fl. 41, 1883.
- Programa de ensino para as escolas primárias do Paraná. Dezenove de Dezembro, n. 47-48, de 27 e 28 de fevereiro de 1885.
- DEAP. Correspondência do Governo, Requerimentos, AP. 740, fl.76,1885.
- DEAP. Correspondência do Governo, Ofícios, AP. 742, fl. 2, 1885.
- DEAP, Correspondência do Governo, Ofício, AP. 818, fl. 315, 1887.
- DEAP. Correspondência do Governo. Ofício, AP. 870, fl.145, 1889.
- DEAP. Correspondência do Governo. Ofício, AP. 876, fls.27 e 28, 1889.
- DEAP, Correspondência do Governo. Requerimento, AP. 878, fls. 197 e 198, 1889.
- DEAP, Contrato da professora Maria Clara Parigot, para a escola de Veados no Município de Colombo, assinado no dia 17 de março de 1890. Códice 947, fl. 30, 1890.
- DEAP, Correspondência do Governo, Ofícios, AP. 886, fls. 109 e 110, 1890.
- DEAP, Correspondência do Governo. Ofício, AP. 890, fl.75, 1890.
- DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 900, fl. 95, 1890.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 910, fls. 133 e 134, 1890.

DEAP, Correspondência do Governo, Ofício, AP. 913, fl. 213, 1890.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 909, fl. 276, 1891.

DEAP, Correspondência do Governo, Ofício, AP. 924, fl. 86, 1891.

DEAP, Correspondência do Governo, Ofício, AP. 928, fl. 84, 1891.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 935, fl. 169, 1891.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 937, fl. 127, 1891.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 937, fl. 233, 1891.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 938, fl. 25, 1891.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 941, fl.147, 1891.

Atas da Intendência Municipal da Villa Colombo de 1890 a 1900.

DEAP, Contrato da professora Alexandrina Mauricia de Belém, para a escola de Ressaca no Município de Colombo, assinado no dia 04 de Maio de 1892. Códice 948, fl. 22, 1892.

DEAP, Correspondência do Governo, Ofício, AP. 944, fl. 64, 1892.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 964, fl. 137, 1892. DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 984, fl.106, 1893.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 1010, fl.167, 1895.

DEAP. Correspondência do governo, Ofício, AP. 1016, fl. 46, 1895.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 1027, fl.38, 1895.

DEAP, Correspondência do Governo, Ofício, AP. 1030, fl. 152, 1896

DEAP, Correspondência do Governo, Ofício, AP. 1070, fl. 27, 1897.

DEAP, Correspondência do Governo, Ofício, AP. 1070, fl. 33, 1897.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 1075, fl.212, 1897.

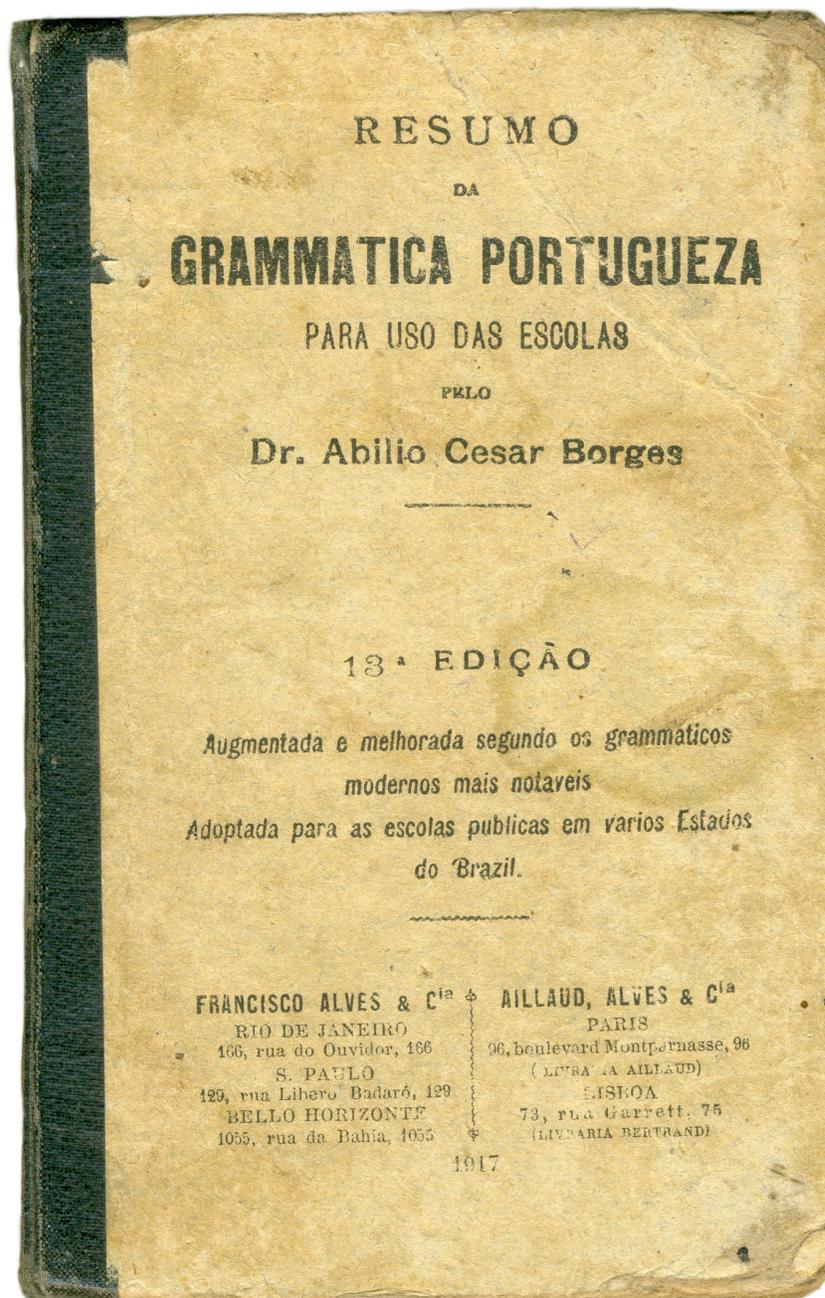
DEAP, Correspondência do Governo, Ofício, AP. 1078, fls. 97, 98, 1898.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 1088, fl. 128, 1898.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimento, AP. 1185, fl. 122, 1902.

ANEXOS

Anexo I – Figura 1



Capa do Livro de Gramática utilizado pela professora Julia Gonçalves Ferreira em 1885.
Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.

Anexo II – Quadro 1

Quadro 1.						
Mapa de matrícula dos alunos que freqüentavam a escola particular regida pelo professor João Antônio Tosin em 1888						
Número	Época da matrícula ano de 1888		Nome do aluno	Idade	Naturalidade	Filiação
	mês	dia				
1	junho	4	João Cavasin	9 anos	Alfredo Chaves	Pedro Cavasin
2	"	"	Angelo Lazzarotto	11 "	"	João Lazzarotto
3	"	"	João Brotto	7 "	"	Pedro Brotto
4	"	"	Maria Busato	12 "	"	Francisco Busato
5	"	"	Angelo Busato	10 "	"	"
6	"	"	Rosa Busato	8 "	"	"
7	"	7	Angelo Cavalli	14 "	"	Girolamo Cavalli
8	"	"	Maria Cavalli	12 "	"	"
9	"	18	Joana Cavalli	10 "	"	"
10	"	"	Onesta Cavalli	9 "	"	"
11	"	"	Catherina Cavalli	7 "	"	"
12	"	"	Domingos Nodari	10 "	"	Antonio Nodari
13	"	"	Antonia Nodari	12 "	"	"
14	"	19	Francisco Nodari	7 "	"	"
15	"	"	Caterina Nodari	9 "	"	"
16	agosto	1	Leão Cavalli	9 "	"	Domingo Cavalli
17	"	"	Onesta Cavalli	11 "	"	"
18	"	"	Pedro Juliani	9 "	"	Julian Juliani
19	"	"	Maria Juliani	13 "	"	"
20	"	6	João Cavalli	10 "	"	João Cavalli I
21	"	"	Jironamo Cavalli	8 "	"	"
22	"	16	Albino Cavalli	8 "	"	João Cavalli III
23	"	"	Bertolino Lovato	11 "	"	Jacó Lovato
24	"	"	Antonio Lovato	7 "	"	"
25	"	"	Antonia Carlesso	7 "	"	Domingo Carlesso
26	"	"	Catherina Cecon	9 "	"	João Cecon
27	"	"	Gaspar Cecon	7 "	"	"
28	outubro	8	João Cavalli	15 "	Papanduva	João Cavalli II
29	"	"	Maria Cavalli	10 "	"	"
30	"	"	Domingo Cavalli	7 "	"	"
31	"	9	João Andreata	12 "	"	Estevão Andreata
32	"	"	Pedrina Andreata	10 "	"	"
33	"	"	Domingo Andreata	7 "	"	"
	1889					
34	janeiro	2	Luiza Maschio	12 "	"	João Maschio
35	"	"	Joanna Maschio	10 "	"	"
36	"	"	Jose Maschio	7 "	"	"
37	"	"	Cesare Cecon	7 "	"	Luis Cecon
38	"	"	Jose Cecon	13 "	"	João Batista Cecon
39	"	"	João Cecon	8 "	"	"
40	"	"	Luisa Cecon	10 "	"	"
41	"	"	Theresa Cecon	7 "	"	"
42	"	7	Antonio Bontorin	7 "	Alfredo Chaves	Marco Bontorin
43	"	"	Antonio Bontorin	10 "	"	Antonio Bontorin

44	"	"	Romana Bontorin	7 "	"	"
45	fevereiro	6	Francisco Mottin	9 "	"	João Mottin
46	"	"	Domingo Mottin	7 "	"	"
47	"	"	Christina Mottin	13 "	"	Francisco Mottin
48	"	"	João Strapasson	9 "	"	Clemente Strapasson
49	"	18	Maria Strapasson	11 "	"	"
50	"	"	Luisa Strapasson	7 "	"	"
51	"	"	Estevão Mocelin	9 "	"	João Mocelin
52	"	"	Dominga Mocelin	7 "	"	"
53	"	"	Pedro Cecon	13 "	"	Domingo Cecon
54	"	"	Catherina Cecon	9 "	"	"
55	"	"	? Cecon	7 "	"	"
56	março	7	Maria Cavalli	12 "	"	Pedro Cavalli
57	"	"	Lourenço Bertolino	9 "	Roça Grande	Angelo Bertolino
58	"	"	Amadeo Bertolino	7 "	"	"
59	"	"	Joanna Bertolino	11 "	"	"
60	maio	6	Benjamin Costacurta	14 "	"	Pasqual Costacurta
61	"	"	Celeste Costacurta	10 "	"	"
62	setembro	3	João Fr. da Silva	11 "	"	José Fr. da Silva
63	"	4	Antonio Bonato	9 "	Água Verde	Antonio Bonato
65	novembro	8	Julio Moleta	7 "	"	Sebastião Moleta
66	"	"	Leão A. Tosin	9 "	Alfredo Chaves	João A. Tosin
67	"	"	Aurelio Tosin	7 "	"	"

Fonte : Livro 876,f.31. Ofício do professor particular João Antonio Tosin

Anexo III – Quadro 2

Quadro 2					
Mapa de matrícula dos alunos que freqüentavam a 1ª escola masculina em 1891					
Número	Nomes	Idade ano	Filiação	Faltas	Naturalidade
1	Leão Antonio Tosin	10	João Antonio Tosin		V. Colombo
2	Angelo Busato	11	Francisco Busato		"
3	Ettore Busato	7	" "		"
4	Pedro Busato	6	" "	4	"
5	Leão Cavalli	10	Domingos Cavalli		"
6	Bartholomeu Lovato	12	Jacob Lovato		"
7	Antonio Lovato	8	" "	1	"
8	Matheus Pelardo	12	Matheus Pelardo		V. Tamandaré
9	João Pelardo	7	" "		"
10	Braz Pelardo	6	" "	5	"
11	Albino Cavalli	9	João Cavalli	1	V. Colombo
12	Jacob Cavalli	7	" "	2	"
13	Liberato Cavalli	6	" "	6	"
14	João Cavassin	10	Pedro Cavassin	2	"
15	Antonio Bonato	8	Antonio Bonato		Curytiba
16	Antonio Bontorin	12	Antonio Bontorin	4	V. Colombo
17	Antonio Bontorin	7	Marcos Bontorin		"
18	Pedro Bontorin	6	" "		"
19	Jose Maschio	9	João Maschio		"
20	João Cavalli	11	João Baptista Cavalli		"
21	Jeronymo Cavalli	7	" "		"
22	Francisco Mottin	11	João Mottin	1	"
23	Domingos Mottin	9	" "	3	"
24	Pedro Juliani	9	Julian Juliani		"
25	João Brotto	8	Pedro Brotto		"
26	Eduardo d' Araujo	9	Francisco dos Santos	4	"
27	João D' Agostin	8	Jocondo D' Agostin		"
28	Francisco D' Agostin	5	" "	5	"
29	Jucelino Batista de Moraes	12	Guilhermino Batista de Carvalho	2	"
30	Manoel Batista de Moraes	10	" " "	2	V. Colombo
31	Vicente Bertolin	10	Angelo Bertolin	1	"
32	Amadeo Bertolin	8	" "	3	"
33	Angelo Pontarolo	8	Bartholomeu Pontarolo	4	"
34	Domingos Pontarolo	7	" "	4	"
35	João Cecon	9	João Baptista Cecon		"
36	Christiano Costa	9	Jose Costa	5	"
37	Constante Cavalli	11	Francisco Cavalli	7	"
38	Pedro Romão do Rosário	7	Manoel Jacintho de Moraes	3	"
39	Domingos Nodari	11	Antonio Nodari	6	"
40	Francisco Nodari	6	" "	6	"
41	João Strapasson	12	Clemente Strapasson		"
42	Eugenio Mocelin	6	João Mocelin		"
43	Francisco Dallazuana	11	Nazario Dallazuana		"
44	João Dallazuana	8	" "	3	"
45	João Miguel Franco	10	Miguel Beira Franco	1	"
46	Laurentino Jose de Bonfim	10	Jose Miguel Lisboa	4	"
47	Estavão Mocelin	6	Gaspar Mocelin	2	"

48	Gaspar Cecon	9	João Cecon	1	"
49	Francisco Cecon	8	" "	1	"
50	Luiz Cecon	6	" "	1	"
51	Pedro Cecon	13	Domingos Cecon	3	"
52	Jose Polli	5	João Polli		"
53	Francisco Mottin	6	Francisco Mottin		"
54	Estavão Mocelin	6	Jacob Mocelin		"
55	Pedro Lazzarotto	6	Roque Lazzarotto	6	"
56	Gerardo Lazzarotto	10	Domingos Lazzarotto	3	"
57	Benjamin Costacurta	13	Pasquoal Costacurta	1	"

Fonte: DEAP. Correspondência do Governo. Requerimento. AP. 938, f.41, 1891.

Anexo IV – Quadro 3

Quadro 3		
Mapa de matrícula dos alunos que freqüentavam a 1ª escola masculina em 1898		
Número de ordem	Alunos	Responsáveis
1	Ari Assumpção	Bernardo Assumpção
2	Antonio Assumpção	“ ”
3	Antonio Jamistchi	José Jamistchi
4	Angelo Montim	Thereza Montim
5	Antonio Silva	Silvana Cruz
6	Andre Strapasson	Clemente Strapasson
7	Augusto Pereira	Manoel Gomes Pereira
8	Antonio Cavassi	José Cavassi
9	Antonio Trevisan	Venancio Trevisan
10	Angelo Bontorim	Marco Bontorim
11	Antonio Thousin	João Antonio Thousin
12	Alaurindo Lazarino	Santos Lazarino
13	Angelo Guidolin	João Guidolin
14	Arlindo A. do Pilar	João Romao do Pilar
15	Amngelo Vedovim	João Vedovim
16	Antonio Polli	João Polli
17	Braz Filardo	Matheus Filardo
18	Caetano Bontorim	Marcos Bontorim
19	Cesar Ceccon	Luiz Secoon
20	Caetano Cordonat	João Cordonat
21	Domingos Gasparino	José Gasparino
22	Domingos Lasarouto	Roque Lasarouto
23	Eugenio Cecuntin	Francisco Cecuntin
24	Eugenio Conceição	Bento Conceição
25	Emilio Beira Fontoura	Antonio Beira Fontoura
26	Ettore Busato	Francisco Busato
27	Estelpe Montim	Antonio Montim
28	Ernesto de Azevedo	Paulo de Souza
29	Estelpe Montim	Jacomo Monsolim
30	Antonio Francisco do Rosario	Francisco do Rosario
31	Francisco Bertolin	Angelo Bertolin
32	Francisco Montim	Antonio Montim
33	Francisco Nodari	Antonio Nodari
34	Francisco Bonato	João Bonato
35	Francisco Carvalho Junior	Francisco Carvalho
36	Francisco Camaroski Junior	Francisco Camaroski
37	Francisco Montim	Francisco Montim
38	Hermenegildo Trevisan	Venancio Trevisan
39	Isidoro Conceição	Bento Conceição
40	João Nodari	Antonio Nodari
41	João Carvalho	Domingos Carvalho
42	José Filado	Matheus Filado
43	José Stochó	Celeste Stochó
44	José Polli	João Polli
45	João Alberti	Pio Alberti
46	João Camarosk	Francisco Camarosk
47	José da Costa	Batispta da Costa
48	José Bertolin	Jacob Bertolin

49	Josefledo Assumpção	Bernardo Assumpção
50	José Andreata	Estelpe Andreata
51	Joaquim Filado	Matheus Filado
52	Jose Polli Junior	Jose Polli
53	João Stochó	Celeste Stochó
54	João Lasarouto	Roque Lasarouto
55	Jacomo Bonato	João Bonato
56	Jorge de Araujo	Joaquim D' Araujo
57	João Maschio	João Maschio
58	Jacob Maschio	" "
59	João Ceccon	Batispta Ceccon
60	Luiz Vedorim	João Vedorim
61	Luiz Filardo	Matheus Filardo
62	Luiz Baiter	Dionysio Baiter
63	Lindolpho Antoineu	Antonio Antoineu
64	Leão Busato	Francisco Busato
65	Luiz Cavassi	José Cavassi
66	Manoel D' Oliveira Franco	Adriano D' Oliveira Franco
67	Manoel G. P. Junior	Manoel Gomes Pereira
68	Matheus Filado Junior	Matheus Filado
69	Narciso Thousin	João Thousin
70	Pascoal Filado	Matheus Filado
71	Pedro Busato	Francisco Busato
72	Pedro Cavassi	José Cavassi
73	Pedro Chemin	Antonio Chemin
74	Pedro Polli	José Polli
75	Pedro Filado	Matheus Filado
76	Pedro Andreata	Estelpe Andreata
77	Sigor Monsolin	Jacomo Monsolin
78	Santos Bonato	João Bonato
79	Tancredo Assumpção	Bernardo Assumpção
80	Pedro Lasarouto	Roque Lasarouto
81	Pedro Strapasson	Clemente Strapasson
82	Pedro Polli	João Polli
83	Victorio Ceccon	João Ceccon
84	Domingos Broto	Pedro Broto

Fonte: DEAP. Correspondência do Governo. AP. 1088, fls. 126 e 127, 1898.

Anexo V – Figura 2



Mapa da divisão de lotes da Colônia Antonio Prado em 1886.
Acervo: Secretaria Estadual do Meio Ambiente.